



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo

Camila dos Santos

**Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no  
plantel de Luciano José de Almeida - Bananal (1854-1882)**

São Gonçalo  
2011

Camila dos Santos

**Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no plantel de  
Luciano José de Almeida - Bananal (1854-1882)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Salles

São Gonçalo

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEH/D

S237 Santos, Camila dos.  
TESE Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no  
plantel de Luciano José de Almeida – Bananal (1854-1882) /  
Camila dos Santos. – 2011.  
103f. : il.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Ricardo Salles.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de  
Professores.

1. Escravidão - Teses. 2. Demografia. 3. Rio de Janeiro  
(Estado) – História. I. Salles, Ricardo. II. Universidade do  
Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de  
Professores.

**CDU 326(815.3)**

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial  
desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Camila dos Santos

**Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no plantel de  
Luciano José de Almeida - Bananal (1854-1882)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 28 de janeiro de 2011.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Ricardo Salles (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo  
- UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Christiane Laidler dos Santos  
Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo  
- UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Muaze  
Escola de História - UNIRIO-RJ

São Gonçalo  
2011

## DEDICATÓRIA

Aos meus grandes amigos Maureen, Marina, Daniel e Breno.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus e a todos os amigos que em mim confiaram, sem eles o hoje não seria realidade.

À minha amiga Maureen pela amizade, carinho, apoio e acolhida no Rio.

A Daniel, grande incentivador deste projeto. Obrigada pelo apoio e paciência.

A meu amigo Breno, companhia fiel nos dias de sábado e domingo no museu. Obrigada pelo apoio na pesquisa, pelas discussões sobre o trabalho e pela grande amizade.

A minha madrinha Imaculada, pelo incentivo na carreira profissional, pelos conselhos valiosos e pelas orações.

A Carlos Felipe Nascimento, coordenador do Museu Major Novais, por viabilizar o acesso aos documentos da pesquisa.

A meu orientador Ricardo Salles que me deu a primeira oportunidade como pesquisadora. Sem seu apoio e incentivo este trabalho não seria possível.

A Christiane Laidler e Keila Grinberg só tenho a agradecer as valiosas indicações e sugestões na qualificação.

A Rafael Marquese pela orientação na escolha do tema da pesquisa.

E aos que estão sempre por perto, meus amigos: Leonardo, Amanda, Angela, Marina, Sandro, Isabela, Rafael, Isabel, Jonas, Luciana, Roberta, Eduardo, Ana Flávia.

E à minha família pela paciência, carinho e amor.

A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil. Ela espalhou por nossas vastas solidões uma grande suavidade; seu contato foi a primeira forma que recebeu a natureza virgem do país, e foi a que ele guardou; ela povoou-o, como se fosse uma religião natural e viva, com os seus mitos, suas lendas, seus encantamentos; insuflou-lhe sua alma infantil, suas tristezas sem pesar, suas lágrimas sem amargor, seu silêncio sem concentração, suas alegrias sem causa, sua felicidade sem dia seguinte... É ela o suspiro indefinível que exalam ao luar as nossas noites do Norte. Quanto a mim, absorvi-a no leite preto que me amamentou; ela envolveu-me como uma carícia muda toda a minha infância; aspirei-a na dedicação de velhos servidores que me reputavam o herdeiro presuntivo do pequeno domínio de que faziam parte... Entre mim e eles deve ter-se dado uma troca contínua de simpatia, de que resultou a terna e reconhecida admiração que vim mais tarde a sentir pelo seu papel.

*Joaquim Nabuco*

## RESUMO

SANTOS, Camila dos. *Laços cativos: uma análise demográfica da família escrava no plantel de Luciano José de Almeida - Bananal (1854-1882)*. 2011. 104 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

O presente trabalho, que se insere no campo da demografia histórica, tem por objetivo principal as relações familiares dos escravos em Bananal, localizada no Vale do Paraíba paulista, procurando compreender a dinâmica da agência escrava através da constituição de sociabilidades e de práticas visando a melhoria de suas condições sociais. Demonstraremos a configuração da família escrava na grande escravaria de um dos maiores e mais importantes fazendeiros e escravistas da cidade de Bananal, o Comendador Luciano José de Almeida. Pretende também evidenciar a ampliação e a estabilidade dos laços parentais entre os cativos. Para tanto, foram analisados os inventários *post mortem* de Luciano José de Almeida e sua esposa Maria Joaquina de Almeida, assim como a Lista de Matrícula dos escravos de 1872 e os registros de casamentos de escravos. Nesta análise documental, foram delineadas as características demográficas da população escrava e a estrutura demográfica da família escrava e suas transformações ao longo de 28 anos, entre 1854 e 1882.

Palavras-chave: Escravidão. Demografia. Família escrava.



## RESUMEN

La presente tesis, inserida en el ámbito de la demografía histórica, tiene como objetivo principal señalar la configuración de las relaciones familiares de los esclavos en la ciudad de Bananal, que se localiza en el Vale do Paraíba paulista. Visa comprender la dinámica de la familia esclava en el grande plantel de uno de los más grandes e ilustres señores esclavistas de la ciudad de Bananal, el Comendador José Luciano de Almeida. También tiene el propósito de subrayar la expansión y la estabilidad del vínculo parental entre los cautivos. Para ello, se analizaron los inventarios *post mortem* de Luciano José de Almeida y su cónyuge María Joaquina de Almeida, así como la Lista de Registro de los esclavos de 1872 y sus inscripciones matrimoniales. Por medio de este análisis documental, se describen las características demográficas de la población de esclavos y la estructura demográfica de la familia esclava y sus cambios durante los 28 años entre 1854 y 1882.

Palabras clave: Esclavitud. Demografía. Familia esclava.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição sexual dos escravos de Luciano José de Almeida (1854).....	32
Gráfico 2 - Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos de Luciano José de Almeida (1854).....	34
Gráfico 3 - Origem dos escravos de Luciano José de Almeida (1854).....	37
Gráfico 4 - Origem e distribuição sexual dos escravos de Luciano José de Almeida (1854).....	38
Gráfico 5 - Distribuição sexual dos escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida (1854).....	41
Gráfico 6 - Origem e distribuição sexual dos escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida (1854).....	42
Gráfico 7 - Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida (1854).....	43
Gráfico 8 - Distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872).....	44
Gráfico 9 - Origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872).....	45
Gráfico 10 Origem e distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872).....	45
Gráfico 11 Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872).....	47
Gráfico 12 Distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882).....	48
Gráfico 13 Origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882).....	49
Gráfico 14 Origem e distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882).....	49
Gráfico 15 Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882).....	50
Gráfico 16 Parentesco entre os escravos de Luciano José de Almeida (1854).....	59
Gráfico 17 Parentesco entre os escravos herdado por Maria Joaquina de Almeida (1854).....	71
Gráfico 18 Proporção de escravos remanescentes de 1872.....	75
Gráfico 19	

-	Parentesco entre os escravos de Maria Joaquina de Almeida.....	78
Gráfico 20	Estado conjugal dos escravos adultos de Maria Joaquina de Almeida	
-	.....	79

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição sexual dos escravos em três grandes fazendas de café.....	44
Quadro 2 - Tipologia dos núcleos familiares no plantel de Luciano José de Almeida (1854).....	61
Quadro 3 - Duração dos grupos familiares no plantel de Luciano José de Almeida (1854).....	62
Quadro 4 - Destino das famílias cativas após a morte do senhor.....	66
Quadro 5 - Destino das famílias legadas à Maria Joaquina de Almeida (1854).....	70
Quadro 6 - Estado conjugal dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1854 e 1872).....	74
Quadro 7 - Tipologia das famílias escravas de Maria Joaquina de Almeida.....	76
Quadro 8 - Duração dos grupos familiares em 1872.....	77
Quadro 9 - Quadro dos casamentos oficiais dos escravos de Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida.....	82

## LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1 - Família de José Maria Cabinda e Joanna.....	75
Organograma 2 - Família de Isidoro e Felicidade.....	80
Organograma 3 - Família de José Martins e Constança.....	80

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>BANANAL: CAFÉ E ESCRAVIDÃO NO CAMINHO NOVO DA PIEDADE</b> .....	16
1.1	<b>A marcha do café: colonização e implantação da cafeicultura</b> .....	16
1.2	<b>Bananal, potência em café e celeiro de cativos</b> .....	20
1.3	<b>Um homem e sua fazenda: Comendador Luciano José de Almeida</b> .....	24
2	<b>DEMOGRAFIA ESCRAVA</b> .....	31
2.1	<b>A grande escravaria do Comendador Luciano José de Almeida</b> .....	31
2.2	<b>Transferência de mãos: de Luciano José de Almeida para Maria Joaquina de Almeida</b> .....	39
3	<b>A FAMÍLIA ESCRAVA</b> .....	52
3.1	<b>A Família Escrava na Historiografia Brasileira</b> .....	52
3.2	<b>A Família Escrava no plantel do Comendador Luciano José de Almeida</b> .....	58
3.2.1	<b><u>O perfil da família escrava</u></b> .....	58
3.3	<b>Ruptura ou Estabilidade? O destino das famílias escravas do Comendador Luciano José de Almeida</b> .....	63
3.4	<b>Laços Familiares Sedimentados</b> .....	69
3.5	<b>Casamentos escravos legitimados pela Igreja</b> .....	81
4	<b>CONCLUSÃO</b> .....	85
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
	<b>APÊNDICE - Organogramas das famílias escravas</b> .....	93
	<b>ANEXO A - Petições Judiciais sobre a Colheita de Café, anexo ao inventário post mortem de Maria Joaquina de Almeida, 1882</b> .....	97
	<b>ANEXO B - Relatório dirigido à Assembléia Legislativa Provincial de S.Paulo sobre Tranquilidade Pública e Segurança Individual</b> .....	101

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática principal as relações familiares dos escravos em Bananal, localizada no Vale do Paraíba paulista, entre 1854 e 1882, procurando compreender a dinâmica da agência escrava através da constituição de redes de sociabilidade e de práticas visando à melhoria de suas condições sociais e mesmo a obtenção da liberdade.

Enfoca-se os aspectos da macro história, interpretando, a partir dos dados quantitativos, a estrutura da rede de sociabilidade cativa no período proposto e da micro história, relatando, a partir dos dados qualitativos, casos de indivíduos que construíram suas relações familiares a partir de vivências próprias. Com isso, está pesquisa pretende contribuir para a análise da família cativa, a mais complexa rede de sociabilidade tecida entre e pelos escravos.

A agência escrava acontece num contexto de mudanças significativas no Império do Brasil e no mundo, advindas do período marcado pelo fim efetivo do tráfico internacional de escravos, em 1850, e suas consequências sociais de médio prazo, bem como os crescentes debates em torno da validade da questão servil e da ampliação e reconhecimento de direitos dos cativos, com a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871, como também o início das lutas abolicionistas na década de 1880. Todos esses acontecimentos representaram significativas intervenções do Estado nos mecanismos de reprodução ampliada da escravidão e imprimiram um novo sentido nas relações entre senhores e escravos.

As transformações protagonizadas e vivenciadas pelos cativos foram, ao mesmo tempo, condicionadas e condicionantes das mudanças nos padrões demográficos da comunidade escrava e nas características socioeconômicas, que incidiram diretamente nas relações sociais de força entre senhores e escravos. A agência dos atores sociais não está desconectada do meio social e é marcada pelas circunstâncias e também pelos efeitos das ações de outros agentes.

Para o entendimento da complexa rede de sociabilidade tecida entre e pelos cativos, lançou-se mão de uma abordagem micro histórica, focando a grande escravaria do Comendador Luciano José de Almeida, grande senhor de terras, escravos e cafezais, e dono de uma das maiores fortunas do Império do Brasil. Um

conjunto documental expressivo, como os inventários *post mortem* de Luciano José de Almeida e de sua esposa Maria Joaquina de Almeida constituíram-se nas peças principais de análise, juntamente com documentos paroquiais, como os registros de casamento.

Os dados coletados, a partir da leitura dos inventários, permitiram aprofundar a análise acerca da dinâmica escravista empregada por Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida, observando as mudanças demográficas de seus plantéis; possibilitou, além disso, reconstituir a família escrava, uma vez que a mesma vem descrita na parte referente à avaliação de bens, bem como nas listas de matrículas, que a partir de 1871 passaram a ser incluídas nos inventários; e, por último, permitiu constatar a estabilidade das relações familiares dos cativos, mediante a análise das partilhas dos escravos entre os herdeiros do casal.

A dissertação está estruturada em três capítulos, com o intuito de melhor perceber a família escrava no plantel de Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida, em seus aspectos demográficos e identitários, entendendo como aspectos identitários os fatores que conduziram à recriação por parte dos escravos de certa comunidade em torno da realidade escravista.

O primeiro capítulo, intitulado **Bananal: Café e Escravidão no Caminho Novo da Piedade**, apresenta e contextualiza o Vale do Paraíba paulista, assim como a cidade de Bananal no período de sua fundação e implantação da cafeicultura. Destaca-se o desenvolvimento da escravidão no município e a formação da classe senhorial constituída pelos grandes proprietários rurais. O foco da pesquisa recai sobre a Família Almeida e seus principais representantes, o Comendador Luciano José de Almeida e sua esposa Maria Joaquina de Almeida, procurando destacar suas atuações enquanto grandes fazendeiros e escravistas, na dinâmica escravista por eles desenvolvida em suas propriedades rurais entre 1854 e 1882.

O segundo capítulo, **Demografia Escrava**, apresenta o perfil da grande escravaria do Comendador e destaca a presença marcante de africanos, homens e adultos em seu plantel. Procura-se demonstrar tanto o impacto que o tráfico transatlântico de africanos teria exercido na composição desta escravaria, quanto as mudanças socioeconômicas e políticas advindas com o seu fim efetivo, que teria condicionado e afetado as relações entre senhores e escravos. Neste sentido, analisou-se a composição da escravaria herdada pela viúva do Comendador, Maria



Joaquina de Almeida, em 1854, e o perfil de sua escravaria nos anos de 1872 e 1882. Percorrendo os 28 anos de existência de sua escravaria, foi possível analisar e perceber as mudanças significativas que se deram a partir da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850 e da Lei do Ventre Livre de 1871 que colocaram em cheque a continuidade da escravidão no Brasil.

No terceiro e último capítulo, **A Família Escrava**, foca-se, num primeiro momento, a discussão bibliográfica acerca da constituição da família escrava no Brasil. Apresenta-se, além disso, o perfil da família escrava que se concretizou no plantel do Comendador Luciano José de Almeida, revisando a historiografia das partilhas de escravos no momento de falecimento dos proprietários e analisando como se deu essa partilha dos familiares escravos em 1854, ano da morte do Comendador. Em seguida, percebe-se a estabilidade dos laços familiares escravos com a herdeira principal, sua esposa Maria Joaquina de Almeida que sobreviveu a ele por 28 anos.

O que se pode perceber é que a família escrava esteve presente no contexto da escravidão, assumindo um sentido político, uma vez que se reproduzia por laços parentais não somente consanguíneos. Sua função incluía aumentar o raio social das alianças políticas, de solidariedade e proteção contando com uma rede de pessoas de diferentes extratos sociais. Neste sentido, a família era uma estratégia não só de sobrevivência, como também traço da manifestação escrava no sentido de se aproximar e um dia alcançar a liberdade.

## **1 BANANAL: CAFÉ E ESCRAVIDÃO NO CAMINHO NOVO DA PIEDADE**

### **1.1 A marcha do café: colonização e implantação da cafeicultura**

Em escala mundial, profundas transformações na tecnologia, nas artes, no pensamento e forma de viver marcaram o século XIX: a acelerada expansão urbana alterando a paisagem e marcando claro direcionamento nos fluxos populacionais; a emergência das indústrias modificando a produção capitalista; a ascensão das classes médias mediando a dicotomia pobres e ricos. O Oitocentos são um período extremamente rico em mudanças e repleto de características cuja reflexão é de singular importância para a historiografia contemporânea.

No Brasil, a pujante cultura do café não somente constituiu, acredita-se, a mais importante atividade econômica do século imperial, como sua influência transcendeu o plano da riqueza material para estender-se sobre aspectos mais amplos da sociedade brasileira. É impossível se pensar a História do Brasil no período sem levar em consideração a profunda influência que a cultura do grão de café teve na política, sociedade e cultura nacionais.

O Vale do Paraíba, área em que a monocultura cafeeira prosperou intensamente, mostra-se singular pelas características que apresenta: maior produção nacional do grão por longo período e abundante em mão de obra cativa; sociedade marcadamente escravista que constituía laços sociais, que reforçam esta característica; penetração dos interesses da elite local na política nacional. Estudar o Vale e a sociedade que o formou é, portanto, um meio de compreender o Brasil Oitocentista.

Bananal, cidade localizada em São Paulo, próxima à fronteira do Rio de Janeiro, a Sudoeste de Valença e Sudeste de Cruzeiro, foi uma das principais do Vale do Paraíba Paulista. Sua fundação remonta aos setecentos e está inserida no contexto da ocupação regional dos interiores paulista e fluminense.

Entre fins do século XVII e início do século XVIII acontecia progressivamente a ocupação da região do Vale do Paraíba, pois, sendo uma das principais rotas de viagem de então e ponto de passagem do ouro de Minas Gerais e depois de Mato

Grosso e Goiás e do gado do Rio Grande do Sul, recebia grande fluxo de tropeiros e viajantes. Muitos povoados surgiram a partir de registros, pousos ou estalagens para estes viajantes da região das minas, com seus habitantes dedicados à lavoura de alimentos. A região então se tornou passagem obrigatória e seus caminhos foram lentamente ocupados de forma permanente.

Em relação à ocupação e posterior ascensão econômica do Vale do Paraíba, a Historiografia não apresenta uma visão unânime. Segundo Fragoso, “*um mosaico de formas não capitalistas de produção*”<sup>1</sup> teria estimulado o investimento na zona de expansão agrícola do Vale em razão do reinvestimento dos capitais do tráfico na produção cafeeira, em lugar de outras atividades com maior retorno de capital, especialmente durante a década de 1820 e parte de 1830 quando houve retração do preço internacional do produto, motivados pelo *ethos* senhorial que via na posse de terra e homens uma expressão de ascensão social.

Contudo, argumentam os críticos desta visão, atribuir a expansão do Vale em grande medida a traços culturais que desviariam os interesses e a lógica econômicos em direção ao mero gozo de privilégios sociais seria a inversão do “paradigma dependista”, que via a expansão da cafeicultura como uma consequência automática do aumento da demanda externa e vácuo na produção em razão do colapso em Santo Domingo. Superada a dicotomia, a expansão do Vale deve ser vista como o resultado da interação de movimentos endógenos e exógenos à região que criaram as condições de possibilidade para a expansão do produto.

Em relação aos elementos endógenos, muito da infra-estrutura que tornaria a expansão do café no Vale possível já estava presente desde os setecentos: um potente tráfico negreiro entre a África Central e o Rio de Janeiro dirigindo mão de obra à extração de metais; o caminho novo entre Rio de Janeiro e Minas já se encontrava aberto desde 1720; áreas de mata virgem entre a Serra da Mantiqueira e o contraforte da Serra do Mar em razão da política de “terras proibidas” (1730-1780), que impedia a ocupação sistemática da região do Médio Paraíba para evitar a evasão do ouro da região de Minas; grande número de “tropas de mulas” propiciando o transporte adequado para a região repleta de acidentes topográficos.

Em um claro exemplo de inversão produtiva, onde a infra-estrutura de uma atividade econômica em declínio é utilizada por outra em ascensão, pode-se dizer

---

<sup>1</sup> FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

que as condições que possibilitaram a ascensão do Vale ao patamar de maior área produtora do café fizeram-se, em grande parte, do legado do ouro. Muito embora seja ponto relativamente pacífico que, em relação à mão de obra, não houve transferência dos cativos da região das minas para o Vale, o qual somente aproveitou-se da estrutura do tráfico anteriormente estabelecida para o seu abastecimento.

Portanto, com influxo de mão de obra disponível via tráfico internacional, terras livres para o plantio e vias de transporte estabelecidos, o Vale do Paraíba mostrava-se uma região propícia para a atração de investimentos agrícolas. Entretanto, a década de 1790 viu uma expansão da cultura açucareira no Brasil em razão da revolução em Santo Domingo. A produção canavieira, em oposição ao que se revelaria na cultura do café oitocentista, espalhou-se pelo território com significativa difusão na costa nordestina (Recôncavo Baiano e Zona da Mata de Pernambuco); nos interiores fluminenses (Campos dos Goytacazes, que é região do Baixo Paraíba, e Recôncavo da Guanabara); e no oeste paulista (Itu e Jundiaí). Algumas plantações açucareiras situaram-se também no Médio Paraíba, contudo, não prosperaram no longo termo, dando lugar ao plantio do grão. Rafael Marquese explica:

O ponto de virada veio com a fuga da família real portuguesa para o Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o súbito aumento do contingente populacional da agora sede do Império Português – somado às rotas de peregrinação que o novo estatuto político do Rio de Janeiro imediatamente acionou – ampliou substancialmente a demanda por gêneros de primeira necessidade. Para atendê-la, a coroa joanina buscou aprimorar a rede de caminhos que cortavam o centro-sul da colônia, estimulando a construção de estradas para ligar diretamente a zona produtora de mantimentos do sul de Minas Gerais à nova corte. Duas dessas novas estradas, as da Polícia e do Comércio, concebidas para regularizar o fluxo de mercadorias de Minas ao Rio, seriam absolutamente centrais para o deslanche da cafeicultura no médio Vale do Paraíba: sua abertura gerou uma intensa febre fundiária, e em suas margens seriam em breve fundados dos dois maiores municípios cafeeiros mundiais do século XIX, Vassouras e Valença.<sup>2</sup>

No campo das condições exógenas, observa-se um cenário mundial propício à expansão da cultura cafeeira. No mesmo período, Cuba vivenciou uma forte ampliação da produção tanto açucareira quanto cafeeira.

Jamaica e Haiti também experimentaram a monocultura cafeeira como importante atividade econômica, contudo, embora com uma produção significativa

---

<sup>2</sup> MARQUESE, Rafael e TOMICHI, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial* Vol.II: 1831-1870. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009, p. 354.

em termos relativos no início do sec. XIX, suas importâncias decaíram gradualmente.

De fato, a demanda por café sofreu enorme ampliação ao longo dos oitocentos. Os Estados Unidos, com menor relevância na demanda durante os setecentos, passou a consumir quatro quilos de café *per capita* por ano em 1880, no lugar de 25 gramas um século antes, além de oferecer isenção de tarifas a partir de 1832. O processo de industrialização, que gerou a subsequente urbanização do norte da Europa, ocasionou uma explosão demográfica no período e fez do café um produto de massa, possibilitando a economia de escala, o que diminuiu o preço final e incentivou a ampliação da produção.

Acompanhando a demanda, o aumento da produção do grão mostrou-se viável nas regiões tropicais como as vistas acima. Entretanto, o Vale brasileiro ocupou lugar de maior destaque frente à competição internacional e garantiu o suprimento de maior fatia do consumo.

No caso de Cuba, importante competidor brasileiro especialmente até a década de 1870, a disputa pelas áreas de plantio com a cana de açúcar e a suscetibilidade a furacões da região, tendo em vista que no replantio a cana está apta para colheita em um ano enquanto o café somente em cinco, ajudam a explicar a menor importância deste produtor no mercado internacional. Jamaica e Suriname, assim como aconteceu em Santo Domingo, passaram por crise do escravismo colonial no início dos oitocentos. O Brasil, com área de plantio desocupada no Médio Paraíba, menor risco de destruição da lavoura por intempéries e com arranjo político capaz de estabelecer uma sociedade escravista com relativa estabilidade, mostrava-se com claro diferencial competitivo em relação às demais áreas produtoras, o que ajuda a explicar sua proeminência.

No Brasil, a média anual da produção até 1811 era de 400 toneladas métricas exportadas; entre 1812 e 1816, 1.500 toneladas foram exportadas por ano, representando um aumento de 370%, em parte atribuído ao aumento do preço internacional do produto; no quinquênio seguinte, a média é de 6.100 toneladas; em 1822 e 1823 houve aumento de 221%, totalizando 13.500 toneladas/ano, valor que iguala as exportações brasileiras às de Cuba; em 1833 foram 67.000 toneladas e, em meados do século, já se produziam 150.000 toneladas, cinco vezes mais que a

produção de Santo Domingo anterior à revolução<sup>3</sup>. A maior parte desta produção estava concentrada no Vale.

A expansão cafeeira gerou demanda pelos meios de produção: capital (constituído principalmente de terras para o plantio) e mão de obra, o que propiciou grande influxo de escravos para a região.

## 1.2 Bananal, potência em café e celeiro de cativos

Rodrigo Cesar de Meneses, governador geral da capitania de São Paulo, ordenou a abertura do “Caminho Novo da Piedade”<sup>4</sup> que ligaria as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, no intuito de evitar a passagem pelo porto de Parati. Para tanto, designou os irmãos Manuel e Domingos Antunes Fialho para a tarefa no segundo quartel do sec. XVIII. Os trabalhos, entretanto, não foram isentos de obstáculos. Conflitos com os índios Puris, habitantes da região, e a oposição da população de Parati e dos jesuítas da Fazenda de Santa Cruz reduziram o andamento dos trabalhos.

Somente é registrado fluxo contínuo pelo novo caminho a partir da década de 1770, portanto, entre trinta e quarenta anos após a iniciativa do governador. Nesta década, começaram a ser distribuídos lotes de terra ao longo do percurso com o fito de povoá-lo, facilitando o fluxo de gentes e cargas. Manoel da Silva Reis, capitão-mor de Guaratinguetá, recebeu terras na região onde se situa Bananal, juntamente com ordens para doar lotes àqueles que tivessem ajudado na construção do caminho. João Barbosa de Camargo e sua mulher, Maria Ribeiro de Jesus, foram agraciados com uma sesmaria e em 1783 ergueram uma capela dedicada a Bom Jesus do Livramento ao redor da qual cresceu a cidade de Bananal.

Em pequeno histórico acerca do município de Bananal, constante do Almanak da Província de São Paulo para 1873, informa-se que a mencionada localidade:

---

<sup>3</sup> MARQUESE, Rafael e TOMICHI, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial* Vol.II: 1831-1870. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009, p.355.

<sup>4</sup> Atualmente, o “Caminho Novo da Piedade” é constituído pelos municípios de Lorena, Queluz, Cachoeira Paulista, Cruzeiro, Silveiras, Areias, São José do Barreiro e Bananal.

*(...)foi elevada a Freguesia por alvará de 1811, cuja Capela então em começo, sob a invocação do Senhor Bom Jesus do Livramento, ficou sendo a Matriz com o mesmo orago. A Freguesia, que em seus princípios pertencia a Vila de Lorena, pela criação da Vila de Areias, lhe ficou pertencendo, estendendo os seus limites até as barracas do Pirahy; e assim permaneceu até que, por decreto de Primeiro de Julho de 1832, foi elevada a Vila, em cuja categoria foi instalada a 17 de Março do ano seguinte. Crescendo em população e riqueza, em três de Abril de 1849, por lei da Assembléia Provincial, foi elevada a categoria de Cidade, dando-se a sua instalação a 7 de setembro do mesmo ano<sup>5</sup>.*

Muito embora próxima do quadrilátero Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, que experimentava a ascensão da cultura da cana no final do século XVIII, Bananal, desde cedo, mostrou maior vocação para a cultura do café, com os primeiros plantios, sendo feitos nesse decênio. Sobre o período cafeeiro no Vale do Paraíba, Joaquim Pinto destaca:

Em fins do século XVIII, José de Aguiar Toledo e Maria do Espírito Santo Ribeiro Valim foram residir no bairro do Retiro, no Bananal, freguesia de Areias, iniciando a cultura e fabricação do anil, riqueza da época, depois suplantada pelo café. Aderiram, então, já na primeira década do século XIX, à cultura do café e, adquirindo a fazenda Bahia, formaram vasta sementeira de cafeeiros, onde vinham abastecer-se os fazendeiros que abriam novas plantações na região. As mudas iniciais foram obtidas em Resende, oriundas dos muitos grãos da rubiácea que frades trouxeram do Rio de Janeiro.<sup>6</sup>

A origem de seu nome Bananal está relacionada a duas versões. A primeira é a de que seria um corruptela do termo Banani, usado pelos índios Puris para identificar o Rio Paraíba, significando “rio sinuoso”. A segunda refere-se a existência de inúmeros bananais que havia no caminho dos viajantes que transitavam pela região<sup>7</sup>.

Desde o início do século XIX, café e riqueza formavam, no imaginário da época, um par inseparável. Investir em café era algo promissor e muito rentável. Em locais geograficamente mais pertinentes, como no Vale do Paraíba, então, a rapidez de sua implantação chamava a atenção daqueles que por ali passavam. Em 1822, Saint-Hilare, cientista francês, assim descreveu a pequena localidade de Bananal:

A três quartos de léguas do rancho onde passamos a última noite alcançamos a Aldeia do Bananal, sede de paróquia. Esta vila fica situada num vale bem largo entre morros cobertos de mata e compõe-se de uma única rua. Pareceu de fundação recente, mas é provável que adquira logo importância, pois se acha no meio de uma região onde se cultiva muito café e cujos habitantes, por conseguinte, possuem rendas consideráveis<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura e posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Anablume- Fapesp, 1999, p.40.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 48.

<sup>7</sup> MATTOS, Hebe Maria & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate*. Uma janela para os oitocentos, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p. 67.

<sup>8</sup> Ibidem p. 68.

Acompanhando a inserção do grão do café na economia local, o crescimento de Bananal foi bastante expressivo na primeira metade dos oitocentos. Em 1801, o povoado correspondia à 6ª Companhia de ordenanças de Vila Lorena e possuía um total de 978 habitantes, sendo 574 livres (59%), 401 escravos (41%) e 3 forros (0,3%). Em 1817, já como Freguesia do Senhor Bom Jesus do Bananal da 4ª Companhia de Ordenanças de Vila de Areais, a população havia triplicado para um total de 2.926 habitantes, com 1.904 livres (65%), 1.010 (34,5%) escravos e 12 forros (0,4%), demonstrando que Bananal neste período tornou-se um polo de atração demográfica em razão da produção do grão que atingiu 4.049 arrobas neste ano. Em 1829, fazendo parte da 5ª e 6ª Companhias de Ordenanças da Vila de Areais, a população total cresceu, contudo em menor ritmo, com um total de 4.019 habitantes, sendo 1.727 livres (43%), 2.282 escravos (57%) e 10 forros (0,2%); a produção de café atingiu 45.572 arrobas, aumentando expressivos 1.125%<sup>9</sup>.

Observa-se que, no período entre 1817 e 1829, ocorreu a inflexão da maioria populacional, fazendo com que o total de cativos ultrapasse o da população livre. Considerando que, no último ano mencionado, 89% da população escrava residia em domicílios onde havia produção cafeeira, a qual passou por vultosa expansão como descrito, é possível inferir que a inflexão seja um reflexo do aumento do fator mão de obra na produção cafeeira.

De 1835 em diante, inicia-se o período de maior riqueza da cidade. Em 1836 Bananal era o segundo maior produtor de café da Província de São Paulo, responsável por 11,02% (64. 822 arrobas) da produção. Em 1854, já havia se tornado o primeiro, com a colheita de 554.600 arrobas. O segundo colocado, Taubaté, produziu 354.730<sup>10</sup>. Consolidou-se o desenvolvimento da produção cafeeira na cidade assim como sua riqueza.

Não obstante, também é possível argumentar que a inflexão deu-se em razão da passagem do bairro de Rio Claro da freguesia de Bananal para as Ordenanças de Queluz entre 1817 e 1829, tendo havido aumento dos indivíduos livres neste último de 912 para 2.065, crescimento de 230%. Todavia, mesmo que somente

---

<sup>9</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura e posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Anablume- Fapesp, 1999, p 50

<sup>10</sup> MATTOS, Hebe Maria & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate. Uma janela para os oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p 69



considerado em números absolutos, o aumento de cativos em Bananal não deixa de ser significativo, ainda que em números relativos o aumento possa refletir mudanças administrativas do Estado.

A pujança econômica de Bananal neste contexto parece ter pouco paralelo com outras localidades. A cidade superou a renda dos demais municípios paulistas, inclusive da capital, por mais de um ano na década de 1870, e o Império exigiu-lhe endosso para empréstimo concedido por bancos ingleses a título de garantia exigida pelos credores britânicos. Marquese afirma que:

Com exceção de Bananal e de Campinas (esta, fora do Vale, a oeste de São Paulo), antes do quarto final dos oitocentos nenhuma localidade paulista rivalizou em volume de produção e montante relativo e absoluto de escravos com os grandes municípios escravistas do Vale fluminense, isto é, Vassouras, Valença, Piraí, Barra Mansa, Paraíba do Sul e Cantagalo<sup>11</sup>.

Em linhas gerais, do ponto de vista econômico, Bananal transformou-se na cidade mais significativa do Vale do Paraíba paulista no decorrer do século XIX. Porém isso apenas se tornou possível devido à entrada maciça de cativos africanos, sobretudo nas décadas de 1830 e 1840<sup>12</sup>.

Contudo, com o deslocamento do eixo do café ao longo do século XIX para o Oeste Paulista e o fim da escravidão no final do século, começa-se a observar a decadência da região. Durante o século XX, o deslocamento da produção para o norte do Paraná, Sul de Minas Gerais e Espírito Santo, o acirramento da competição internacional com o café asiático e africano destacando-se a produção de Gana, além do contínuo declínio da importância das elites cafeeiras na política nacional ao longo do último século, em grande parte fruto da perda de importância da cultura do grão na economia do país, fizeram com que Bananal entrasse em franca decadência, perdendo influência no cenário nacional e passando a ocupar o rol das "cidades mortas do Vale"<sup>13</sup>.

<sup>11</sup> MARQUESE, Rafael e TOMICHI, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial* Vol.II: 1831-1870. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009, p. 368.

<sup>12</sup> Para saber mais acerca da importância de Bananal ver: RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O Caminho Novo: povoadores do Bananal*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1980; FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *Bananal: cidade histórica, berço do café*, São Paulo: Massao Ohno Roswitha Kempf, 1981; MATTOS, Hebe Maria & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate. Uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>13</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 23.

### 1.3 Um homem e sua fazenda: Comendador Luciano José de Almeida

A ascensão da grande propriedade monocultora do grão incitou a constituição de uma sociedade baseada em um modo de viver da *plantation*, em outras palavras, forjou uma cultura senhorial com a figura do dono de terras e senhor de escravos no centro do tecido social. Famílias como a Almeida, Valim, Aguiar e Toledo, obtiveram sucesso no emprego de capitais e trabalho para transformar a região virgem do Médio Paraíba paulista numa das maiores áreas produtora do principal item de exportação do país. Com a utilização de enormes porções de terra (capital) e emprego de grande quantidade de cativos (mão de obra), esses senhores amealharam vultosas riquezas que ficavam concentradas em seu núcleo familiar. Estas famílias mesclaram-se e, em Bananal formaram verdadeiro clã patriarcal.

Nos dizeres de Ricardo Salles<sup>14</sup>, essas famílias forjaram um complexo *ethos* senhorial pelo qual viviam e que era constituído de uma interação de valores, identidades e lugares sociais comuns. A afetividade nas relações sociais, o patriarcalismo e a homogeneidade de cosmovisão caracterizavam este estilo de vida que também era marcado pela preocupação com a dispersão do poder, o que gerou a prática de casamentos endogâmicos ou com outros membros de famílias importantes<sup>15</sup>; por um estilo de vida de ostentação, com a construção de opulentas sedes de fazendas e promoção de festas particulares faustosas; pela inserção social em posição de superioridade, fazendo-se presente na vida em comum pela criação de laços de dependência ao patrocinar bailes, batizados, missas e outras atividades da sociedade local; pelo cumprimento de deveres cívicos como a manutenção da ordem escravocrata pela disciplina e submissão do cativo; pela participação nas decisões políticas regionais.

Além da inserção nas decisões locais, a grandiosidade da economia cafeeira expressa-se na influência que esta elite gozou no cenário da política nacional. Ricardo Salles explica:

---

<sup>14</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 53.

<sup>15</sup> Apud . STEIN, J. Stanley. op.cit. p. 41-2.

Esta fração de classe forjou-se em comunhão com o aparato estatal, seja pela proximidade geográfica, seja pelos estímulos da Corte ao desenvolvimento de uma nova cultura de exportação, seja ainda pelos vínculos contraídos em negócios comuns e constituição de laços familiares.<sup>16</sup>

A relação entre os "senhores do Vale" e o Império fez-se para além do simples campo de influência na esfera econômica, alcançando um *modus* político que conectava a classe política das altas esferas de poder e os grandes cafeicultores no campo simbólico. O mesmo autor explica:

(...) a coesão da classe senhorial encontrava-se para além do âmbito imediato dos interesses econômicos, regionais, locais e familiares. Estava ancorada em sua subordinação política e simbólica ao Estado imperial. Subordinação que conferia a cada uma de suas frações, grupos, famílias e indivíduos um senso de identidade e unidade superiores, além, é claro, do apoio efetivo dos recursos administrativos, financeiros, militares e políticos do Estado, sempre que necessário. A instituição monárquica, personificada na Coroa e na figura do imperador, garantia que este mesmo Estado, ainda que solidamente ancorado no apoio e no favorecimento de uma fração específica da classe – a dos grandes fazendeiros fluminenses – não fosse instrumentalizado diretamente por nenhum grupo ou facção em particular. Do ponto de vista simbólico, havia como que uma inversão que, ao mesmo tempo em que encobria as fontes sociais do poder estatal, fortalecia estas fontes em seus interesses mais amplos e fundamentais<sup>17</sup>.

O café, a política e a família formavam, portanto, os pilares que sustentavam o modo de vida no centro do qual estava o senhor de escravos. É neste contexto que se insere a figura do Comendador Luciano José de Almeida.

Luciano José de Almeida foi um homem de grande importância para o desenvolvimento de Bananal. Possuidor de muitas terras, ouro e café, sua vida está intimamente ligada à história da pequena cidade, a sua política e ao Segundo Reinado. Foi proprietário, com sua família, das mais belas fazendas da região, entre elas a Fazenda Boa Vista cuja origem inicia-se com seu avô Pedro Almeida Leal, que recebeu as sesmarias de Água Comprida e Pirapitinga próximas a de Manoel de Sá Carvalho na sesmaria do Caminho Novo. Seu filho, Luiz José de Almeida casou-se com Ana Maria da Conceição Pinto e tiveram três filhos, dentre eles o comendador Luciano José de Almeida.

Ao falecer seu pai deixa suas terras divididas entre seus três herdeiros. Luciano José de Almeida ao longo de sua vida foi comprando as partes da fazenda que pertencia a seus irmãos e em 1823 com apenas 27 anos tornou-se proprietário da Fazenda Boa Vista e toda extensão de terras que comportava as fazendas

<sup>16</sup> SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 60.

<sup>17</sup> | SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 55.

Cachoeira, Campo Alegre, Bocaina, Córrego Fundo, Jararaca e São Bento. Foi sob sua administração que a fazenda converteu-se em uma das mais opulentas da região como maior produtora de café.

Fazendo uma análise das construções das fazendas dos cafeicultores enriquecidos, Emílio Augusto Zaluar<sup>18</sup>, nos apresenta um panorama muito diferente do relatado por Saint Hilaire na década de 1850:

Os grandes proprietários de terrenos, deixando de freqüentar os povoados, e reconcentrando-se em suas fazendas, que são verdadeiros castelos feudais do nosso tempo, fazem convergir aí toda a vida, que refluí das povoações para essas moradas ostentosas onde muitas vezes o luxo e a riqueza disputam primazia a magnificência dos palácios da capital<sup>19</sup>.

A fazenda Boa Vista representava a opulência e o prestígio social e material dos Almeida. De luxuoso aspecto colonial, foi considerada totalmente auto-suficiente, produzindo tudo aquilo de que precisava para sua subsistência. Fabricava desde móveis até velas, tecidos de algodão. Possuía seu próprio capelão, carpinteiros e boticário. Foi à residência de Luciano José de Almeida durante toda sua vida. Por isso sua história está interligada a sua fazenda.

O Comendador casou-se em Bananal, a vinte seis de Outubro de 1825, com Maria Joaquina de Toledo Sampaio que era filha de Antônio Rodrigues que sucedeu Manoel de Sá Carvalho na sesmaria do Caminho Novo. Esta união representou a junção de imensas porções de terra e assim o enriquecimento pelo matrimônio.

O casal teve nove filhos: Domiciana Maria de Almeida, Placidia Maria de Almeida, Francisca Carolina de Almeida, Laurindo José de Almeida, Antônia Cândida de Almeida, Luiz Antonio de Almeida, Alexandrina de Almeida, Antonio Luiz de Almeida, Maria Luiza de Almeida.

Além de próspero fazendeiro dos mais importantes para a região, também se dedicou a política. Foi a alma do Partido Conservador em Bananal, seu chefe nos anos de 1840 a 1854, membro influente desse Partido, tendo como companheiros o Comendador Antonio Barbosa da Silva e o Comendador Manoel de Aguiar Vallim. Tinha como antagonista chefiando o Partido Liberal, seu irmão Comendador Antonio José Nogueira.

---

<sup>18</sup> Zaluar, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1860-1861). SP. Editora Itatiaia, EDUSP, 1975.

<sup>19</sup> FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Fortuna e Família em Bananal no Século XIX*. In: Hebe Maria Mattos de Castro & Eduardo Schnoor (org.). *Resgate: uma Janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. op cit. p. 70.

Durante a Revolução de 1842 que eclodiu nos estados de São Paulo e Minas Gerais, Luciano José de Almeida hospedou em sua fazenda o general Luiz Alves de Lima e Silva, Barão de Caxias, a Força Real, o Comando do Brigadeiro Pedro Paulo dos Santos Barreto e grande oficialidade, assim como as tropas de Caxias quando passavam pela região a caminho dos rebeldes. Por sua participação contra os revoltosos, e incentivo ao governo Imperial, recebeu a Comenda da Ordem de Cristo e também a Comenda da Ordem da Rosa no Brasil, por sua pronta intervenção, conseguiu evitar conflitos ainda mais dolorosos.

Em 1942, a revista *Atalaia* editada em Bananal publicou um interessante artigo sobre a vida do Comendador:

Deixou em terras, nas fazendas Boa Vista, Jararaca, Cachoeira, neste município, na fazenda Bocaina no município de Silveiras, e na fazenda Campo Alegre no município do Rio de Janeiro, 3.995 alqueires de braças quadradas e 1.810.000 cafeeiros e 816 escravos. Animais de tropa: 149 que faziam o transporte da produção das fazendas para o porto de Jurumirim, Província do Rio de Janeiro, naqueles tempos grande entreposto comercial, sendo que essa tropa, apesar do número elevado de animais, não vencia o serviço. Tanto assim que ao falecer deixou o Comendador mais de 20.000 arrobas de café por exportar, por falta de transporte. O prédio onde hoje funciona hoje o afamado Hotel Brasil pertencia ao espólio em apreço. Os prédios deixados pelo Comendador Luciano, reunidos num só bloco, poderiam formar uma cidade bem maior que a nossa. Nas suas fazendas havia tanto ou mais recursos do que em nossa cidade apesar de ser esta, há 87 anos, considerada uma das mais prósperas da Província. Tinha o Comendador em suas fazendas todos os recursos, tanto assim que em 1842 hospedou na Boa Vista o general Barão de Caxias, com todo o seu exército. Só esse ato do Comendador Luciano o elevou no conceito dos grandes políticos do Segundo Império. No seu testamento legou o Comendador diversas parcelas em dinheiro para a Santa Casa desta cidade e para as nossas Igrejas. Na fundação de Bananal muito trabalhou auxiliando as construções do prédio que ainda hoje serve de Fórum e Cadeia, e na abertura de diversas estradas. Por volta da abolição da escravatura, a fortuna deixada pelo Comendador, morto em 1854, teve uma redução de 500\$000 aproximadamente, ficando ainda uma elevada soma<sup>20</sup>.

Ao longo de sua vida constituiu uma das maiores fortunas do Brasil Império. Não há como identificar a origem de tão grande fortuna. Ao analisar a constituição da fortuna de Manoel de Aguiar Vallim, Sheila de Castro levanta a seguinte questão:

Estudos demonstram que enriquecer muito pela própria atividade agrária, no mundo escravista, era praticamente impossível. Verifica-se, inclusive, que as mais bem sucedidas unidades agrárias escravistas, não só açucareiras como cafeicultoras, tiveram origem no capital mercantil<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> FREITAS, Maria Aparecida, R. *Bananal. Cidade Histórica*. Berço do Café. Massao Ohno Roswitha Kempf. Editores. São Paulo, 1981.p 32

<sup>21</sup> FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Fortuna e Família em Bananal no Século XIX*. In: Hebe Maria Mattos de Castro & Eduardo Schnoor (org.). *Resgate: uma Janela para o Oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. op cit. p. 72

Luciano José de Almeida teve uma trajetória espantosa de enriquecimento em 1817 com 21 anos possuía apenas 14 escravos e uma produção diversificada de gêneros alimentícios e exportação, para o porto do Rio de Janeiro, de somente 40 arrobas de café. Depois de 22 anos encontra-se com 104 escravos, casado e vendeu 3.000 arrobas de café. Mas foi na década de 1840 que aumentou de maneira substancial seus bens como a compra de terras de pessoas variadas, sendo que duas se referiam as fazendas Cachoeira e Bocaina. Neste mesmo período fez grandes compras de escravos aumentando consideravelmente seu plantel.

O caso do Bracuhy lhe rendeu grandes problemas ao ser acusado juntamente com seu genro Manoel de Aguiar Vallim e Joaquim de Souza Breves de comprar um carregamento de escravos, desembarcados no porto do Bracuhy em Angra dos Reis em 1853, três anos após o encerramento do tráfico atlântico de escravos. Estes foram levados a júri e absolvidos. Porém os nomes dos titulares das maiores fortunas não só de Bananal, mas do Brasil estavam interligados a atividade ilegal de entrada de africanos no Brasil.

Luciano José de Almeida direcionava suas atividades econômicas a lavoura cafeeira, que tornava-se naquele momento, muita lucrativa e assim construiu seu império. Porém ser economicamente poderoso não garantia a certeza de ser considerado um bom homem. Sua inserção social também era importante. Era preciso estar integrado ao grupo que se reconhecia e era reconhecido, ter prestígio familiar, ocupar postos administrativos importantes. As estratégias de alianças matrimoniais das famílias abastadas incluíam além da anexação de fortunas o privilégio social.

Luciano José de Almeida ao casar sua filha Domiciana Maria de Almeida com Manoel de Aguiar Vallim promovia a união das famílias mais ricas e poderosas de Bananal e do Império. Formava-se o clã Almeida Vallim.

Sua esposa Maria Joaquina de Almeida nasceu na Vila de Thaubathé, a 27 de novembro de 1803. Filha de Antonio José de Sampaio e Silva e de Anna Joaquina de Toledo. Seu pai era proprietário agrícola, possuidor de grande fortuna e vasta porção de terras na região do Vale do Paraíba. Ao casar-se em 1825 passou a dirigir e orientar pessoalmente a fabricação de móveis, a confecção das rendas e linhas, dos tecidos e acompanhava o trabalho de seus escravos.

Das sesmarias abertas por seu sogro, Luiz José de Almeida, resultaram as fazendas que vieram ter às suas mãos, acrescidas do patrimônio deixado para seu marido pelo irmão falecido solteiro, Luiz José de Almeida.

Ficou conhecida como a Matriarca de Bananal pelos incontáveis benefícios que prestou a cidade e aos necessitados em geral. Suas ações eram destacadas nos jornais da época, como em 1874 divulgava o *Jornal Iris Bananalense*:

O exmo, Comendador Manoel de Aguiar Vallim e a exma. D. Maria Joaquina de Almeida, libertarão, aquelle 13 escravos, esta 32, cujos nomes vão em seguida publicados: Todos os libertos continuarão residindo nas fazendas dos mesmos, das quaes não quizeram apartar-se, e são ali tratados generosamente, não lhes faltando a necessária alimentação, vestuário, medico e botica quando enfermos, bem como terras para cultivarem. Factos dessa ordem honrão os philanthropos, que o praticarão, e por si mesmo se recomendão. Libertos por D. Maria Joaquina de Almeida: Antonio carreiro e sua mulher Antonia, Bento pardo e sua mulher Damazia, Antonio Fellipe e sua mulher Victoria, Fabiano e sua mulher Rita, José Macuá e sua mulher Joanna, Antonio, Hilario, Antonio Araujo, Antonio Bento, Eugenia parda, Christina, Delphina, Roza, Anacleto, Honoria, Maria, Ihnes, Fabricio pardo, Alberto, Thereza, Antonio pardo, Pedro creoulo e outros<sup>22</sup>

Seu nome estava sempre ligado as benfeitorias que ocorriam na cidade como a reforma da Igreja Matriz de Bananal, a manutenção permanente da Santa Casa de Misericórdia. Em seu testamento deixou determinado:

“Ordeno que meu testamenteiro distribua pelos pobres a quantia de quatrocentos mil reis ficando ao seu arbítrio fazer essa distribuição como e quando entender mais útil e conveniente”<sup>23</sup>.

Maria Joaquina de Almeida foi uma mulher benemérita e grande administradora de seus bens. Com 51 anos de idade, herdou uma fortuna do marido. De todos os bens herdados nada pereceu sob sua administração, soube levar a frente os negócios. Através da leitura de seu inventário, onde a descrição dos vários bens, deixados a seus herdeiros, demonstra o quanto ela soube gerir o vultuoso patrimônio herdado. Era enorme a relação do que deixou em imóveis, terras, café e escravos, além de pratas, objetos de arte, móveis, e jóias.

Portanto, a Família Almeida entrou para a história da cidade de Bananal e do Império, através de seus mais ilustres representantes o Comendador Luciano José de Almeida e sua esposa Maria Joaquina de Almeida que ao herdar os bens de seu marido administrou por 28 anos a fazenda Boa Vista e seus escravos. Seguiu os caminhos percorridos pelo marido e ao lado de seu genro Manoel de Aguiar Vallim

<sup>22</sup> FREITAS, Maria Aparecida, R. *Bananal. Cidade Histórica*. Berço do Café. Massao Ohno Roswitha Kempf. Editores. São Paulo, 1981.

<sup>23</sup> Testamento anexado ao Inventário de Maria Joaquina de Almeida- 1882, fls.6-7.

ampliou consideravelmente a fortuna que recebeu. Representou a Família Almeida até o período final da escravidão.

Enfim, foi percorrendo a trajetória da Família Almeida e, como será apresentado mais adiante, de seus escravos, no decorrer dos anos 1854 a 1882, que foi possível a realização do presente estudo.



## 2 DEMOGRAFIA ESCRAVA

### 2.1 A grande escravaria do Comendador Luciano José de Almeida

Em seu inventário, aberto em 1854, o Comendador Luciano José de Almeida legou aos seus onze herdeiros um exorbitante patrimônio, avaliado em Rs.2:505.744\$515. Ao longo de sua vida, Luciano multiplicou sua fortuna de modo impressionante. Em 1817, segundo dados das listas nominativas de habitantes, Luciano, ainda solteiro e com 21 anos, possuía fogo próprio e tinha somente 12 escravos; além de uma produção diversificada de gêneros alimentícios, exportou apenas 40 arrobas de café. Em 1822, ainda solteiro produziu 1000 arrobas de café, além de gêneros de subsistência, e tinha somente 59 escravos<sup>24</sup>. Em 1829, já casado com Maria Joaquina de Almeida, era proprietário de 104 escravos e vendeu 3.000 arrobas de café<sup>25</sup>. Quando morreu, aos 58 anos, o Comendador possuía uma imensa escravaria constituída por 816 escravos, 993.000 pés de café, e as fazendas Boa Vista, Cachoeira, Córrego Fundo, Fazendinha, Campos da Bocaína, além de outros sítios<sup>26</sup>. Possuía, portanto, 10,7% da escravaria total de Bananal, que era de 7.621cativos em 1854.

Desta maneira, ressalta-se dois aspectos que devem ser considerados para a análise da escravaria em questão. Em primeiro lugar, é importante ter em mente que ao longo de pouco mais de duas décadas Luciano José de Almeida tornou-se proprietário de uma escravaria excepcionalmente grande, pois mesmo se considerarmos que grandes escravarias possuíam mais de cinquenta escravos, 816 cativos é um número significativamente raro mesmo entre os grandes proprietários de escravos. Portanto, quaisquer resultados obtidos a partir de nosso estudo demográfico devem levar em conta que, sob o aspecto do volume demográfico, estamos diante de um caso excepcional. A historiografia que se dedicou ao tema da família cativa no Brasil admite que o tamanho dos plantéis condicionou a existência

---

<sup>24</sup> Disponível em < <http://www.arquivodoestado.sp.gov.br/viver/resframeset.phd>>. Acesso em 01 jan. 2011.

<sup>25</sup> FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. Fortuna e Família em Bananal no Século XIX. In: Hebe Maria Mattos de Castro & Eduardo Schnoor (org.). *Resgate: uma janela para o oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995. p74.

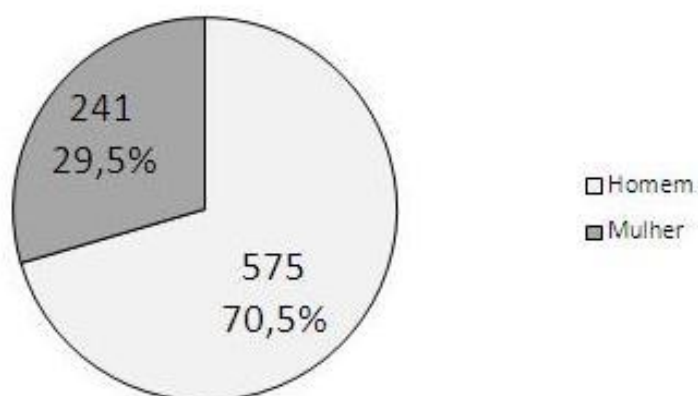
<sup>26</sup> Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, N°1443, 28/08/1854.

dos laços familiares entre os cativos. À primeira vista, tal aspecto sugere a maximização do desenvolvimento das relações familiares na escravaria que ora o presente trabalho se propõe a analisar.

O segundo aspecto que devemos observar é que a formação e o desenvolvimento desta comunidade de cativos estavam inseridos em um contexto de contínua ampliação da produção cafeeira. Tal prosperidade econômica baseava-se na constante inserção de novos cativos que eram incorporados aos plantéis por meio do tráfico internacional de africanos e, com o seu fim em 1850, do comércio inter e intraprovincial de cativos.

Basicamente, pode-se dizer que Luciano José de Almeida fez suas maiores compras de escravos ao longo da década de 1830, pois em 1829 ele só possuía 13% dos escravos que formavam seu plantel em 1854. A escravaria analisada foi constituída e ampliada, sobretudo, por meio do comércio internacional de escravos. Como podemos observar adiante, no gráfico um, a distribuição sexual dos cativos do Comendador é típica deste período e corresponde à realidade dos plantéis de cativos, sobretudo nas grandes *plantations* escravistas.

**Gráfico 1 - Distribuição sexual dos escravos de Luciano José de Almeida (1854)**



Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

O gráfico apresenta um significativo desequilíbrio na distribuição sexual do plantel, pois os homens representavam 70,5% da escravaria enquanto que as mulheres 29,5%. Apesar dos dados serem de 1854, pode-se perceber claramente o

impacto do tráfico internacional de escravos na composição desta escravaria por meio da predominância dos homens sobre as mulheres. A preferência pelos homens no momento de formação da escravaria representava os interesses do período de implantação e ampliação da produção cafeeira, que passou por quatro fases de desenvolvimento. O primeiro período foi marcado pela implantação e transformação da região numa área de *plantation*, com a chegada em larga escala dos cativos africanos, o desmatamento e a ocupação das terras e a diferenciação de uma camada social dominante, os mega proprietários de escravos. O período de expansão foi o pico econômico da cultura cafeeira, quando se atingiu os recordes de produção, alimentada pelas levas de africanos. O apogeu se deu entre 1851 e 1865, ainda que o ritmo da produção começasse a diminuir, premido pelo fim do afluxo de novos braços trazidos pelo tráfico internacional e, principalmente, pela escassez de terras virgens para alimentar a expansão experimentada no período anterior. E finalmente a grandeza que chegou na segunda metade dos anos de 1860, não obstante a inexistência de matas virgens que propiciassem a plantação de novos pés de café e do lento declínio da produtividade dos cafezais envelhecidos, as fazendas ainda eram um bom negócio<sup>27</sup>.

A existência do tráfico atlântico antes de 1850 teria levado os senhores a assumirem padrões de cálculos econômicos específicos: a possibilidade de obter escravos baratos e abundantes resultou no desinteresse em incrementar as taxas endógenas de procriação. Os homens constituíam-se na principal força de trabalho.

A razão de masculinidade da escravaria de Luciano José de Almeida atingiu um índice de 238 neste período. Havia 238 homens para cada grupo de cem mulheres no plantel.

José Flávio Motta ao analisar a região de Bananal com base na lista nominativa de habitantes nos anos de 1801, 1817 e 1829, encontrou uma razão de sexo em constante crescimento, 138,7, 179,8 e 218,7, respectivamente. Este aumento, segundo o autor, acompanhou exatamente o desenvolvimento da cultura cafeeira na cidade e a intensificação da entrada de escravos no município<sup>28</sup>.

Ao estudar a mesma cidade no período posterior ao de Motta, Breno Servidone Moreno, a partir dos inventários dos cafeicultores escravistas, analisou a

---

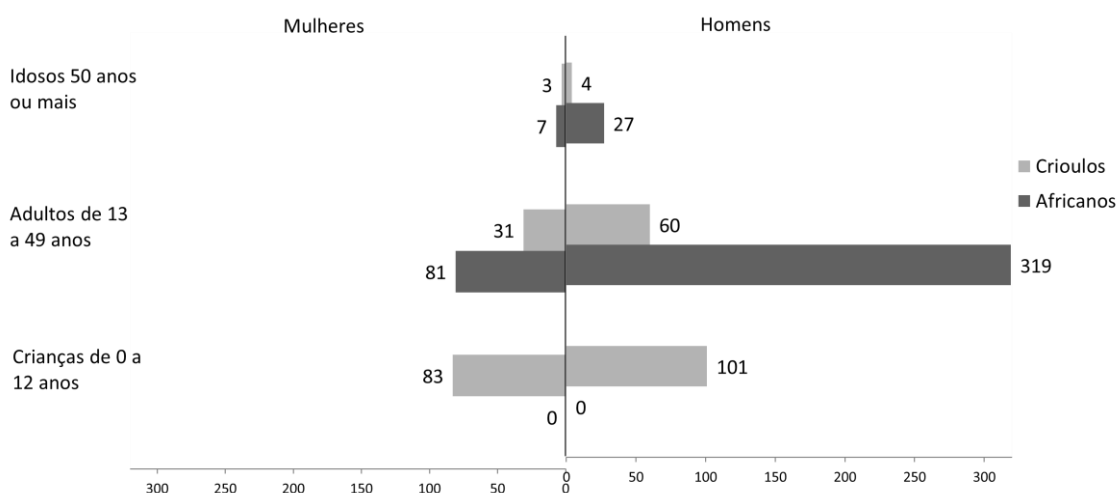
<sup>27</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 150.

<sup>28</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura e posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Anablume- Fapesp, 1999, p. 291.

composição demográfica dos plantéis e a estruturada posse de cativos entre 1830 e 1888. Para a década de 1850, encontrou uma razão de masculinidade de 238,3 para os mega-escravistas, ou seja, havia 238 homens para cada grupo de cem mulheres. Fonte, que tinham 100 ou mais cativos, índice igual ao do plantel de Almeida<sup>29</sup>. Portanto, observamos que a escravaria do Comendador se encaixa no perfil seguido por Bananal quanto ao índice de razão de masculinidade apresentado.

Em relação ao perfil etário-sexual da escravaria de Luciano José de Almeida, utilizamos a mesma divisão adotada por Ricardo Salles em *E o Vale era o escravo*<sup>30</sup>. Para efeito de análise, Ricardo considera três grandes faixas etárias: a de crianças e infantes, constituída pelos indivíduos com até 12 anos de idade; a dos jovens e adultos, entre 13 e 49 anos; e a dos escravos de meia idade e idosos, com 50 anos ou mais.

**Gráfico 2 - Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos de Luciano José de Almeida (1854)**



Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Obs.: Excluimos 28 escravos cuja idade não foi descrita; 65 adultos (42 homens e 23 mulheres) e sete idosos (três homens e quatro mulheres), já que não foi possível determinar a origem dos mesmos.

Os africanos, em número de 434, constituíam 61% dos escravos com origem conhecida de Luciano José de Almeida em 1854. Sua imensa maioria era composta por adultos, 400 ao todo. Somente 34 tinham 50 anos ou mais e não havia, entre eles, nenhuma criança ou infante. Os africanos eram 81,5% dos adultos com origem

<sup>29</sup> MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura da posse de escravos em Bananal (1830-1888)*. Relatório Final de Iniciação Científica/FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, p. 31.

<sup>30</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 223-4.

determinada e 83% dos cativos com 50 anos ou mais. Aqui encontramos a marca distintiva do tráfico internacional. Os 319 homens africanos, por sua vez, constituíam 80% dos africanos adultos, contra 20% das mulheres, e 65% de todos os adultos. Esse fato indica a clara preferência por escravos masculinos na fase de implantação e expansão da cultura cafeeira, na qual se inserem claramente os negócios de Luciano José de Almeida. Entre os crioulos adultos, que representavam 18,5% de todos os escravos dessa faixa, os homens constituíam 66% e as mulheres 34%.

Por sua vez, todas as crianças encontradas no plantel eram crioulas, indicando uma surpreendente reprodução da escravaria.

Por fim, em menor proporção, estavam os cativos de meia idade e idosos, perfazendo tão-somente 6% (41) de toda a população cativa com origem determinada, sendo 31 homens e 10 mulheres.

Para perceber exatamente como se daria a reprodução natural do plantel a partir de 1850 – em virtude do fim da entrada de cativos africanos via tráfico transatlântico –, adotou-se o critério utilizado por Carlos Engemann em *De Laços e de Nós*<sup>31</sup> ao analisar a pirâmide etário-sexual da Fazenda Resgate, pertencente ao Comendador Manoel de Aguiar Vallim, genro de Luciano José de Almeida. Engemann apresentou a escravaria em várias faixas etárias, sendo que na primeira, denominada de primeira infância (de 0 a 4 anos), ele observou a taxa de reprodução natural do plantel, que foi de 8% do conjunto do plantel<sup>32</sup>.

Seguindo este cálculo, dentre as 184 crianças do plantel com idade descrita, localizamos 95 com quatro anos ou menos em 1854, ou seja, nascidas a partir de 1850. Assim, foi encontrada na escravaria do Comendador uma taxa de reprodução natural de 13,2.

Seja como for, podem-se observar que a escravaria de Luciano José de Almeida era majoritariamente composta por cativos africanos, adultos e do sexo masculino, características estas condizentes com as grandes escravarias do Vale do Paraíba nesse período. Vale lembrar que nesse período Bananal era a maior produtora de café da província de São Paulo, com uma produção de 554.600 arrobas. Além disso, possuía o maior contingente de cativos, totalizando 7.621 escravos, que correspondiam a 66,4% da população total do município.

---

<sup>31</sup> ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós*. Rio de Janeiro, Ateliê, 2007.

<sup>32</sup> *Ibidem* p. 82.

Desta forma, analisando alguns dados demográficos estatísticos sobre a população escrava do plantel, foram observadas as transformações de circunstâncias materiais e demográficas que condicionaram as experiências de vida de Maria Joaquina e de seus escravos. Estes aspectos quantitativos como taxa de africanidade, idade, proporção de sexo, ao se transformarem, refletem diretamente nas relações sociais entre senhor e escravo. Nestas condições, entende-se que existe uma correlação demográfica de força presente em qualquer situação social, e especialmente no âmbito de uma sociedade escravista. Portanto, estas relações foram concebidas como relações demográficas de força<sup>33</sup>.

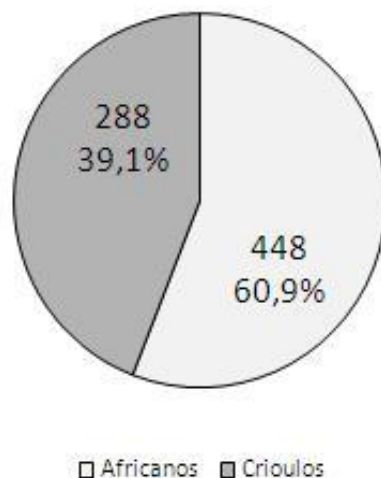
Assim, observando a composição da escravaria de Luciano José de Almeida, realça-se o dado mais importante da relação demográfica de forças entre senhores e escravos no Brasil, destacadamente na região cafeeira, até os primeiros anos da década 1860: a presença africana. O gráfico três indica que 60,9% dos 736 escravos com origem conhecida do Comendador eram africanos, enquanto que os crioulos representavam 39,1%. Três quintos da escravaria eram constituídos por indivíduos nascidos no continente africano. Em relação aos cativos sem origem descrita, pode-se sugerir que a maior parte deveria ser formada por crioulos, em virtude da baixa razão de masculinidade, 158, entre eles.<sup>34</sup> Comparando a proporção de africanos do plantel de Luciano com índice de africanidade dos mega-escravistas de Bananal no decênio de 1850, que era de 55,2%, encontrada por Breno Moreno,<sup>35</sup> nota-se uma pequena diferença, de cerca de 5%. Este fato pode indicar que o plantel do Comendador estava com um ligeiro “atraso” em termos da tendência à crioulição da população cativa em relação ao restante do município. Possivelmente, este fato indica que Luciano permaneceu comprando africanos ao longo da década de 1840 e que, portanto, seus negócios continuavam em expansão.

---

<sup>33</sup> SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 27.

<sup>34</sup> Dos 816 cativos, não foi possível determinar a origem de 80 deles (49 homens e 31 mulheres).

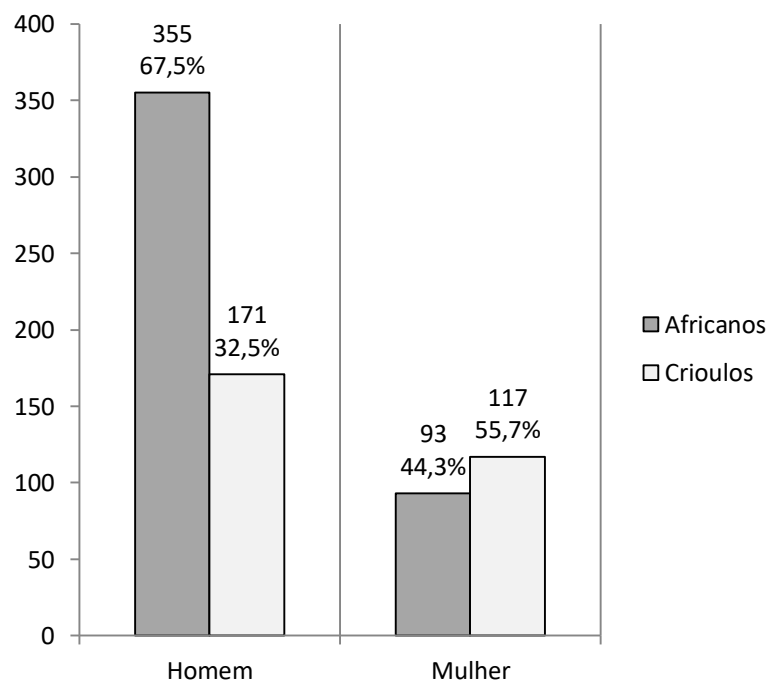
<sup>35</sup> MORENO, Breno, op. cit., nota 29, p. 36.

**Gráfico 3 - Origem dos escravos de Luciano José de Almeida (1854)**

Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

A preferência pelos homens é claramente observada pelos índices do gráfico quatro. Os cativos africanos representavam 67,5% da população masculina da escravaria de Luciano, enquanto os crioulos perfaziam 32,5% de todos os escravos. Porém, se por um lado, havia uma proporção significativa de homens africanos em detrimento dos crioulos, por outro, observamos o movimento contrário entre as mulheres: as crioulas eram a maioria e somavam 55,7%, enquanto as africanas correspondiam a 44,3% das mulheres do plantel. Deste modo, podemos perceber claramente o efeito do tráfico internacional na composição da escravaria do Comendador, demonstrado pela presença maciça de cativos africanos, na maioria jovens e adultos do sexo masculino.

**Gráfico 4 - Origem e distribuição sexual dos escravos de Luciano José de Almeida (1854)**



Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

O plantel de Luciano José de Almeida apresentava características semelhantes às encontradas em outras regiões de *plantation* escravista. Como os dados encontrados por Manolo Florentino e João Fragoso que, estudando Paraíba do Sul, na província do Rio de Janeiro, estimaram em 64,5% a cota da população escrava formada por africanos no período de 1850-1854.<sup>36</sup> Por sua vez, Ricardo Salles apontou que a proporção de cativos africanos na década de 1850 era aproximadamente igual a 58%,<sup>37</sup> índice este mais próximo ao de Bananal e ao do plantel de Almeida.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que os índices apresentados acompanham o período correspondente à formação e desenvolvimento da cultura cafeeira na região, assim como a introdução de escravos africanos nas fazendas que despontavam. Comparativamente, o plantel do Comendador Luciano de Almeida em 1854 apresentava uma taxa de africanidade superior ao índice referente à Bananal, bastante próxima em relação à Vassouras e inferior no caso de Paraíba do Sul. Tais diferenças, no entanto, devem-se basicamente ao período compreendido na análise

<sup>36</sup> FLORENTINO, Garcia Manolo; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

<sup>37</sup> SALLES, op. cit. nota 14, p. 181.



da região de Bananal (1850-1859), que tende a apresentar uma porcentagem menor de africanos em virtude do distanciamento quanto ao fim do tráfico atlântico, e Paraíba do Sul (1850-1854), que abrange um período menor, refletindo ainda o impacto do tráfico de africanos na escravaria.

## **2.2 Transferência de mãos: de Luciano José de Almeida para Maria Joaquina de Almeida**

Ao falecer em 1854, o Comendador Luciano José de Almeida deixou seus 816 escravos para seus onze herdeiros, dentre eles sua esposa Maria Joaquina de Almeida, que naquele momento tinha cerca de 50 anos de idade. Herdeira direta de metade de todos os bens, a “matriarca de Bananal”, como era conhecida, recebeu um contingente de 415 cativos e a Fazenda Boa Vista. Maria Joaquina sobreviveu ao marido por 28 anos falecendo em 1882, já no contexto de crise política da escravidão no Império do Brasil. Assim, foi possível acompanhar, no universo de uma grande fazenda, a Boa Vista, durante este tempo, as transformações que ocorreram, condicionando e afetando diretamente a relação demográfica de forças entre senhores e escravos na região do Vale. Para esta análise foi examinada a partilha dos bens presente no inventário de Luciano José de Almeida, a Lista de Matrícula dos escravos de 1872 e o inventário de Maria Joaquina de Almeida de 1882.

Com a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 chegava ao fim o tráfico internacional de escravos africanos. Acabava a imensa oferta de cativos que abasteciam continuamente as fazendas de café do Vale do Paraíba. Até o início da década de 1870 os senhores encontraram no tráfico inter e intraprovincial e na reprodução natural dos escravos a forma de dar continuidade do regime escravocrata. Porém após 1871, com a libertação do ventre das escravas, a segunda possibilidade começou a perder importância do ponto de vista do longo prazo. A Lei Rio Branco, entretanto, concedia aos senhores a utilização da mão de obra dos ingênuos até que estes completassem 21 anos.<sup>38</sup> Ainda que esta tenha

---

<sup>38</sup> Segundo a referida Lei, de 28 de setembro de 1871, a escravidão tem por limite a vida do escravo nascido na véspera da lei.

sido a opção da maioria esmagadora dos senhores, que, dessa maneira, estendiam seu controle sobre o trabalho desses ingênuos, a escravidão no Brasil estava com os seus dias contados. Mais ainda, a partir da lei, as relações entre senhores e escravos passavam a sofrer a intervenção direta do Estado, o que era, até então, inusitado.

Nesse mesmo período foram promulgadas as primeiras leis de proteção ao cativo: a Lei de 1869, que proibia a separação das famílias escravas por venda ou doação, e a regulamentação, em 1872, do Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos. Na ordem de classificação para alcançar o benefício estavam em primeiro lugar as famílias.<sup>39</sup> Estas leis davam garantias aos cativos e reconheciam a partir de então a intervenção do Estado nos caminhos da escravidão no país. Nesse contexto, o senhor havia perdido o pleno poder de decisão que tinha sobre a vida de seu escravo.

A partir de então estavam presentes novas condições históricas, demográficas, econômicas, sociais e políticas, que permitiram aos escravos a intensificação e pressão para a ampliação de seus espaços de liberdade, sobretudo pela constituição de famílias, o mais significativo deles. Na década de 1880 assistia-se ao aumento do debate em torno da legitimidade da escravidão no país juntamente com as lutas e resistências escravas que se intensificavam. Esses movimentos passaram a comprometer o sossego e a estabilidade dos senhores, e a instaurar o temor de levantes escravos nas fazendas. O movimento abolicionista passava a ganhar mais espaço tanto na cidade, bem como nas áreas rurais, onde a maior parte da propriedade cativa se concentrava.

É diante dessa nova conjuntura que essa dissertação analisa a evolução das relações demográficas de força entre Maria Joaquina de Almeida e seus escravos. Para tanto, levantou-se as seguintes questões: Como Maria Joaquina de Almeida iria organizar a reposição de mão de obra cativa? Como manteve sua escravaria por quase três décadas? Qual era a composição desta escravaria em 1872 e em 1882?

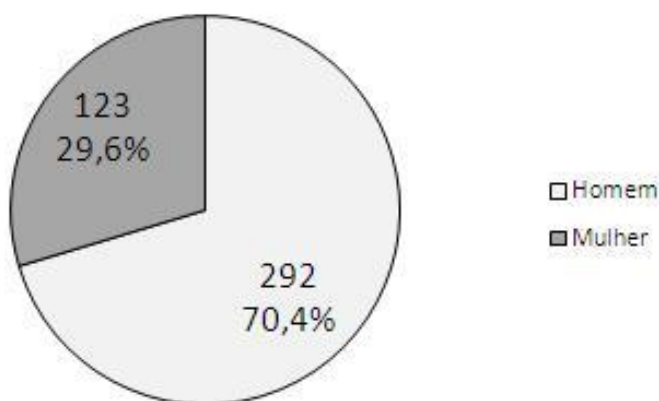
Começaremos analisando o perfil dos 415 escravos que Maria Joaquina de Almeida herdou em 1854. No que diz respeito ao sexo dos cativos no gráfico cinco, os homens representavam 70,4% (292) da escravaria e as mulheres 29,6% (123). O

---

<sup>39</sup> TEIXEIRA, Heloisa M. *Reprodução e famílias escravas em Mariana – 1850 a 1888*. [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História; 2001.

plantel apresentava uma razão de masculinidade bastante elevada, chegando a 237<sup>40</sup>. Como podemos perceber, estes índices são idênticos aos da escravaria de seu falecido marido, uma vez que Maria Joaquina herdou metade de seus cativos.

**Gráfico 5 - Distribuição sexual dos escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida (1854)**

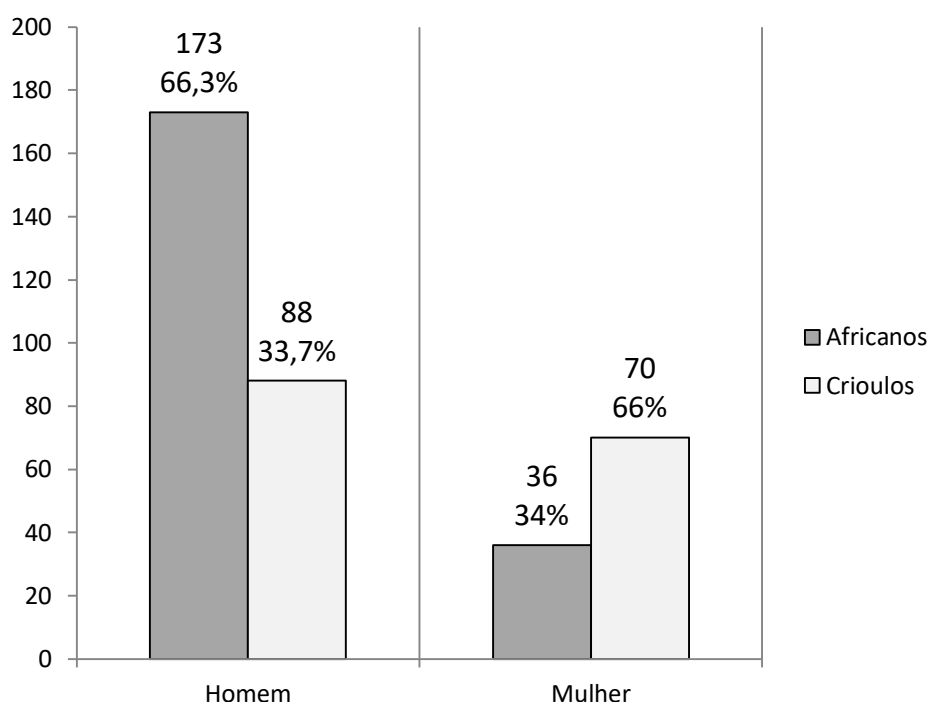


Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Em relação à origem dos escravos, nota-se uma concentração maior de africanos (56,9%) em detrimento dos crioulos (43,1%). Observa-se que Maria Joaquina herdou uma proporção um pouco maior de crioulos se compararmos com a escravaria de Luciano. Os homens africanos ainda eram a maioria 66,3% (173), enquanto os crioulos representavam 33,7% (88). Entre as mulheres, observamos o contrário, pois as crioulas, que perfaziam 66% (70) e representavam quase o dobro das africanas, que eram 34% (36). Quanto aos escravos que não tiveram sua origem identificada – 48 no total, sendo 31 homens e 17 mulheres –, observamos que boa parte deles deveria ser oriunda do continente africano, haja vista a elevada razão de masculinidade (182).

<sup>40</sup> Havia no plantel 237 homens para cada grupo de cem mulheres.

**Gráfico 6 - Origem e distribuição sexual dos escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida (1854)**

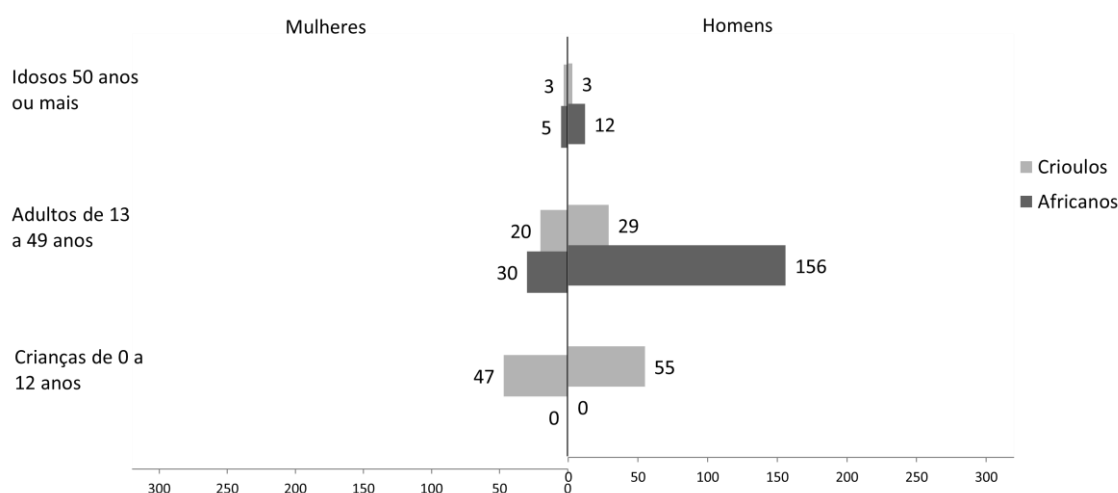


Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

No que tange ao perfil etário da escravaria herdada por Maria Joaquina, observamos que dos 415 cativos, 68,3% (276) eram jovens e adultos, as crianças e infantes representavam 25,3% (102), e os de meia idade e idosos 6,4% (26), perfil este muito semelhante à escravaria do Comendador Almeida.<sup>41</sup> Levando-se em consideração o Gráfico sete, podemos apontar que entres os escravos adultos cuja origem foi possível identificar (235), havia um grande desequilíbrio quanto ao sexo e origem: no primeiro caso, os homens perfaziam 78,7% e, em relação ao segundo, os africanos eram a maioria, totalizando 79,1% da escravaria. Entre as crianças, por outro lado, constatamos um equilíbrio sexual, como era de se esperar. Por fim, dentre os idosos com origem descrita (23), os cativos do sexo masculino representavam quase dois terços desta população e os africanos cerca de 74%.

<sup>41</sup> Dos 415 cativos pertencentes à Maria Joaquina, excluímos onze deles, haja vista que não foi possível estimar suas respectivas idades.

**Gráfico 7 - Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida (1854)**



Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

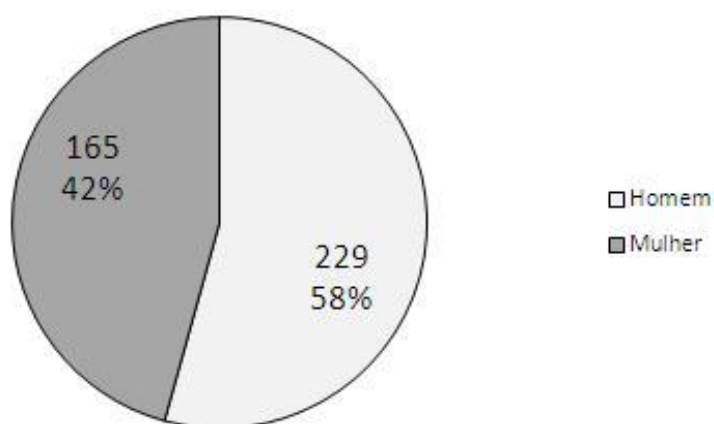
Vejamos agora como esse plantel evoluiu no espaço de 18 anos.

Em 1872, todos os senhores de escravos foram convocados a apresentarem um documento contendo todas as informações referentes a cada escravo que possuíam. Foi criada então a Lista de Matrícula dos Escravos, um documento obrigatório aos senhores de cativos contendo exatamente a quantidade de escravos existentes, em que cada um recebia um número de matrícula, que passava a ser sua identificação. Com esta ação o Estado passava a ter controle sobre a quantidade de cativos no país. É a partir da análise da Lista de Matrícula de 1872 que passaremos a compreender as mudanças ocorridas na composição do plantel de Maria Joaquina ao longo destes 18 anos que separam a morte de Luciano José de Almeida e a confecção da Matrícula de Escravos.

Em primeiro lugar, vale notar que a “matriarca de Bananal” manteve um número de cativos bem próximo ao que havia herdado de seu marido. Em 1872, ela tinha 394 escravos. Outro dado interessante que nos despertou a atenção diz respeito à redução significativa na proporção de homens na população cativa de seu plantel, que passou de 70,4% para 58%, como fica demonstrado no gráfico 8. Tal fato era de se esperar uma vez que o tráfico atlântico, responsável pela entrada maciça de africanos, sobretudo homens, havia cessado há pouco mais de 20 anos. No mesmo período, as fazendas Resgate e Bocaina, ambas pertencentes a Manoel

de Aguiar Vallim, apresentavam uma percentagem semelhante de cativos do sexo masculino, 58% e 59%, respectivamente, como demonstrado no quadro um.

**Gráfico 8 - Distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872)**



Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725 04/02/1882.

**Quadro 1 - Distribuição sexual dos escravos em três grandes fazendas de café**

Fazenda	População Total	Homens		Mulheres	
		Total	%	Total	%
Boa Vista	394	229	58	165	42
Bocaina	226	132	58	94	42
Resgate	436	257	59	179	41

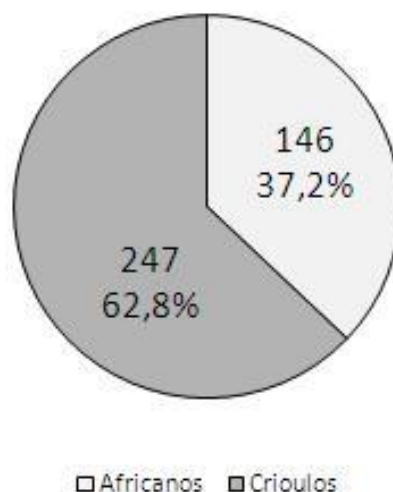
Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4128, 04/02/1882; Carlos Engemann, *De Laços e de Nós*, p. 82.

Em relação à origem dos cativos, no gráfico nove, notamos uma completa inversão da situação verificada em 1854: neste momento, os crioulos aumentaram sua participação relativa, atingindo 62,8% (247), em detrimento dos africanos, que perfaziam apenas 37,2% (146) da população servil<sup>42</sup>. De acordo com o gráfico 10, observamos ainda que, dentre os homens, houve uma redução na proporção de africanos, que passou de 66,3% (1854) para 50,7%, atingindo, portanto, um equilíbrio com a população crioula. Por sua vez, no caso das mulheres verificamos um

<sup>42</sup> Vale lembrar que apenas um escravo do sexo feminino não teve sua origem identificada.

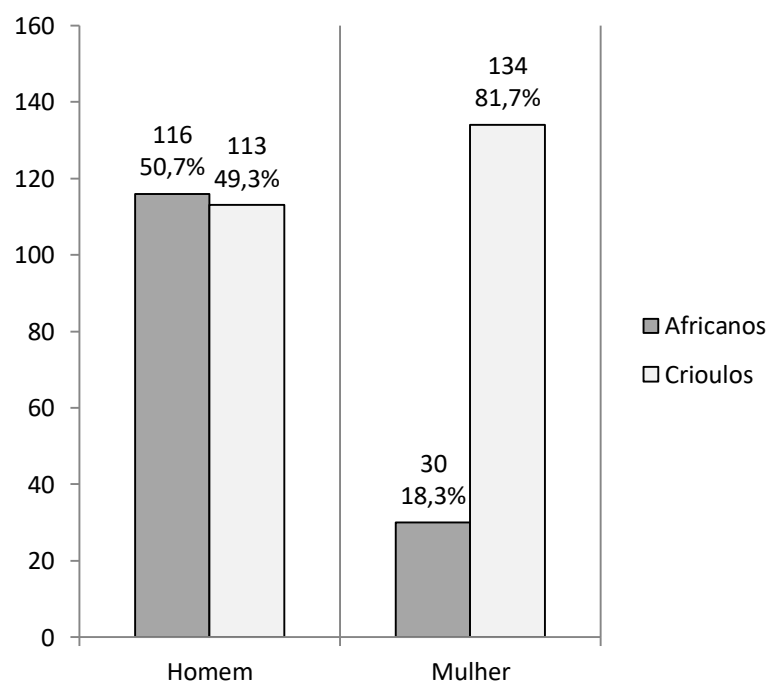
aumento na porcentagem de crioulas, que passou de 66%, em 1854, para 81,7%, em 1872.

**Gráfico 9 - Origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872)**



Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

**Gráfico 10- Origem e distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872)**



Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725, 04/02/1882.

No que tange à composição etária do plantel, observamos que houve uma redução significativa na participação da população adulta, que passou de 68,3% em 1854 para 50,8% (200). Percebemos uma diminuição na proporção de crianças que

passou de 25,3% para 23,7% porém esta queda é insignificante, menos de 2%. Segundo Stuart Schwartz, uma comunidade deveria ter cerca de um terço de seus membros com idade até 13 anos para, mesmo com uma alta taxa de mortalidade, apresentar condições de reprodução natural<sup>43</sup>.

Observamos assim que a comunidade cativa da fazenda Boa Vista possuía um alto percentual na casa dos 23,7% (2/3) de seus membros com idade de 12 anos em 1872. Este percentual seria um pouco maior se considerássemos 13 anos a idade limite para crianças e infantes, no nosso caso adotamos a idade de 12 anos, seguindo a mesma divisão etária seguida por Ricardo Salles em *E o Vale era o escravo*<sup>44</sup>. Assim podemos considerar que a comunidade cativa de Maria Joaquina estava perto de apresentar condições de reprodução natural.

Notamos ainda um aumento bastante considerável na porcentagem de idosos, que passou de 6,4% para 25,5% (100)<sup>45</sup>.

O aumento no número de escravos com 50 anos ou mais é devido ao estancamento – ou quase – da entrada de novos jovens e adultos, o que antes era proporcionado, a uma taxa muito elevada, pelo tráfico. Esse aumento se deve ainda ao fato de que havia se passado mais tempo desde a composição do plantel, ali pelas décadas de 1830 e 1840. Tudo isso indica, claramente, que é necessário distinguir entre uma dinâmica demográfica crioula e outra africana. A primeira, marcada pela tendência ao crescimento natural como os dados de 1872 parecem indicar, e a segunda, marcada pela imigração forçada de jovens e adultos africanos, majoritariamente do sexo masculino. Grosso modo, até meados de 1850, prevaleceu essa segunda dinâmica demográfica, que correspondeu ao período de implantação (até 1835) e expansão (até 1850) do café, com a derrubada das matas e a abertura de novos cafezais. A partir de meados da década 1850, diminuiu ou cessou a expansão dos cafezais. Com esse fato, diminuiu também a necessidade de aportes maciços de novos braços. O crescimento e mesmo a manutenção natural da comunidade escrava era suficiente para manter os negócios. Quando muito, necessidades específicas de mão-de-obra podiam ser satisfeitas com a complementação do trabalho livre, cuja oferta aumentava devido ao crescimento

---

<sup>43</sup> SALLES, Ricardo apud SCHWARTZ, . *E o Vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p. 229.

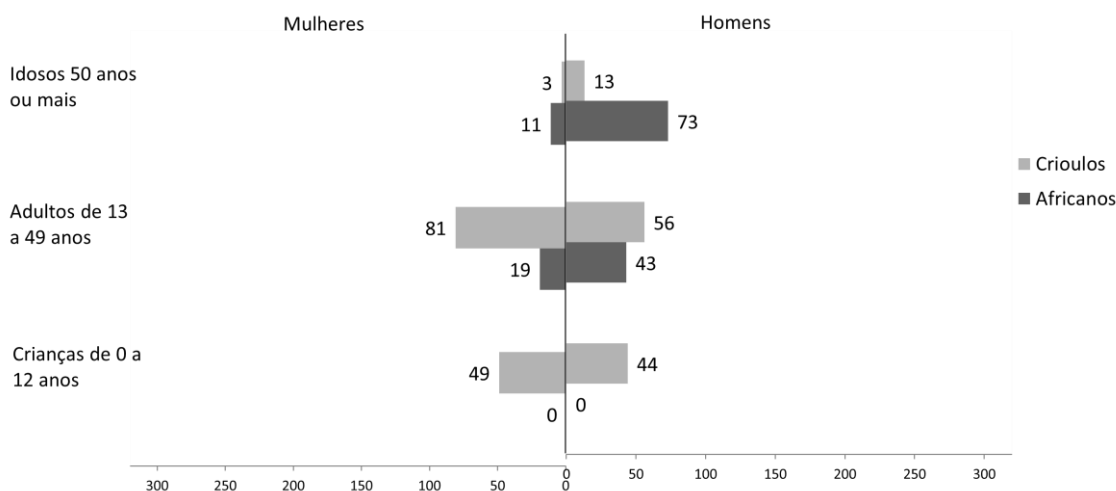
<sup>44</sup> *Ibidem*, pp. 223-4.

<sup>45</sup> Dos 394 escravos existentes no plantel de Maria Joaquina de Almeida, excluímos um deles, pois não foi possível determinar sua idade.



dessa parcela da população. O caso do plantel de Maria Joaquina na fazenda Boa Vista mostra claramente esse movimento, que, com grande margem de certeza, pode ser generalizado para outras áreas do Médio Vale do Paraíba.

**Gráfico 11- Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1872)**



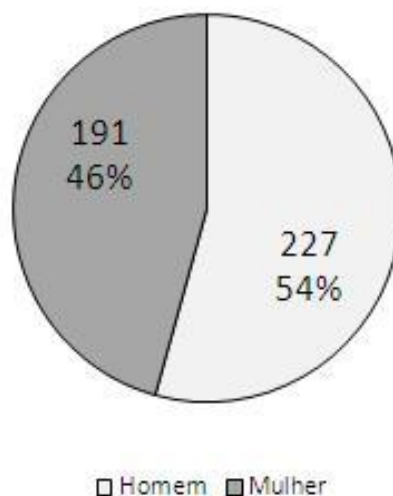
Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725 04/02/1882.

Obs.: Excluímos uma escrava cuja idade não foi descrita e uma adulta que não teve sua origem identificada.

No ano de 1882, Maria Joaquina de Almeida faleceu com cerca de 80 anos de idade. No decorrer dos quase 30 anos que separam a morte de seu marido e a sua, a “matriarca de Bananal” conseguiu acumular um patrimônio superior ao que havia herdado. Dentre os bens inventariados, deixou para seus 15 herdeiros entre eles seus oito filhos e sete netos as fazendas Boa Vista, Cachoeira e Jararaca, 418 escravos e 567.200 pés de café.

Como podemos observar, entre 1872 e 1882, houve um aumento da população cativa no plantel de Maria Joaquina, devido principalmente à expansão física do grupo das mulheres, que passou de 165 (42%) para 191 (46%). Já o grupo dos homens não sofreu grandes mudanças, pois manteve quase o mesmo número de pessoas, embora tenha reduzido sua participação relativa a 54%, como fica demonstrado no gráfico 12. Este plantel, portanto, foi ficando cada vez mais equilibrado, tornando assim mais propícias o estabelecimento de laços familiares entre os cativos.

**Gráfico 12- Distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882)**



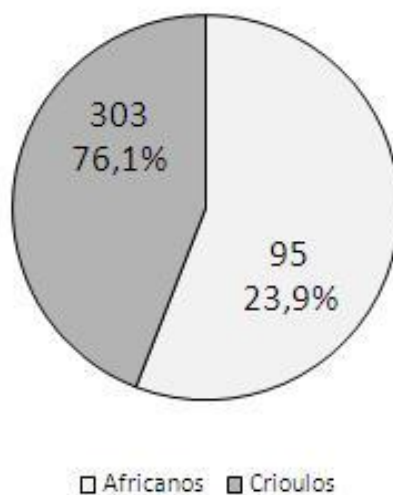
Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725 04/02/1882.

Levando-se em conta o gráfico 13, notamos que a população africana novamente sofreu uma diminuição, reduzindo-se a 23,9%.<sup>46</sup> Esta queda ocorreu basicamente em virtude da incorporação de mais crioulos na população masculina, que passou de 49,3%, em 1872, para 62,5%, em 1882. Em relação às mulheres, as crioulas aumentaram ainda mais sua participação relativa, chegando a perfazer 92,3% de todas as mulheres, como apresentado no gráfico 14. Em suma, a comunidade cativa estava cada vez mais crioulezada, o que também contribuía para o aumento das relações de parentesco.

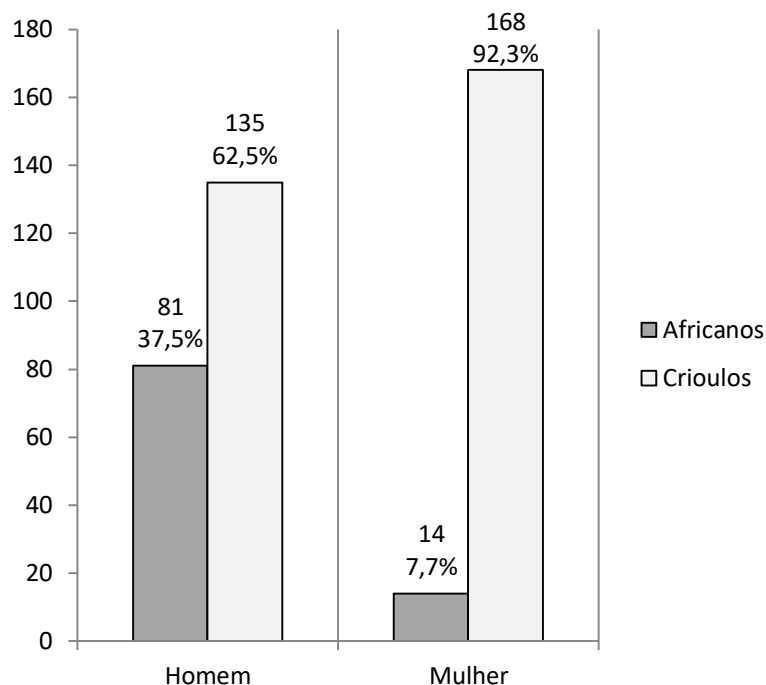
<sup>46</sup> Dos 418 escravos do plantel de Maria Joaquina, não foi possível determinar a origem de 20 deles, sendo, portanto, excluídos da amostra.

### Gráfico 13- Origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882)

Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725 04/02/1882.



### Gráfico 14- Origem e distribuição sexual dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882)

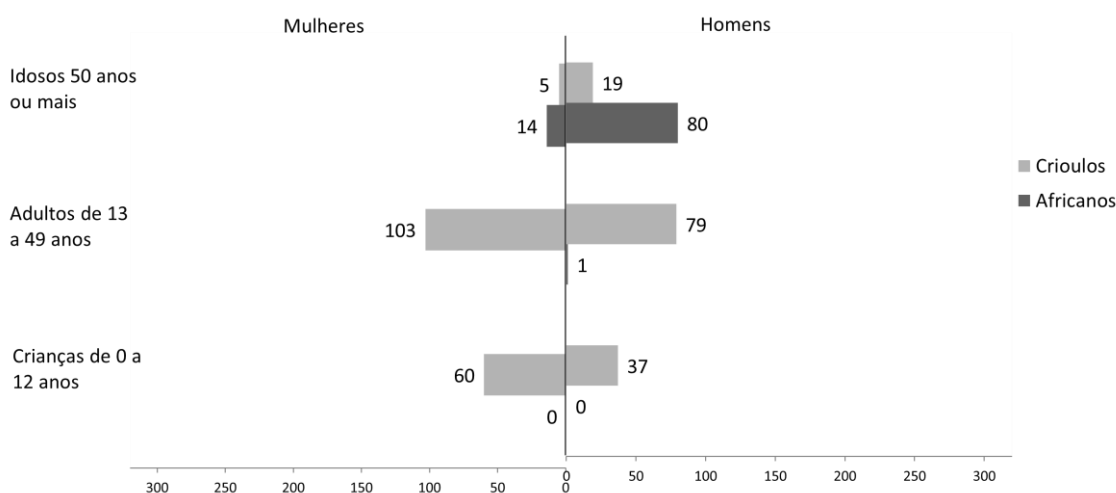


Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725 04/02/1882.

Observando atentamente o gráfico 15, vê-se que as crianças mantiveram sua participação relativa e numérica em relação ao período anterior, atingindo a marca

de 23,2% (97), ressalta-se que este percentual refere-se às crianças do plantel com até 12 anos de idade, todavia este percentual seria um pouco maior se considerássemos a idade de 13 anos, definida pela historiografia<sup>47</sup>. Os adultos, por sua vez, sofreram uma redução em seu grupo, caindo para 45,9% (192). Por último, os idosos acompanharam a tendência verificada nos períodos anteriores, elevando sua participação a 30,9% (129). Dentre as crianças, a maior parte era do sexo feminino (62,5%); no caso dos adultos, quase todos eram crioulos e a maioria também era formada pelo grupo das mulheres (55,7%); já os idosos apresentaram uma alta concentração de africanos (79,7%), sendo por isso mesmo elevada a proporção de homens (81,4%).

**Gráfico 15- Pirâmide etário-sexual e origem dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1882)**



Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 3725 04/02/1882.

Obs.: Excluímos nove adultos (cinco homens e quatro mulheres) e onze idosos (seis homens e cinco mulheres), pois não tiveram sua origem identificada.

Constata-se ao analisar o plantel da Fazenda Boa Vista que este seguiu o perfil apresentado por várias áreas de *plantation* escravista com o Vassouras, Valença, referentes às transformações ocorridas nestes 28 anos que foram percorridos, entre 1854 e 1882.

Foi possível perceber as significativas mudanças demográficas que se deram a partir da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 no que se refere à

<sup>47</sup> Este estudo se baseia na divisão etária definida por Ricardo Salles em *E o Vale era o escravo*. Ver p. 23-24.

presença africana no plantel. Observa-se uma queda progressiva desta população que em 1854 era de 56,9%, em 1872, 37,2% e por fim em 1882 eram apenas 23,9 %, demonstrando que o plantel foi se crioulizando, condição já prevista pelo abandono efetivo do tráfico atlântico. Estas mudanças também foram visíveis no que diz respeito à divisão sexual do plantel que encontrou o equilíbrio a partir de 1872 com uma população masculina de 58% e feminina de 42%, propiciando assim a constituição de família no plantel, que é o objeto de estudo do próximo capítulo.

### 3 A FAMÍLIA ESCRAVA

#### 3.1 A Família Escrava na Historiografia Brasileira

Até época relativamente recente, deu-se pouca importância ao estudo da família escrava, que, não era vista como relevante no contexto brasileiro do escravismo. Os principais argumentos que negavam ou reduziam à exceção a existência de famílias escravas eram a promiscuidade e a instabilidade dos laços conjugais nas senzalas. Essa interpretação baseava-se em argumentos como a inferioridade racial do negro e a impossibilidade de organização familiar dos escravos, devido à falta de interesse por parte dos senhores<sup>48</sup>. Esse desinteresse seria uma forma de evitar possíveis problemas numa eventual venda dos cativos. Somava-se a estes argumentos o alto Índice de Masculinidade, durante o tráfico transatlântico, e o tráfico interno que após 1850 inseria novos escravos ao convívio da senzala.

Os estudos dos anos 1960 e 1970 que destacavam a inexistência de famílias escravas, devido à desproporção dos sexos e ao desregramento sexual e promiscuidade presente nas senzalas, conduziram à idéia de uma “anomia social”, que sinalizava o fracasso do negro na sociedade brasileira<sup>49</sup>. A historiografia tradicional defendia a visão da “coisificação social” dos negros, a idéia de que as condições extremamente duras da vida na escravidão teriam destituído os escravos da capacidade de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores. Para Fernando Henrique Cardoso “a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados sociais que lhe eram impostos”<sup>50</sup>. Para Jacob Gorender “o oprimido pode chegar a ver-se qual o vê seu opressor”<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> Para esta discussão bibliográfica, conferir; ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas* – Campinas, século XIX. Campinas, Editora Unicamp, 2004, cap. 1; SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, cap. 1.

<sup>49</sup> FARIA, Sheila S. de Castro. “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. *Tempo*, vol. 11, n.22, pp. 122-146.

<sup>50</sup> CARDOSO, Fernando Henrique apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. p. 249-250.

<sup>51</sup> *Ibidem*, pp. 249-250.

Porém, os estudos renovaram-se. Novas fontes e metodologias colocaram diferentes questões e interpretações sobre a temática familiar no contexto da escravidão no Brasil.

A discussão historiográfica a respeito da constituição da família escrava abre um leque de exemplos da vida cotidiana no cativeiro, colocando em discussão e questionamento a formação das comunidades escravas com identidades e solidariedades próprias, apesar da multiplicidade étnica existente, ou ainda se as rivalidades foram tão fortes, que provocaram a dissensão, impedindo a formação de alianças que lhes dessem mais força no embate com os senhores.

Para Manolo Florentino e José Roberto Góes<sup>52</sup>, a entrada constante de novos africanos de diferentes origens étnicas, pelo tráfico, teria provocado muito mais a dissensão do que a unidade entre eles. As rivalidades históricas entre os diversos povos africanos, ainda em suas terras de origem, teriam impedido que, com facilidade, pudessem criar solidariedades que resultassem na formação de uma comunidade ou na organização mais efetiva contra os senhores, ainda que vivendo todos sob as mesmas condições de cativeiro.

Segundo os autores,

(...) é provável até que o cativeiro muito contribuisse para exasperar as diferenças que os constituíam, em mais de um sentido. Por que não? A escravidão, afinal, não devia ser um meio muito propício ao acalanto de sentimentos mais tolerantes. A verdade é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um nós. Reunião forçada e penosa de singularidades e de dessemelhanças, é como melhor se poderia caracterizá-lo<sup>53</sup>.

Baseados nesta idéia, haveria, portanto, segundo eles, um ganho político por parte dos senhores, ao misturar os escravos de maneira consciente e mantê-los em “estado de guerra”, posto que, então, dificilmente se uniriam contra eles.

Por outro lado, porém, a permanência do “estado de guerra” impossibilitaria o trabalho regular e sistemático. Daí que a formação de famílias e de parentelas, estimulada pelos senhores ou por escolha dos próprios escravos, teria agido no sentido de instituir a paz das senzalas, minimizando os conflitos.

Mas as famílias seriam constituídas majoritariamente por pessoas das mesmas origens étnicas, o que se comprova pela grande maioria de casamentos

---

<sup>52</sup> FLORENTINO, Garcia Manolo; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas*. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997, p. 33

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 35.

endogâmicos, registrados por inúmeros trabalhos historiográficos, o que conferia, agora, não mais ao indivíduo, mas às parentelas, rivalidades de grupo.

Com o tempo, num processo de crioulização, estas diferenças poderiam desaparecer e a paz entre os escravos estaria garantida, pondo em risco a segurança dos senhores. Para que a paz não fosse completa, entretanto, seria necessário que se mantivesse frequente a entrada de estrangeiros.

Na busca do equilíbrio entre esta entrada no seio das escravarias – a guerra – e a criação de laços de parentesco – a paz – dependeria o bom andamento do sistema.

Os ganhos eram auferidos tanto pelos senhores, pois os escravos se manteriam ocupados em suas divergências internas e não se mobilizariam contra a casa grande, quanto pelos escravos, que poderiam reconstruir, mesmo que de maneira precária, laços afetivos e solidariedades necessárias à sobrevivência.

Hebe Mattos introduz na discussão outra questão, pois considera que a influência da cultura ocidental dominante teve entrada expressiva no universo cultural dos escravos, principalmente entre africanos ladinos e crioulos, dando-lhes maiores chances do que aos recém-chegados de se diferenciarem do resto da escravaria. Para a autora, apesar da possibilidade de superação das diferenças étnicas, as rivalidades nas disputas de recursos, fariam com que os escravos que conseguissem acumular bens, pudessem viver materialmente de maneira próxima dos livres pobres, ao mesmo tempo em que lhes facilitaria a alforria, objetivo de todo escravo<sup>54</sup>.

Desta forma, haveria mais dissensão e enfraquecimento dos laços de solidariedade entre os escravos do que coesão, com muitos deles distanciando-se de seus pares, por meio de estratégias emprestadas pelos costumes brancos e com interesse na mobilidade social. Como conseqüência, os escravos que ganhassem certos recursos não reconheceriam os demais como parceiros.

Não haveria, portanto, uma comunidade escrava, já que um grande nível de conflito entre eles seria a regra, e hierarquias sociais se formariam dentro das senzalas, com alguns ocupando posições mais proeminentes do que outros.

Quando se aboliu o tráfico atlântico, em 1850, reforçaram-se as solidariedades horizontais dos escravos, principalmente, porque se agruparam nas

---

<sup>54</sup> Castro, Hebe Maria Mattos. *Das cores do silêncio* – significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil. Século XIX, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.p 54



grandes escravarias, tornando-as cada vez mais crioulas e, portanto, mais capazes de criar laços entre si.

No decorrer da segunda metade do século XIX, pequenos e médios proprietários tenderam a vender seus escravos para os mais enriquecidos. Mas, mesmo assim, para Mattos não houve a criação de comunidade escrava, porque o princípio que nutria a escravidão brasileira continuava o mesmo – o tráfico. Se, antes de 1850, o comércio era atlântico e escravizava pessoas nascidas livres, depois passou a ser interno e comercializava muitos que já nasceram escravos. Apesar disso, o tráfico inter e intraprovincial provocava o mesmo efeito do outro – produzia estrangeiros no seio das escravarias. Os mais antigos continuavam a deter as melhores condições para se distinguirem, como o acesso a uma roça própria, à família e ao movimento.

Em suas palavras,

(...) o que procuro demonstrar é que a gestação de relações comunitárias entre os escravos, no Brasil, significou mais uma aproximação com uma determinada visão de liberdade que lhes era próxima e que podia, pelo menos em teoria, ser atingida através da alforria, do que a formação de uma identidade étnica a partir da experiência do cativo. A família e a comunidade escrava não se afirmavam como matrizes de uma identidade negra alternativa ao cativo, mas em paralelo com a liberdade<sup>55</sup>.

A autora concorda, entretanto, que havia certas condições que propiciavam maior coesão dentro das escravarias. Uma delas diria respeito a momentos de tensão, em que escravos se uniriam e se tornariam parceiro em torno de um ponto comum.

Os momentos de tensão e rebeldia coletiva tendiam a ressignificar a noção de parceiro e os elementos de homogeneidade na experiência dos cativos. O cotidiano no cativo tendia, entretanto, a valorizar a construção de identidades sociais outras, que não aquelas impostas pela condição cativa.

Outra seria o tempo de vida de unidades com grandes escravarias, que teria dado condições para o aparecimento de identidades comunitárias, mas estas se fariam de maneira hierárquica, pois diferenciações internas excluía ou incluía certos membros. A entrada freqüente de novos estrangeiros, fossem da África ou do próprio Brasil, mesmo em pequeno número, tornava-os estranhos à comunidade já constituída, gerando certa tensão. A regra, no entanto, era a formação de novas

---

<sup>55</sup> MATTOS, Hebe Maria, *A Cor Inexistente*. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista, 2ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p. 127.

unidades produtoras, que tinham o perfil mais visível do cativo: majoritariamente masculino, violento e celibatário.

Desta forma, Mattos concorda com Florentino e Góes, embora não use a expressão “estado de guerra”.

Já Robert Slenes<sup>56</sup>, possui outro entendimento e afirma que no caso do Brasil, não houve a existência de um estado de guerra inerente aos escravos de origem africana, pelo menos para o Sudeste, na primeira metade do século XIX. Sendo a grande maioria de mesma origem lingüística e com elementos culturais e visões cosmológicas semelhantes, puderam criar identidades e afinidades que lhes permitiram formar comunidades escravas, constituindo-se numa ameaça ao sistema escravista.

A formação de laços de parentesco, comum entre eles e frequentemente embora não majoritariamente realizada entre pessoas de origens étnicas diferentes, unia os envolvidos e os opunha aos senhores. Para o autor, tanto formando famílias quanto sofrendo a mesma disciplina nas fazendas, os africanos, enquanto escravos, teriam forjado mais sociabilidade e solidariedade do que dissensão.

Em relação à abordagem de Hebe Mattos, Robert Slenes sugere que a autora, assim como ele, em trabalhos anteriores, não levou em consideração o tempo necessário para se criarem os laços de parentesco e dependência. Ao mesmo tempo em que a predominância de africanos e o fato de a maior parte dos crioulos serem filhos de africanos, no Sudeste, na primeira metade do século XIX, fizeram com que as diferenças entre estrangeiros africanos, africanos ladinos e crioulos não fossem muito claras ou evidentes.

Em resumo, para Slenes,

“(...) estou mais disposto a argumentar que os escravos no Sudeste teriam construído uma variante daquela consciência dupla – a capacidade de circular ladinamente entre tradições culturais e estratégias identitárias diferentes (...).”<sup>57</sup>

Certamente que as rivalidades étnicas originadas na África foram importantes para as escolhas dos modos de vida dos escravos e para a constituição, aqui no Brasil, de solidariedades ou dissensões entre si.

José Flávio Motta em *Corpos Escravos, Vontades Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*<sup>58</sup> fez um importante esforço para a

---

<sup>56</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.p.68

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 53.

compreensão da família cativa na mesma região-objeto deste trabalho. As fontes documentais utilizadas por Motta são as listas nominativas dos habitantes de Bananal referentes aos anos de 1801, 1817 e 1829. Por meio delas, o autor analisa a evolução da demografia bananalense, relacionando-a com a implantação e o desenvolvimento da produção cafeeira na região. O autor atenta para a forte imbricação entre a estrutura de posse de cativos e a organização familiar escrava, e identifica os plantéis com 10 ou mais cativos como sendo os mais propícios para o desenvolvimento da família cativa. Tece também, uma cuidadosa análise sobre os modelos de casamentos identificando igualmente a preferência dos escravos por casamentos endogâmicos (endogamia por naturalidade).

Neste sentido, Motta constata que 52.1% dos escravos estavam inseridos em grupos familiares no ano de 1801, 33.1% em 1817 e 34,6% em 1829. O autor afirma que a acentuada queda no primeiro intervalo bem como a retomada no segundo refletiria o ciclo de formação das escravarias. Desta maneira, o primeiro percentual representaria a estabilidade da vida familiar dos cativos na virada do século. Em 1817, momento de formação e expansão das fazendas, com a compra de muitos escravos (homens em sua maioria) ocorreu à destruição desta estabilidade e, por fim, o autor conclui que a concentração da propriedade escrava observada entre 1817 e 1829, bem como o desenvolvimento da cafeeicultura em direção a uma agricultura de *plantation*, apontam para uma fase de relativa estabilidade e desenvolvimento das famílias escravas<sup>59</sup>.

Por fim, Carlos Engemann<sup>60</sup> investigando as características desenvolvidas pela comunidade formada pelos escravos pertencentes ao Barão de Santa Justa pôde perceber o quanto a formação da família esteve presente no plantel, assim como o estabelecimento de uma ampla rede de conexões sociais. O autor considera que a construção de laços sociais demanda tempo e investimento, o que por certo tem implicações na origem dos que se atam. Ao analisar a grande escravaria do Barão de Santa Justa que se prolongava no tempo, constatou a maior possibilidade de constituição da família e da comunidade escrava, pois para o autor o parentesco nas grandes escravarias seria a base da formação da comunidade.

---

<sup>58</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura e posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. Anablume- Fapesp, 1999, p.320

<sup>59</sup> Ibidem. p. 324.

<sup>60</sup> ENGEMANN, Carlos. *Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX*. In: Manolo Florentino, *Tráfico, Cativo e Liberdade*, Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

## 3.2 A Família Escrava no plantel do Comendador Luciano José de Almeida

### 3.2.1 O perfil da família escrava

Ao analisar o inventário do Comendador Luciano José de Almeida de 1854, pode-se aferir significativas informações sobre a escravidão em Bananal e particularmente compreender a dinâmica escravista que envolveu as relações entre ele e seus escravos na Fazenda Boa Vista. Os dados quantificados no documento permitiram metodologicamente encontrar o objeto principal deste trabalho, a existência e o papel da família escrava neste plantel.

No inventário do Comendador foram contabilizados 816 escravos. Cada um deles era indicado pelo nome, origem, idade, estado conjugal e preço. A forma como foram declarados permitiu identificar casais e filhos. “Haverá a escrava Joana, esposa do mesmo” e “haverá o escravo Antonio, filho dos ditos”. Desta maneira, foi possível a identificação dos núcleos familiares existentes no total da escravaria.

A partir disto, buscou-se traçar o perfil das famílias encontradas e compreender o que significou a existência da família escrava para a paz na senzala do Comendador.

O primeiro ponto a observar é o quanto as famílias cativas da fazenda Boa Vista foram estáveis e duradouras. Isso será avaliado principalmente no momento da partilha dos bens, momento em que sempre transparecia a lógica violenta e desumana do sistema escravista. Sendo assim, qual teria sido o destino das famílias escravas durante o processo de partilha dos bens do Comendador?

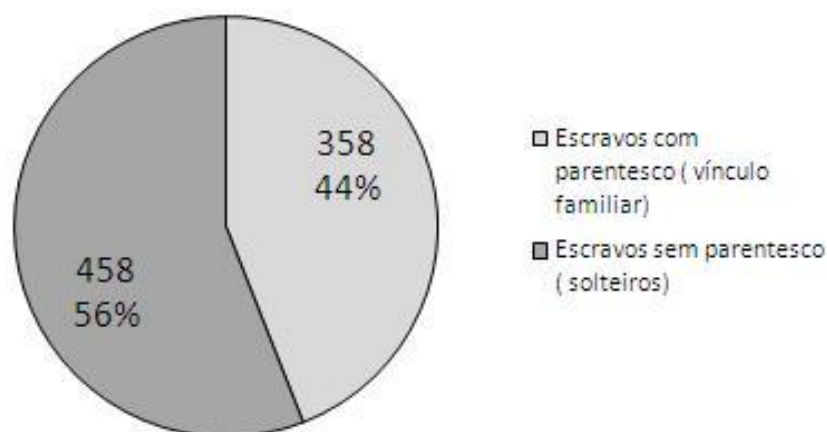
Dialogando com os resultados desta pesquisa, destaca-se o estudo realizado por Manolo Florentino e João Fragoso que a partir de documentação relativa a grandes plantéis de fazendas do Vale do Paraíba fluminense, contestou as antigas teses que negavam a possibilidade de existência da vida familiar entre os cativos no Brasil, especialmente para aqueles estabelecidos nas fazendas agroexportadoras, devido a escassez de mulheres e a preferência senhorial pela reposição da mão de obra por meio do tráfico atlântico. Em suas análises através dos inventários de grandes escravistas, esses pesquisadores encontraram um índice relativamente alto

de escravos com laços parentais mesmo antes do fim do tráfico em torno de 36,5%<sup>61</sup>.

Podemos constatar que a escravaria do Comendador Luciano se encaixa nos resultados encontrados por João Fragoso e Manolo Florentino. Destacando exatamente um alto índice de escravos aparentados no plantel, contestando assim os antigos estudos sobre a família escrava.

O gráfico 17 mostra o peso que as famílias e a constituição de laços familiares e de parentesco haviam adquirido na estruturação do numeroso plantel de escravos do Comendador.

**Gráfico 16- Parentesco entre os escravos de Luciano José de Almeida (1854)**



Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Dos 816 escravos que compõem a escravaria do Comendador, 358 (44%) estavam inseridos em redes parentais em 1854, sendo que 161(45%) eram homens e 197 (55%) eram mulheres. Constatamos que destes 358, 167 (46,6%) eram crianças que se encontravam na presença de seus pais. Destas crianças, 87 eram meninos e 80 eram meninas. O que nos chamou a atenção é que de todas as crianças existentes no plantel (184), apenas 17 não estavam inseridas em redes parentais. Como era de se esperar, as crianças, em geral, tinham maior porcentagem de inserção em famílias que homens e mulheres adultas.

<sup>61</sup> FRAGOSO, João Luis; FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda. *Estudos econômicos*. 1987.

Em estudo sobre a região de Campinas na segunda metade do século XIX, Robert Slenes revela que 80% dos menores de dez anos que habitavam os plantéis com dez ou mais escravos estavam acompanhados de ambos os pais, por uma mãe viúva ou pai viúvo<sup>62</sup>.

Dos outros escravos 155 (43%) eram adultos, sendo 55 homens e 100 mulheres. Percebemos claramente que as mulheres adultas estavam duas vezes mais presentes em redes parentais que os homens adultos. Os homens estando em maior número por conseqüência do tráfico atlântico de africanos, tinham menos chances de constituir famílias. Encontramos 19 (5,3%) escravos idosos no plantel com parentesco. Este baixo índice se justifica por se tratar de um plantel em sua maior parte constituído por escravos adultos, atendendo a demanda do período analisado. Por fim, localizamos também 17 escravos cuja idade não foi descrita e que possuíam laços familiares, destes seis eram homens e onze eram mulheres.

Constatamos que 136 (16,6%) escravos do Comendador eram ou haviam sido casados, isto é, viviam ou haviam vivido com seus companheiros. Destes 136 cativos, 65 eram homens e 71, mulheres. Os demais escravos solteiros com idade superior a 15 anos, em número de 451, correspondiam a um pouco mais da metade do plantel ( 55%).

Encontramos 41 (5,0%) mães solteiras e uma descrita como mãe viúva. Era o caso de Tereza solteira, africana de 49 anos, e seus 4 filhos: Braz de 16 anos, Cecília de 14 anos, Valentim de 10 anos e Inocência de 8 anos.

Nossa amostragem revelou 64,5% das mulheres adultas constituindo família através da maternidade ou do casamento contra 35,5% dos homens adultos, descritos como maridos ou pais.

Ao verificarmos as redes parentais constituídas no plantel encontramos 112 núcleos familiares. Este alto número de famílias formadas neste grande plantel vem corroborar com os resultados de vários outros estudiosos da família escrava, que analisando diversas regiões onde a escravidão se fez presente, constataram que os maiores plantéis conformavam um ambiente com maiores possibilidades de estabelecimento de laços familiares entre os cativos<sup>63</sup>.

---

<sup>62</sup> SLENES, Robert. op. cit., nota 56.p 65

<sup>63</sup> SCWARTZ, Stuart. *A Família escrava em Lorena*. In: Manolo Florentino. Estudos Econômicos. Demografia da escravidão, 1987.

Ao evidenciarmos que a família escrava era perfeitamente viável num grande plantel, procuramos identificar o perfil da família escrava constituída nestes 112 núcleos encontrados.

**Quadro 2 - Tipologia dos núcleos familiares no plantel de Luciano José de Almeida (1854)**

<b>TIPOS DE FAMÍLIAS</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>CASAIS COM FILHOS</b>	53	47
<b>CASAIS SEM FILHOS</b>	16	14
<b>MÃES SOLTEIRAS</b>	42	38
<b>PAIS SOLTEIROS</b>	01	1
<b>TOTAL</b>	112	100

Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

A partir do quadro 2, nota-se que pouco mais de um terço dos núcleos familiares eram famílias matrifocais nas quais encontramos mães solteiras e seus filhos. Os núcleos patrifocais, constituídos pelos pais e seus rebentos, perfaziam apenas 1% do total. Mesmo sendo minoria, tal família se torna significativa, pois indica que, mesmo na ausência da mãe, os laços consangüíneos entre pais e filhos eram reconhecidos pelos senhores. Os casais sem filhos perfaziam 14% do total de núcleos familiares. Por fim, praticamente metade das famílias existentes era constituída por casais escravos e seus filhos, a família nuclear.

A pesquisa observa que as famílias também se constituíam nos momentos de formação dos plantéis, como no caso do plantel do Comendador. Talvez, o que indique, assim como a forte incidência de mães solteiras, é que não havia uma política deliberada dos senhores em termos de formar ou impedir a formação de famílias. O que parece é que também não “desrespeitavam” os laços estabelecidos, procurando manter os casais e pais e mães junto a seus filhos. Tão importante quanto encontrar a família escrava no plantel do Comendador Luciano José de Almeida foi poder estimar o tempo mínimo de união destas famílias. Isto foi possível

através da análise da forma como os escravos eram descritos no inventário. Primeiro era descrito o pai em seguida a mãe e os filhos, do maior para o menor. Assim com a idade do filho mais velho podemos chegar a este tempo mínimo de permanência. Utilizamos a lógica que estes casais se formavam e, em seguida, tinham filhos<sup>64</sup>. Podemos aqui destacar que estes dados são aproximados, pois não foi possível acompanhar os índices de mortalidade infantil do plantel.

**Quadro 3 - Duração dos grupos familiares no plantel de Luciano José de Almeida (1854)**

<b>FAMÍLIAS FORMADAS HÁ:</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>MENOS DE 1 ANO</b>	13	11,6
<b>DE 1 A 4 ANOS</b>	28	25,0
<b>DE 5 A 10 ANOS</b>	40	35,7
<b>DE 11 A 15 ANOS</b>	7	6,3
<b>MAIS DE 15 ANOS</b>	10	8,9
<b>Mais de 20 anos</b>	2	1,8
<b>Tempo indefinido</b>	12	10,7
<b>TOTAL</b>	112	100

Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Desta maneira conseguimos perceber que estes núcleos familiares estavam juntos há alguns anos. Em 1854, praticamente 36 % das famílias haviam sido formadas há quase uma década. Por volta de 1844, 40 famílias já existiam no plantel do Comendador. Podemos observar ainda que apenas 10 famílias (8,9%), estavam juntas há mais de 15 anos. Este é um dos casos da família de Antonio Bento, africano de 60 anos e sua esposa Narcisa, também africana de 30 anos. O casal se uniu em 1836 numa cerimônia realizada na Igreja Matriz de Bananal, onde mais 5 casais de escravos do Comendador se casaram. Passados 18 anos encontramos o casal arrolado no inventário do fazendeiro com duas filhas: Benta, nascida em 1837,

<sup>64</sup> SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. p 78.



um ano após o casamento do casal e Narcisa que nasceu em 1852. Com o registro do casamento e a idade da filha mais velha, podemos concluir que esta família estava unida há 18 anos.

Outra família que se estendeu ao longo do tempo foi a do casal João, africano de 70 anos e da africana Felicia, de 50 anos e suas filhas Flora e Esperança, estes estavam juntos há aproximadamente 26 anos, desde 1828. Conseguimos obter o tempo de permanência do casal por meio da idade de Flora que em 1854 tinha 26 anos de idade.

Como também encontramos a família de Antonio João de 55 anos e Catharina de 50 anos e seus quatro filhos, Florêncio com 21 anos, Mafalda com 12, Estevão com 8 e Daniel com 5 anos. Esta família se iniciou em 1833 e ficaram juntos aproximadamente por 21 anos.

Estes exemplos indicam o quanto a família escrava já era uma realidade presente neste plantel e o quanto estes laços eram estáveis ao longo do tempo. Fica comprovado que os escravos casavam-se, tinham filhos e conseguiam viver juntos durante sua vida.

### **3.3 Ruptura ou Estabilidade? O destino das famílias escravas do Comendador Luciano José de Almeida**

Uma das formas de testarmos essa hipótese da estabilidade da família escrava é tomarmos o ato de partilha dos bens, quando da morte de um senhor de escravos, como um momento de possível desagregação dos casais cativos entre os herdeiros.

Neste momento abria-se um momento de tensões e expectativas na vida dos cativos. Segundo Chalhoub:

(...) o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> CHALHOUB, Sydney. *Visões da liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p 78

Em 1854, faleceu o Comendador Luciano José de Almeida, assim deu-se início a abertura de seu inventário e a partilha dos bens entre seus herdeiros.

Como vimos, o Comendador tinha 11 herdeiros diretos, sua esposa Maria Joaquina de Almeida e seus 9 filhos, entre eles 6 eram menores de idade<sup>66</sup>. Esta situação poderia interferir de forma significativa no destino dos escravos e suas famílias, pois juridicamente a partilha aconteceria e cada herdeiro ficaria com que lhe cabia. Assim o número dos herdeiros tornou-se uma variável muito importante na manutenção das relações familiares entre os cativos, quanto maior o número de herdeiros, maior a possibilidade de destruição desses laços.

Cristiany Miranda Rocha em seu estudo sobre Campinas no século XIX dedicou-se a entender a situação da família escrava na partilha dos inventários<sup>67</sup>. Analisando três famílias de proprietários dessa região, a autora chegou à conclusão que houve a manutenção das famílias e dos filhos menores de 12 anos, não ocorrendo entre as três famílias senhoriais estudadas por ela nenhum caso de separação de casais. Em pesquisa anterior, a pesquisadora havia chamado a atenção para o impacto da partilha sobre as famílias escravas:

Desta forma, consideramos que a avaliação do impacto da morte do senhor sobre a vida familiar dos escravos deve ser feita através de abordagens mais qualitativa, que permita o cruzamento de várias fontes além dos inventários. (...) a simples comparação entre lista de avaliação e partilha do inventário pode produzir imagens distorcidas do cotidiano dos escravos. O acompanhamento das famílias ao longo do tempo e das gerações de proprietários pode nos ajudar a compreender melhor os efeitos causados pelas mudanças na vida dos senhores sobre as famílias de escravos<sup>68</sup>.

Em sua tese de doutorado, utilizando-se do método de intercruzamento de diversas fontes, a pesquisadora pôde perceber que mesmo quando houve a separação entre pais, mães e filhos, esta podia não ser efetiva. Esses familiares, supostamente separados, eram legados a herdeiros que ainda coabitavam a mesma posse, como no caso de herdeiros menores, ou mesmo que assim não fosse tinham além da proximidade afetiva a geográfica. Ou seja, na prática aqueles escravos continuavam vivendo com suas famílias ou muito próximos a elas.

---

<sup>66</sup> O Comendador teve nove filhos com Maria Joaquina de Almeida e um filho fora do casamento. Por isso que se contabilizam 11 herdeiros.

<sup>67</sup> ROCHA, Cristiany M. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. [tese] Campinas: Universidade Estadual de Campinas 2004, p. 57. Esta hipótese já havia sido levantada por SLENES, Robert. *op cit.*, nota 50.

<sup>68</sup> Idem. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

Uma das questões interessantes levantadas por Rocha diz respeito à quebra dos laços familiares antes e após a Lei de 28 de Setembro de 1871, que proibiu a separação de casais ou de pais e seus filhos menores de 12 anos<sup>69</sup>. Estudando as partilhas realizadas em momentos diversos no decorrer do século XIX, a autora concluiu que:

Portanto, ao que parece, muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade)[Lei de 15 de setembro de 1869], a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade dos Oitocentos<sup>70</sup>.

Percorrendo o caminho proposto pela autora procuramos seguir o fio nominal da família escrava no plantel do Comendador Luciano José de Almeida no momento da partilha dos bens e juntamente a partilha dos escravos e sua transferência para Maria Joaquina de Almeida sua esposa.

No quadro abaixo observamos qual foi o destino das famílias escravas do Comendador e percebemos se a partilha significou a ruptura ou a estabilidade destes laços familiares.

---

<sup>69</sup> ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas* – Campinas, século XIX. Campinas, Editora Unicamp, 2004, p.57.

<sup>70</sup>Ibidem.p 66

**Quadro 4 - Destino das famílias cativas após a morte do senhor**

<b>SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS APÓS A PARTILHA</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>FAMÍLIAS INTEGRALMENTE UNIDAS</b>	83	74
<b>FAMÍLIAS PARCIALMENTE UNIDAS</b>	20	18
<b>FAMÍLIAS SEPARADAS</b>	9	8
<b>TOTAL</b>	112	100

Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Do total de 112 famílias, apenas 9 tiveram seus membros totalmente separados e 20 permaneceram parcialmente unidas. Destas 20, a maioria (17) teve 1 ou mais infantes legados a herdeiros distintos, sendo que o restante da família permaneceu unida; em 2 núcleos familiares 1 dos cônjuges foi separado da família e em 1 unidade familiar matrifocal a mãe foi separada de seus filhos. Quase três quartos das famílias passaram ilesas pelo processo de partilha, permanecendo integralmente unidas após a morte do seu senhor. Como a família de Alexandre crioulo 31 anos e sua esposa Maria Rita africana 25 anos e suas filhas Silvéria, Gervazia de 3 anos e Germana de 7 meses que sobreviveram a partilha. A mesma sorte não teve a família de Fabiano 40 anos e Rita 30 anos que permaneceu apenas com Henriqueta de 4 anos e Francelina de 2 anos, a filha mais velha Joana de 10 anos foi separada da família. Qual teria sido o destino de Joana?

Cristiany Rocha menciona um fortalecimento nas relações entre senhor e escravo, advindo da dependência da boa vontade do senhor para manter as famílias unidas nos momentos de partilha e ou venda. Reconhece a possibilidade da separação de famílias com a morte do senhor, mas sugere estudar até que ponto isto ocorria<sup>71</sup>. Ela questiona a partilha de famílias como regra geral. No caso estudado pela autora, houve a separação virtual de 2 dos 5 filhos de um casal, porém os herdeiros que os receberam moraram juntos por toda a vida, o que fez que a família escrava não fosse separada fisicamente<sup>72</sup>.

<sup>71</sup> ROCHA, Cristiany M. *Histórias de famílias escravas* – Campinas, século XIX. Campinas, Editora Unicamp, 2004, p.100

<sup>72</sup> *Ibidem*, p.103

No nosso estudo os seis filhos menores do Comendador coabitam a mesma casa dos pais, assim podemos entender que os escravos herdados por estes seis filhos, tenham permanecido juntos na Fazenda Boa Vista, moradia da família de Luciano. Desta forma podemos sugerir que a separação de Joana de seus familiares pode ter ocorrido somente judicialmente e não fisicamente. Portanto a tese defendida por Rocha teve grandes chances de ter ocorrido com as famílias cativas do Comendador.

Também não podemos perder de vista que as esperanças dos escravos pesaram no momento da morte do senhor e de sua consequente partilha. Sem dúvida as relações tecidas por estes cativos com seus senhores devem ter sido levadas em consideração no momento da divisão daqueles mancipios. Os laços engendrados possivelmente foram respeitados pelos senhores, seja pelas relações estabelecidas entre eles e seus cativos, seja pelo medo de alguma atitude de revolta diante das expectativas de quebra em suas relações afetivas. Para Slenes:

(...) a família era, de fato, importante para a experiência dos escravos nas fazendas do Sudeste – a tal ponto que a maioria de mulheres e crianças cativas nessas propriedades viviam numa família conjugal “estável” (dentro dos limites definidos por uma alta taxa de mortalidade)<sup>73</sup>.

Podemos ressaltar que muitas das famílias senhoriais procuraram não somente por meio do casamento entre seus “pares” manter e ou aumentar suas posses, essa prática também se deu nos momentos da morte. Mesmo com a partilha efetuada perante a lei, muitos deles permaneceram unidos na tentativa de não fragmentar suas propriedades.

Manolo Florentino e José Roberto Góes pesquisaram a província do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830. Utilizando os inventários *post mortem*, tiveram a possibilidade de conhecer 138 famílias cativas, congregando 377 parentes. Os autores afirmaram que a família escrava permanecia unida mesmo depois da partilha dos bens do proprietário e que a maior parte dos parentes ultrapassou esta delicada etapa de suas vidas<sup>74</sup>.

Segundo seus dados, três em cada quatro famílias permaneceram unidas após a divisão dos bens.

<sup>73</sup> SLENES, Robert. *A Árvore de Nsanda transplantada: cultos kongo de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)*. In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 277.

<sup>74</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *op.cit.*, nota 36, p. 116.

Além de ser uma instituição estável, a família conseguia de maneira bem razoável ultrapassar as barreiras da alta mortalidade de seus membros, em especial as crianças, e em todas as conjunturas do mercado de mão-de-obra africana. As famílias escravas constituíam-se como o pilar da comunidade escrava.

De acordo com Florentino e Góes:

A maior parte dos parentes ultrapassava incólume, pois, esta delicada etapa da vida escrava, continuando juntos e, deste modo, preservando o lugar social da criação, recriação e transmissão dos valores escravos, e seu espaço maior de solidariedade e proteção<sup>75</sup>.

Constatamos que o tamanho das posses cativas foi fator importante para a estabilidade da família escrava. No ato da divisão dos bens de um indivíduo, esse aspecto fez toda a diferença para as relações familiares dos cativos, não nos esqueçamos que o escravo era um bem, uma mercadoria, e, portanto, poderia ser alvo de venda, troca, pagamento de dívidas.

Estar inserido em uma propriedade pequena, média ou grande podia influir não só nessa estabilidade, mas também nas possibilidades de convívio dos membros da família, e na consecução de relações de parentesco, fossem elas consanguíneas ou fictícias, "(...) nessas unidades médias e grandes que os escravos normalmente conseguiam casar-se com mais freqüência e formar famílias conjugais relativamente estáveis"<sup>76</sup>.

Sem dúvida, os cativos que pertenceram às pequenas propriedades, quando da divisão dos bens de seu senhor, tiveram maiores possibilidades de esfacelamento de suas relações familiares e afetivas, em relação às médias e grandes propriedades.

Tal fato denota a estabilidade dos laços parentais entre os cativos, assim percebemos que a partilha dos bens do Comendador Luciano José de Almeida guardou lugar significativo para as famílias escravas, não rompendo de forma contundente os laços que anteriormente foram construídos. A partir desse ponto, podemos entender que a lei de 1869, que determinava que a partir de então nenhuma família escrava fosse separada, se trouxe definitivamente segurança e

---

<sup>75</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. *op.cit.*, nota 36, p. 117.

<sup>76</sup> SLENES, Robert. *op.cit.*, nota 50.; COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP, 1987, p 13

estabilidade à família escrava, refletia, no entanto, o que já era uma prática existente em alguns plantéis.

Hebert Gutman destaca o ciclo de vida dos senhores de escravos como um aspecto a ser considerado na organização familiar escrava. O autor argumentava que os senhores de escravos passavam por três fases básicas durante sua vida que influenciariam diretamente na socialização e criação de uma comunidade escrava. No primeiro momento ainda jovem, se formalizava a montagem dos negócios, variavelmente com a participação de poucos escravos. A segunda fase representava a maturidade e estabilidade empresarial desses senhores. A última fase chegaria ao fim com a morte do senhor e conseqüentemente ocorreria a divisão de seus bens, o que poderia também significar o momento mais crítico para a família escrava<sup>77</sup>.

Dialogando com os argumentos de Gutman, observamos que a morte do Comendador Luciano José de Almeida não esfacelou os laços familiares cativos. A sua morte não representou a morte da família escrava fortemente presente em seu plantel. Assim podemos observar que a tese defendida pelo autor não pode ser aplicada aos núcleos familiares existentes no plantel.

### **3.4 Laços Familiares Sedimentados**

Conhecida como a “matriarca de Bananal”, Maria Joaquina Sampaio de Almeida, herdou metade de toda a fortuna do Comendador e sobreviveu ao marido por quase 30 anos. Relembremos um pouco alguns dados que lhe propiciaram sua alcunha.

Do total de 816 escravos de seu marido, 415 foram legados a ela. Após 18 anos da morte do marido, em 1872, possuía praticamente o mesmo número de escravos em seu plantel, 394, no total. Passamos a partir de agora a apresentar o perfil do plantel por ela herdado e procuraremos compreender como Maria Joaquina manteve sua escravaria ao longo de quase três décadas. Como prosseguiu a família escrava neste novo momento? Buscamos focalizar os núcleos familiares que foram mantidos e ampliados, bem como os que se constituíram durante este período. Para

---

<sup>77</sup> GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom*. New York: Pantheon, 1976.

responder as questões levantadas compararemos as características demográficas do plantel em 1854, 1872 e em 1882.

Do total de 112 grupos familiares que pertenciam ao Comendador Luciano José de Almeida, 54 foram herdados por Maria Joaquina. Ao observarmos o quadro abaixo percebemos que nenhum deles foi totalmente separado e, como o restante das famílias do plantel inicial, a maioria permaneceu integralmente unida.

**Quadro 5 - Destino das famílias legadas à Maria Joaquina de Almeida (1854)**

<b>Tipologia das famílias/situação pós-partilha</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Famílias nucleares c/ filhos mantidas integralmente</b>	27	50
<b>Famílias nucleares s/ filhos mantidas integralmente</b>	09	16.6
<b>Famílias matrifocais mantidas integralmente</b>	07	12.9
<b>Total de famílias mantidas integralmente</b>	43	79.6
<b>Famílias nucleares c/ 1 filho separado</b>	06	11.1
<b>Famílias matrifocais c/ 1 filho separado</b>	03	5.5
<b>Famílias patrifocais c/ 1 filho separado</b>	02	3.7
<b>Total de famílias parcialmente unidas</b>	11	20.3
<b>Total de famílias herdadas por Maria Joaquina</b>	54	100

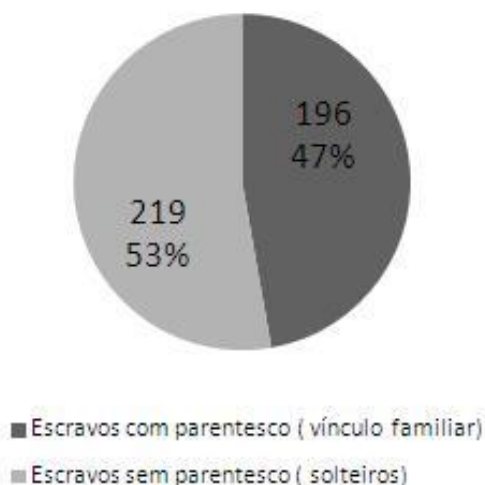
Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Das 184 crianças existentes no plantel em 1854, ela herdou 102 (55,4%) entre elas 55 (53,9%) meninos e 47 (46,1%) meninas. Entre as 102 crianças, 59 (57,9%) permaneceram ao lado de suas mães e apenas uma criança estava ao lado de seu pai e 32 (31,3%) estavam na companhia de seus pais. Encontramos no plantel duas (2,0%) crianças que não tinham a presença de seus pais, apenas dois irmãos e oito (7,9%) que não possuíam vínculos familiares.

Observando o gráfico sobre o parentesco entre os escravos de Maria Joaquina de Almeida percebemos que:



**Gráfico 17- Parentesco entre os escravos herdado por Maria Joaquina de Almeida (1854)**



Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854.

Observando o gráfico 17, dos 415 escravos herdados por Maria Joaquina de Almeida constatamos que 196 (47,2%) escravos estavam inseridos em redes de parentesco. Destes 196 cativos 91 (46,4%) eram homens e 105 (53,6%) eram mulheres. Entre os adultos 35 eram homens e 53 eram mulheres. Podemos observar que dos 292 homens herdados apenas 91(31,1%) estavam inseridos nas redes parentais enquanto que das 123 mulheres herdadas a maioria 105 (85,3%) possuíam vínculos familiares. Somente 18 (14,7%) mulheres do plantel se encontravam fora do parentesco.

Analisando o estado conjugal dos escravos de Maria Joaquina de Almeida encontramos 83 escravos casados, 214 solteiros e 11 mães solteiras. Entre os solteiros os homens africanos eram a grande maioria 196 (91,6%) contra apenas 18 mulheres.

Nossa amostragem, portanto, corrobora com os inúmeros estudos realizados sobre a família escrava destacam que as mulheres tinham duas vezes mais chances que os homens de se casarem e estarem inseridas em redes parentais, principalmente em grandes plantéis<sup>78</sup>.

Observamos que o plantel herdado por Maria Joaquina de Almeida ainda guardava os efeitos do tráfico atlântico, os homens representam 70,4% do plantel e os escravos adultos representavam um pouco mais de dois terços da escravaria.

<sup>78</sup> COSTA, Iraci Del Nero da, SLENES, Robert W. SCHWARTZ, Stuart B. op.cit., nota 52.

Diante deste perfil demográfico, como caminhou, por exemplo, a família cativa que se iniciou em 1839 com o casamento de Floriano de 40 anos e Josefa africana de 30 anos e suas filhas Hilária de oito anos e Eva de um ano? Em 1854, esta família já estava unida há 15 anos e sobreviveu a partilha. Novos laços se constituíram? Esta família se estendeu nestes 28 anos que se passaram? Quantas outras famílias se formaram? A família escrava encontrou a estabilidade sob a administração da matriarca de Bananal?

Para acompanharmos estas mudanças, valemo-nos da Lista de Matrícula dos escravos de 1872, que se encontra anexa ao inventário de Maria Joaquina de Almeida de 1882. No ano de 1872, a matriarca matriculou seus 394 escravos. Dentre eles 229 (58%) homens e 165 (42%) mulheres. Verificamos a criouliização do plantel, pois os 247 crioulos representavam 62,8% do plantel, enquanto os 146 africanos perfaziam 37,2%.

Ao confrontarmos os dados do inventário do Comendador com a matrícula geral dos escravos de 1872 constatamos que, dos 394 escravos presentes em 1872, 191 (48.4%) eram remanescentes do plantel de 1854. Dos 203 cativos que não estavam arrolados no primeiro documento, 123 (31,2%) foram adquiridos entre 1854-1872 e 80 (20.4%) nasceram no plantel<sup>79</sup>. Destes 123 que foram adquiridos foi possível identificar a procedência de 59 escravos vindos de várias localidades como “Angra dos Reis, Mambucaba, Arrozal, Rio de Janeiro, Silveiras, Macahé, Bahia, Resende, Maceió, Barra Mansa, Jurumirim, Rio Claro, Pernambuco, Quelus, Estrela, Serro-Fro, Nicteroy, Ceará”<sup>80</sup>. Entre estes escravos adquiridos encontramos a família de Galiana e suas filhas Geralda de 16 anos e Thomazia de 10 anos.

Tais índices evidenciam que além dos cativos incorporados no plantel por meio de compra ou herança, a reprodução natural serviu para a manutenção do número de cativos da escravaria analisada. Assim, constatamos que do total de 93 crianças arroladas na lista da matrícula, a maioria absoluta possuía vínculos familiares (92.9%). Sendo que, 71.7 % das crianças estavam inseridas em famílias nas quais ambos os pais estavam presentes<sup>81</sup>.

---

<sup>79</sup> Chegamos a este índice, pois ao menos um dos pais era remanescente do plantel inicial, portanto, seus filhos eram “crias da casa”. Ressaltamos uma limitação em tal metodologia: a impossibilidade de identificar rebentos nascidos no plantel cujos pais foram comprados ou herdados após 1854. Deste modo, a taxa de reprodução natural pode ter ultrapassado 20%.

<sup>80</sup> Estas localidades mencionadas no texto estão descritas no inventário desta maneira.

<sup>81</sup> Analisando a lista de matrícula de 1872, não foi possível verificarmos com exatidão o parentesco entre os 394 escravos.

Nossa amostragem corrobora com o estudo realizado por Manolo Florentino e José Roberto Góes<sup>82</sup> sobre a vida familiar dos escravos de Manoel de Aguiar Vallim um dos maiores escravistas de seu tempo. Este estudo é extremamente significativo para nosso trabalho na medida em que analisamos os escravos da mesma cidade, no mesmo período e através do mesmo documento, a matrícula de escravos de 1872. Ressaltamos também que Manoel de Aguiar Vallim, por ser genro de Maria Joaquina de Almeida e certamente ele possuía em seu plantel escravos que foram de seu finado sogro Luciano José de Almeida.

Procurando os índices de escravos aparentados no plantel da Fazenda Resgate de Manoel de Aguiar Vallim, Manolo Florentino encontrou 94% dos cativos estavam inseridos em redes parentais. Segundo Manolo Florentino “*Quase nove entre dez escravos, matriculados em 1872, o foram na situação de mães, pais, esposos, esposas, filhos e viúvos*”<sup>83</sup>.

Encontramos no plantel de Maria Joaquina de Almeida em 1872, 283 (71,5%) escravos inseridos em redes parentais. Entre as crianças a maioria absoluta possuía vínculo familiar.

A porcentagem de escravos inseridos em família para o plantel de Maria Joaquina de Almeida na década de 1870 foi semelhante a de outras localidades nesta mesma década: para Paraíba do Sul, Frágoso e Florentino, utilizando inventários *post mortem* encontraram 56,3% dos escravos inseridos em laços familiares estáveis<sup>84</sup>, para Cruzeiro e Lorena tendo como fonte a Lista de Classificação dos Escravos para Emancipação, Marcondes e Motta encontraram 55,2% dos cativos vivendo em famílias<sup>85</sup>. O mesmo não aconteceu quando a comparação foi feita com Bananal, Renato Marcondes<sup>86</sup> analisando o mesmo documento acima citado encontrou 52,8% enquanto nossa amostragem revela um índice relativamente maior, 71,5%, assim se aproximando do índice encontrado para a Fazenda Resgate.

---

<sup>82</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Parentesco e família entre os escravos de Vallim. In: Mattos, Hebe Maria; Schoonn, Eduardo (org). *Resgate, uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

<sup>83</sup> *Ibidem*.p 147

<sup>84</sup> FRAGOSO, Luis R e FLORENTINO, Manolo G. op. cit., nota 52.p 78

<sup>85</sup> MOTTA, José, Flávio e MARCONDES, Renato, L. A Família escrava em Lorena e Cruzeiro. In: *Anais XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu. ABEP, 1874.

<sup>86</sup> MARCONDES, Renato, L. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870*. Série Economia. São Paulo: FEA/USP- Riberão Preto, 2000.

Na base deste movimento e em virtude da alta taxa de escravos aparentados estaria o maior equilíbrio entre os sexos, e uma perspectiva econômica, que buscando aumentar os lucros em um momento de escassez da mão de obra cativa, buscaria alargar a vida útil do escravo, aumentar os índices de sobrevivência dos recém nascidos e também incentivar a dilatação da reprodução natural do plantel.

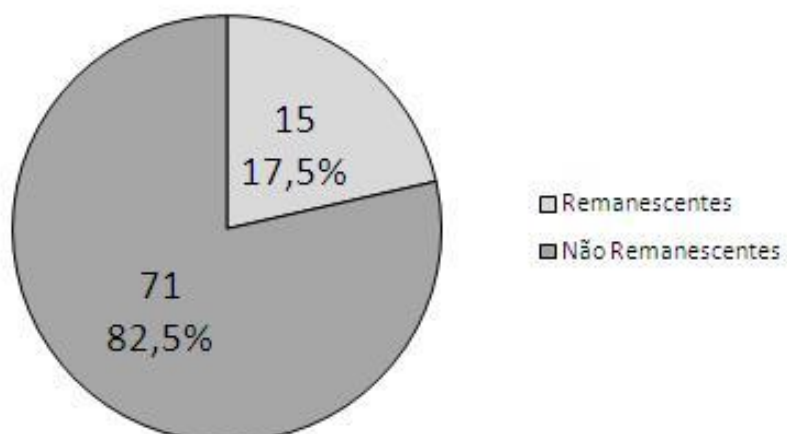
Ao verificarmos a diminuição da taxa de masculinidade percebemos o aumento do casamento entre os escravos. Na tabela abaixo verificamos que em 1854 um pouco mais de dois quartos (55%) dos escravos adultos e idosos eram solteiros. Passadas quase duas décadas, por um lado, o número de solteiros havia decrescido significativamente para 34,7%. Por outro lado, os escravos casados, que em 1854 representavam 23,1%, em 1872 passaram a totalizar 40,3%, um aumento bastante significativo da ordem de 17,2%.

**Quadro 6 - Estado conjugal dos escravos de Maria Joaquina de Almeida (1854 e 1872)**

Escravos Adultos e Idosos	1854		1872	
	#	(%)	#	(%)
<b>Homens solteiros</b>	195	(46,9)	100	(25,3)
<b>Mulheres solteiras</b>	19	(4,5)	37	(9,3)
<b>Homens casados</b>	49	(11,8)	65	(16,4)
<b>Mulheres casadas</b>	44	(10,6)	65	(16,4)
<b>Homens viúvos</b>	-	-	16	(4,0)
<b>Mulheres viúvas</b>	-	-	13	(3,2)
<b>Total</b>	307	(100)	296	(100)

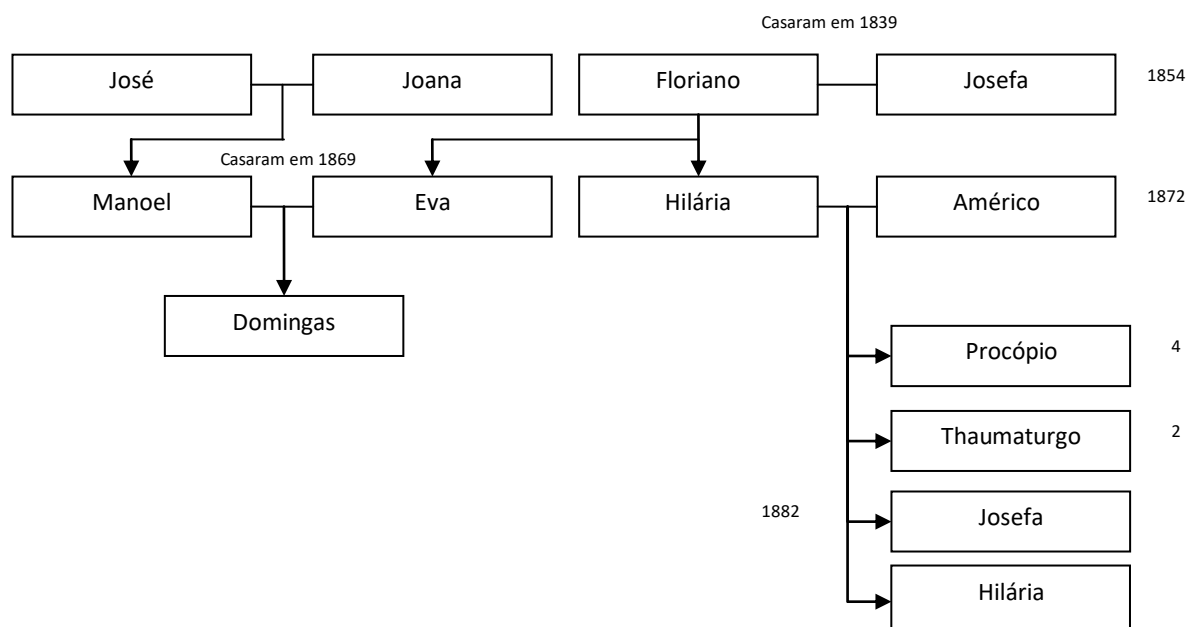
Fonte: Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº 1443, 28/08/1854; Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

Depois de 18 anos em 1872 encontramos 86 núcleos familiares entre os escravos de Maria Joaquina de Almeida. Destas famílias, apenas 15 são remanescentes de 1854.

**Gráfico 18- Proporção de escravos remanescentes de 1872**

Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

Entre os remanescentes encontramos a família do casal Floriano e Josefa, que foi citado acima. Conseguimos verificar no organograma abaixo que a família se ampliou.

**Organograma 1**

José Maria Cabinda é arrolado no inventário de Luciano José de Almeida como sendo solteiro e Joanna e seu filho Manuel não constam entre os escravos arrolados no inventário. Portanto, mãe e filho foram incorporados no plantel após a partilha de bens do Comendador. A análise dos registros de casamentos revelou

que José e Joanna casaram no oratório da fazenda Boa Vista em 14 de outubro de 1855 e após 17 anos, em 1872, ainda permaneciam unidos.

Floriano e Josefa, por sua vez, receberam as bênçãos matrimoniais em 1839. Hilária - a primogênita do casal - nasceu cinco anos após o casamento dos pais. Em 1852 nasceu a segunda filha de Floriano e Josepha, Eva. No inventário do Comendador, o casal, que então completava quinze de união, é arrolado ao lado de ambas. Na lista da matrícula geral, Floriano é declarado como viúvo e suas filhas haviam constituído suas próprias famílias, Hilária vivia em união consensual com Américo e possuía três filhos; Eva era casada com Manoel e possuía uma filha, Domingas que não apenas usufruía da presença paterna e materna como também possuía tios, primos e três avós ainda vivos.

Fazendo a análise destas 86 famílias que estavam presentes no plantel em 1872 identificamos qual era o seu perfil.

#### **Quadro 7 - Tipologia das famílias escravas de Maria Joaquina de Almeida**

<b>Tipos de famílias</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Casais com filhos</b>	38	44,1
<b>Casais sem filhos</b>	30	34,7
<b>Mães solteiras</b>	9	10,6
<b>Pais solteiros</b>	9	10,6
<b>Total</b>	86	100

Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

Constatamos que das 86 famílias constituídas no plantel 38 (44,1%) eram formadas por casais e seus filhos, 30 (34,7%) por casais que não possuíam filhos, 9 (10,6%) somente o pai e filhos, núcleos patrifocais e 9 (10,6) eram matrifocais. Destes núcleos familiares, 16 eram remanescentes de 1854, a permanência destas famílias ao longo do tempo traduz a força e a estabilidade dos laços parentais entre os escravos analisados.

**Quadro 8 - Duração dos grupos familiares em 1872**

<b>Famílias formadas há:</b>	<b>#</b>	<b>%</b>
<b>Menos de 1 ano</b>	11	12,9
<b>De 1 a 4 anos</b>	9	10,1
<b>De 5 a 10 anos</b>	13	15,3
<b>De 11 a 15 anos</b>	13	15,3
<b>Mais de 15 anos</b>	10	11,6
<b>Mais de 20 anos</b>	15	17,4
<b>Tempo indefinido</b>	15	17,4
<b>Total</b>	86	100

Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

Como a tabela acima demonstra, em 1872, pouco mais de um quarto das famílias tinham sido formadas há pelo menos 5 anos, 9 famílias tinham sido constituídas há, no mínimo uma década, e praticamente 22% já duravam duas décadas ou mais. Podemos observar a sedimentação dos laços familiares ao longo dos anos.

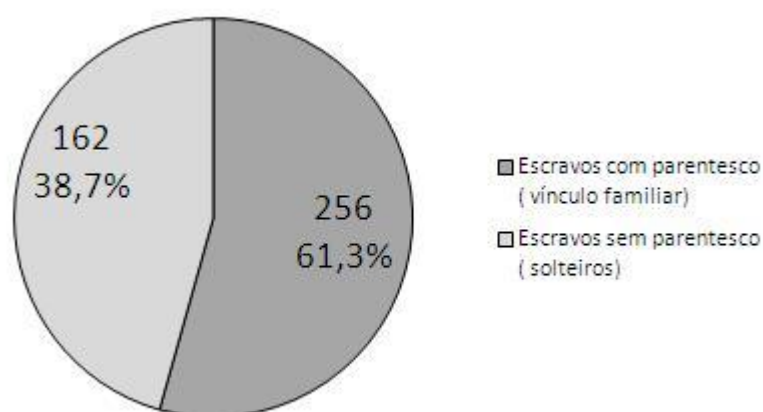
Verificamos nestes 18 anos que se passaram a permanência e continuidade de 16 núcleos familiares remanescentes de 1854 e confirmamos a ampliação destes laços formados há algum tempo. Encontramos um número expressivo de 70 famílias escravas que se formaram ao longo deste período. Destas 70 famílias destacamos uma família matrifocal que foi adquirida no tráfico inter provincial.

Em 1882, foi aberto o inventário de Maria Joaquina de Almeida, através da análise deste documento acompanhamos por mais 10 anos os núcleos familiares constituídos em seu plantel.

Ao falecer Maria Joaquina de Almeida possuía 418 escravos. Destes 227 (54%) eram homens e 191 (46%) eram mulheres. Constatamos a crioulização do plantel com 303 (76,1%) de crioulos contra 95 africanos (23,9).

Entretanto, a informação mais importante do inventário de Maria Joaquina diz respeito à consolidação da família e do crescimento vegetativo natural como bases para a reprodução natural da comunidade escrava e de seu plantel. Ainda que, com a lei de 28 de setembro de 1871, tal plantel, a longo prazo, estivesse fadado ao desaparecimento. Os gráficos 19 e 20 mostram do que estamos falando.

**Gráfico 19- Parentesco entre os escravos de Maria Joaquina de Almeida**

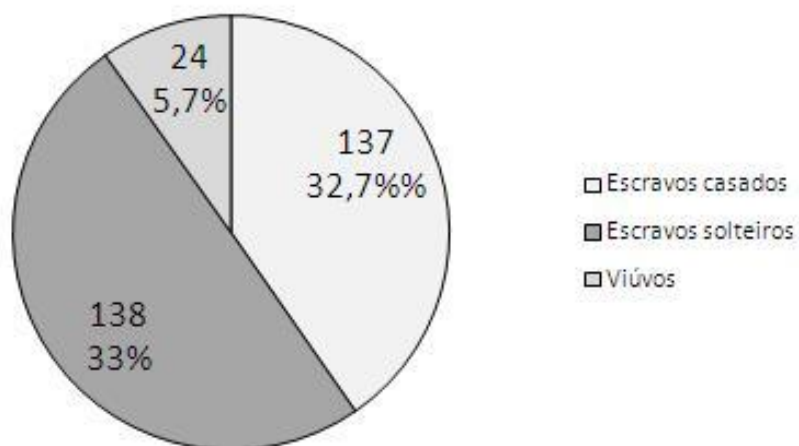


Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

Verificamos que mais da metade dos escravos do plantel 256 (61,3%) estavam inseridos em redes parentais. Entre eles 113 (44,1%) homens, dos quais 26 são ingênuos, e 143 (55,8) são mulheres, das quais 54 são ingênuas.



**Gráfico 20- Estado conjugal dos escravos adultos de Maria Joaquina de Almeida**

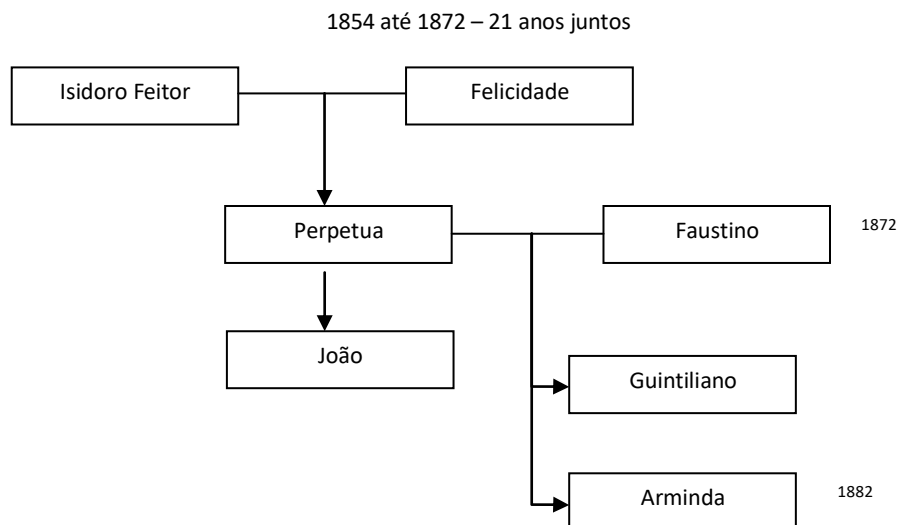


Fonte: Inventário de Maria Joaquina de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 185, Nº 4.128, 04/02/1882.

Encontramos 137 (32,7%) casados, 71 homens e 67 mulheres, 138 (33%) solteiros entre eles 96 homens e 42 mulheres. Os viúvos 24 representavam 5,7% do plantel, e as mães solteiras 10 (2,3%).

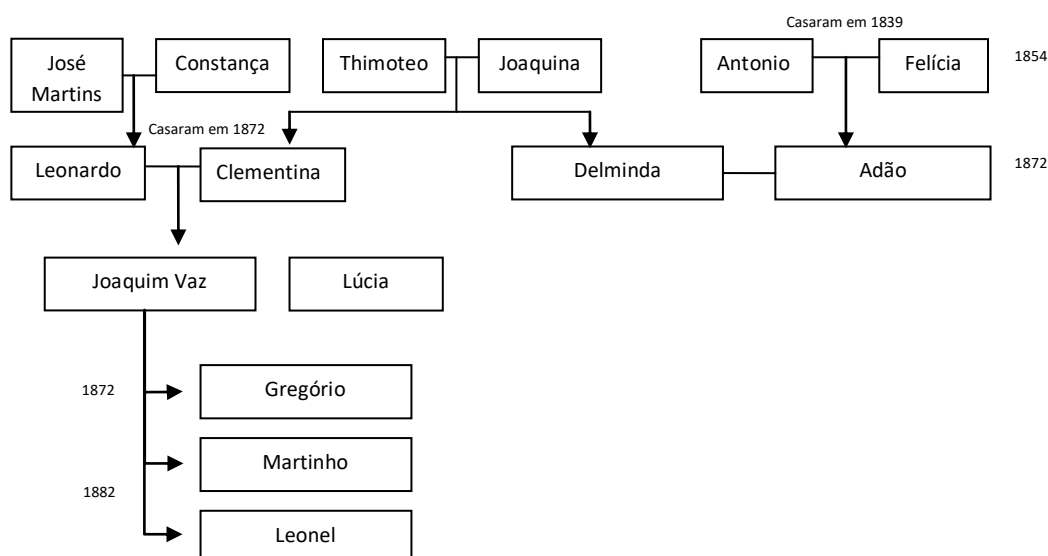
Procuramos encontrar os núcleos familiares cativos do plantel de Maria Joaquina em 1882. Encontramos 80 famílias cativas. Destas famílias 16 são remanescentes de 1854. Encontramos 32 famílias remanescentes de 1872. Nestes 10 anos que se passaram formaram-se mais 32 novas famílias no plantel. Ao focalizarmos estas famílias constatamos que as mesmas foram ampliadas durante o todo o período analisado estendendo-se, às vezes até a terceira geração. Atentamos para alguns casos:

## Organograma 2



O diagrama acima representa a família do feitor Isidoro e sua esposa Felicidade Cassange de 28 anos. Ambos remanescentes do plantel do Comendador Luciano. Em 1854, o casal possuía dois filhos: João creoulo e Perpétua, com 7 e 3 anos respectivamente. Em 1872, encontramos três outros filhos nascidos no plantel de D. Maria Joaquina: Justina, Maria e Romualdo. João creoulo, com 25 anos, foi declarado como viúvo e não tinha filhos. Perpétua, com 21 anos de idade, casou-se com Faustino e era mãe de Guintiliano e Arminda. Considerando João creoulo como sendo o primogênito de Isidoro e Felicidade, concluímos que, em 1872, o casal estava junto há 25 anos. Em 1882 encontramos Perpétua viúva.

## Organograma 3



Outra família que se estendeu ao longo dos anos foi a de Thimóteo e sua esposa Joaquina cuja união foi formalizada em 12 de setembro de 1839, na capela da fazenda Boa Vista. Passados 15 anos, o casal é arrolado no inventário de Luciano juntamente com suas duas filhas: Clementina e Delminda. Clementina casou-se com Leonardo em 1872. Delminda aparece casada em 1872 com Adão cujos pais Antonio e Felicia são do plantel. Os pais de Leonardo, o casal José Martins e Constança, tiveram também Lucia que aparece casada com Joaquim Vaz em 1872 e com o filho Gregório. Finalmente em 1882 o casal Jose Martins e Constança unidos à quase três décadas são avós pela segunda vez quando Lucia dá a luz a dois filhos Martinho e Leonel. Em 1882 encontramos também juntos os casais Leonardo e Clementina, Joaquim e Lúcia. Adão aparece viúvo.

Essa família é o exemplo significativo da existência da família escrava no plantel e sua estabilidade. A família que se iniciou em 1839 interligou três núcleos familiares do plantel em 1854 com a união de seus filhos, traduzindo assim numa família extensa com quinze integrantes, que se prolongou por três gerações.

Encontramos a família do casal César e Isidora que se casaram em 1855 na capela da fazenda Boa Vista. Em 1872, o casal aparece com uma filha: Mariana. Em 1882 a família está unida. O que nos chamou a atenção nesta família foram os pais de César e Isidora, que pertenciam a outros senhores, e Rosalia mãe de César estava livre em 1872. Constatamos neste núcleo a extensão da família para fora do plantel de Maria Joaquina de Almeida.

Conseguimos mapear 23 famílias que se iniciaram em 1854 ou antes com os casamentos legítimos de alguns escravos, e que se ampliaram ao longo destes 28 anos.

### 3.5 Casamentos escravos legitimados pela Igreja

O quadro abaixo apresenta os casamentos escravos legitimados pela Igreja:

**Quadro 9 - Quadro dos casamentos oficiais dos escravos de Luciano José de Almeida e Maria Joaquina de Almeida**

Data	Individual / Coletivo	Localidade	Senhor(a)
1836	Coletivo 6 casais	Matriz de Bananal	Luciano José de Almeida
1839	Coletivo 9 casais	Fazenda Boa Vista	Luciano José de Almeida
1840	Coletivo 2 casais	Fazenda Boa Vista	Luciano José de Almeida
1852	Coletivo 5 casais	Matriz de Bananal	Luciano José de Almeida
1854	Individual	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1854	Individual	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1855	Coletivo 10 casais	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1856	Coletivo 7 casais	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1865	Coletivo 8 casais	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1869	Coletivo 5 casais	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1872	Coletivo 7 casais	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida
1874	Coletivo 11 casais	Oratório da Fazenda Boa Vista	Maria Joaquina de Almeida

Fonte: Livros de registros de casamentos de escravos. Cúria Metropolitana de Lorena.

Analisando os registros de casamentos a procura dos escravos do Comendador Luciano, encontramos 22 casais cujas uniões foram legitimadas pela Igreja Católica. Os 22 casais receberam as bênçãos matrimoniais em casamentos coletivos realizados na Igreja Matriz de Bananal, totalizando quatro cerimônias. A primeira se deu no ano de 1836, a segunda em 1839, a terceira no ano seguinte e a última em 1852. Tais intervalos de tempo nos levam a pensar que a escolha do momento para a formalização das uniões consensuais entre os casais escravos se dava muito mais por determinação senhorial do que por vontade dos noivos. Afinal, era mais cômodo e prático para o Comendador casar seus cativos em grupos, uma vez que os mancípios tinham que ser levados até a cidade e, portanto, não trabalhavam neste dia <sup>87</sup>.

<sup>87</sup> ROCHA, Cristiany M. op.cit., nota 61. Nesta obra, a autora segue indivíduos no tempo e reconstrói as famílias dos escravos de uma parentela de senhores de Campinas, ao longo de mais de meio século. Em relação aos casamentos sancionados pela Igreja, constata também um baixo índice de casamentos legítimos no total das uniões consensuais.

Observamos que a prática de casamentos coletivos estavam presentes na realidade das fazendas. Segundo Robert Slenes, esta era bastante comum entre os fazendeiros de Campinas, e também entre os do Rio de Janeiro, visando uma economia de tempo, além de causar nos escravos uma impressão de festa, em razão do grande número de pessoas – entre noivos e testemunhas – em “romaria” até a Igreja<sup>88</sup>.

Estes dados encontrados no plantel de Luciano dialogam com as questões levantadas por Slenes a respeito dos índices e possibilidades do casamento nos plantéis da região de Campinas. Como consequência do maior número de homens, as mulheres tinham duas vezes mais chances de se casarem durante o século XIX. Conforme observa o autor, os senhores proibiam casamentos entre plantéis distintos, sendo assim, as oportunidades de constituírem famílias legítimas eram maiores à medida que crescia o tamanho do plantel. O autor reforçou a explicação sobre as dificuldades para os escravos dos plantéis com menos de dez pessoas atingirem o casamento. Segundo Slenes:

(...) a barreira contra casamentos religiosos entre escravos de proprietários diferentes, combina com o pequeno “pool” de potenciais cônjuges dentro do mesmo fogo/posse para pessoas de ambos os sexos, fazia com que as proporções entre homens e mulheres adultos alguma vez casados fossem relativamente baixas e não muito diferentes entre si. Nos fogos/planteis de tamanho médio ou grande, os mesmos fatores restringiam severamente as possibilidades de casamento religioso para pessoas do sexo masculino, neste caso era o enorme excedente de homens sobre as mulheres que reduzia o “pool” de possíveis esposas. Contudo esta alta razão de masculinidade, junto com maior tamanho do fogo/posse, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos, o que conduzia a maiores taxas de casamentos ( pela Igreja) <sup>89</sup>.

Observamos a relação direta entre tamanho do plantel e família escrava, pois haveria maior probabilidade de existência de famílias nos maiores. Stuart Schwartz, acredita que:

“em certa medida, quanto maior a propriedade e mais distante e menos íntimo o relacionamento com o senhor, mais liberdade tinham os escravos de tomar suas próprias decisões e fazer seus próprios arranjos”<sup>90</sup>.

Os registros de casamentos indicaram que 50 casais presentes no plantel de Maria Joaquina de Almeida, tiveram suas uniões sancionadas pela Igreja entre 1854

<sup>88</sup> SLENES, Robert. *A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX. População e Família*. São Paulo, 1999, p. 9-82.

<sup>89</sup> FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. op.cit., nota 82.p 142

<sup>90</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

e 1874. Todos os casamentos foram realizados no oratório da fazenda Boa Vista, em seis cerimônias coletivas e duas onde apenas um casal contraiu núpcias. Ao compararmos com os casais pertencentes ao Comendador Luciano, notamos que houve um aumento de 28% das uniões legitimadas pela Igreja. Dois fatores provavelmente contribuíram para isto: as cerimônias ocorriam na capela da fazenda deste modo, não era preciso deslocar os cativos até a cidade e a partir de 1855 havia um padre capelão que residia na fazenda, facilitando assim, a realização das cerimônias<sup>91</sup>.

Por fim, constatamos que o casamento legítimo no plantel teve muito mais espaço sob a administração de Maria Joaquina de Almeida do que com Luciano José de Almeida seu marido. Algumas questões podem justificar esta diferença: Luciano administrou o plantel durante a vigência do tráfico atlântico de escravos, o que o proporcionava uma intensa oferta de mão de obra, levando-o a não se preocupar com formação de famílias no plantel e sua reprodução natural, e também na lógica senhorial a constituição de famílias poderia causar problemas no momento de uma possível venda. Diferentemente de Maria Joaquina que herda o plantel em 1854 com novas condições de manutenção da mão de obra escrava, neste momento a família ganha mais significado para os senhores, pois é a principal via de reprodução da escravaria.

---

<sup>91</sup> RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O Caminho Novo: povoadores de Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980, p 22

## CONCLUSÃO

A dissertação teve como objetivo estudar as relações familiares dos escravos em Bananal, localizada no Vale do Paraíba paulista, entre 1854 e 1882, procurando compreender a dinâmica da agência escrava através da constituição de redes de sociabilidade e de práticas visando à melhoria de suas condições sociais e mesmo a obtenção da liberdade. Para tanto, analisamos um dos maiores plantéis de escravos da região, a do Comendador Luciano José de Almeida composta por 816 escravos.

Tivemos a possibilidade de compreender como se deu a dinâmica escravista empreendida por ele para sua escravaria. Conseguimos através da documentação analisada, percorrer os 28 anos desta escravaria, percebendo as mudanças demográficas condicionadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais advindas da década de 1850, assim como as relações sociais que se deram entre senhor e escravo.

E neste universo de senhores e escravos, encontramos homens e mulheres protagonizando suas histórias, mergulhadas nas mais complexas redes de relações sociais.

Entre as mais importantes redes de sociabilidade está a família, por isso acompanhamos a família escrava constituída no plantel dos Almeida. Considerando a amostragem total, conseguimos reconstituir os laços familiares de uma porcentagem significativa dos escravos analisados. As crianças em geral tinham maior porcentagem de inserção em famílias do que homens e mulheres adultas. Entre estes, as mulheres tiveram maiores descrições de laços familiares que os homens. Foi mais fácil reconhecer algum parentesco por parte das mulheres, pois elas apareciam na condição de mães muito mais vezes que os homens na condição de pais. Além disso, verificamos uma significativa presença de mães solteiras no plantel do Comendador.

Ficou visível a relação entre o tamanho do plantel e o estabelecimento de laços familiares cativos. Percebemos neste mega plantel a maximização destes laços, que por vezes se estendeu até a terceira geração como a família iniciada por Thimóteo e sua esposa Joaquina.

Nesse sentido, pode-se confirmar que nem a morte do Comendador Luciano José de Almeida e divisão de seus bens entre os seus herdeiros significou

necessariamente o rompimento destes laços familiares. Verificamos que mais da metade das famílias escravas passaram intactas pelo momento da partilha, e as famílias que não permaneceram totalmente unidas após este momento, na maioria das vezes, tiveram apenas um familiar separado.

Desta forma, a família escrava sobreviveu à divisão de bens e encontrou estabilidade neste plantel, exemplo disso ficou patente devido o tempo de permanência juntos. Encontramos famílias que se formaram antes de 1854 e permaneceram nesta condição por mais de vinte anos ainda sob a administração da esposa do Comendador, Maria Joaquina de Almeida.

Notamos durante a pesquisa que a família escrava já começava a se formar no mesmo momento em que o plantel estava se constituindo por volta da década de 1830, fato percebido nos registros de casamentos escravos onde numa cerimônia coletiva seis casais contraíram matrimônio em 1836. Ao longo destes 28 anos a possibilidade de se constituir famílias tornou-se mais segura para os cativos, principalmente com a promulgação da Lei de 1869, que proibia a separação das mesmas. Esta lei assegurou à família escrava o convívio permanente com seus familiares, garantindo-lhes um futuro sem ameaças de novas divisões familiares.

Se no universo do plantel a família escrava refletia um momento de tranquilidade e aparente sossego, este ambiente não estava presente no universo de seus senhores.

Encontramos através de documentos<sup>92</sup> que em 1882 os herdeiros dos Almeida estavam discutindo judicialmente a reunião dos escravos que eram de sua mãe para que pudesse ser realizada a colheita do café da Fazenda Boa Vista. Concluímos que antes de sua morte, Maria Joaquina de Almeida dividiu seus escravos e os entregou a seus filhos. Constatamos que esta divisão ocorreu antecipadamente à sua morte e conclusão do inventário, por conta da senhora Almeida se encontrar em estado de saúde debilitado, aos 79 anos, não podendo mais assumir a administração de seus bens.

Esta discussão se dá numa conjuntura de extrema instabilidade da ordem escravista traduzida pela atuação dos movimentos abolicionistas, numa atuação mais ampla de escravos inclusive nestes movimentos, e no aparecimento cada vez

---

<sup>92</sup> Estes documentos são petições judiciais que discutem a união dos escravos da Fazenda Boa Vista e estão anexados ao inventário de Maria Joaquina de Almeida, de 1882.



maior de turbulências e rebeliões escravas que passaram a ocorrer nas regiões cafeeiras.

A rebeldia escrava na década de 1880 apresentou-se assustadora em todas as regiões onde a concentração de cativos era expressiva. Analisando o relatório apresentado pelo vice-presidente da província de São Paulo, o Conde de Três Rios em 1882, Robert Troplin<sup>93</sup> chamou a atenção, que nas últimas décadas da escravidão as revoltas passaram a ocorrer nas regiões cafeeiras, particularmente em São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente durante o período abolicionista. As explosões mais expressivas ocorreram em 1887 e 1888.

É significativo que tremores que atravessaram estas mesmas províncias em 1882 já fossem um prenúncio das revoltas em grandes escalas que viriam mais tarde.

Neste sentido, os primeiros sinais de turbulência aconteceram em 1882 na área de Resende, no Estado Rio de Janeiro. Segundo o Conde de Três Rios:

Houve em alguns municípios do norte da Província uma mallograda tentativa de insurreição. Alguns indivíduos, que tinham procurado perturbar a tranqüilidade dos estabelecimentos rurais da freguesia de Campo Bello, município de Resende, Província do Rio de Janeiro, tentaram a mesma coisa nos municípios de Silveiras e Queluz, da Província de São Paulo. Percorreram diversas fazendas insinuando planos que só tinham por fim um ataque a propriedade. Os habitantes daqueles municípios, sob a impressão de uma tentativa que produzira enérgicas providências da parte das autoridades vizinhas, ficaram desasocegadas, pediram providências que estavam no dever da autoridade, e tomaram as precauções que ficavam imediatamente ao seu alcance<sup>94</sup>.

Através deste documento, produzido em 1882, ficou evidente a preocupação dos senhores em relação à tentativa de insurreição em Resende. Esse acontecimento chegou às cidades vizinhas e refletiu diretamente sobre as decisões que esses senhores teriam referentes a seus escravos. O temor de uma revolta escrava estava presente no universo dos senhores e de suas fazendas. Exemplo desse momento ficou relatado nas discussões judiciais entre os herdeiros dos escravos da fazenda Boa Vista. Havia entre eles uma divergência de opinião a respeito da união dos escravos da fazenda para que a colheita do café pudesse acontecer.

Segundo relato de um dos herdeiros, Luis Pereira Leite:

(...) tendo se retirado da fazenda da Boa Vista grande parte dos escravos da mesma, com autorização de V. Sa., baseado nas razões bem elucidadas, apresentada por um dos herdeiros e aprovadas por todos, e achando-se os frutos

<sup>93</sup> TROPLIN, Robert. *The Abolition of Slavery in Brazil*, Nova York, Atheneum, 1975. p 30-31.

<sup>94</sup> Relatório dirigido A Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo em 1822 pelo Conde de Três Rios.

pendentes dos cafeeiros em estado de colher, o que se torna difícil de se fazer agora, não só pela retirada dos escravos, como pelo perigo da aglomeração dos mesmos, de diferentes senhores, em um só lugar (caso tivessem eles de voltar) e ainda principalmente pela impossibilidade em que se colocava o inventariante de fiscalizar a colheita, agora que acham-se todos preocupados em suas fazendas, – é de conveniência dos herdeiros que V. Sa., mandando dar vista aos mesmos das avaliações, depois de outras diligências, – se procedão as partilhas<sup>95</sup>.

Este era o pensamento de um dos herdeiros de Maria Joaquina de Almeida em 1882, exatamente no mesmo ano do acontecimento em Resende. O temor havia chegado a Fazenda Boa Vista. Percebemos através da análise dos documentos que a divisão dos escravos entre os herdeiros antes do falecimento de Maria Joaquina de Almeida ocorreu também por conta deste temor que invadia as regiões cafeeiras. A petição dirigida ao juiz em 1882 demonstra este temor:

Por uma petição dirigida a V. As. Pelo herdeiro Dr. Laurindo José de Almeida e sobre o qual se pronunciaram em unânime acordo todos os mais herdeiros acreditam os suplicantes estar judicialmente demonstrado o perigo e os gravíssimos inconvenientes, que resultarão para a ordem pública e para os interesses particulares em jogo no inventário, da permanência da grande escravatura possuída pelo acervo nas fazendas a partilharem-se, e os fortes motivos, que existiam para ela ser repartida e passar a posse de cada um dos herdeiros, na forma, por que haviam amigavelmente combinado.

Estando assim divididos os escravos entre os herdeiros, alguns dos quais residem em lugares de consideráveis distância, e não podendo a colheita do café ser feita sem que voltem todos as fazendas de onde saíram, é obvio que, desde que isso se realize, reaparecerão e até com maior intensidade os mesmos receios e apreensões, que determinaram aquela acertada medida<sup>96</sup>.

Os fortes motivos que levaram os herdeiros a temerem a união de seus escravos estavam justificados nas ondas de revolta que se espalhavam e ganhavam cada vez mais amplitude e adesão. Como destaca Maria Helena Machado:

O temor de uma revolta geral, acompanhada de motins urbanos que envolveriam tantos libertos quanto o populacho volátil das cidades que inchavam sob o influxo do desenvolvimento cafeeiro, surgia, já em meados da década de 1880, como um dos principais terrores dos senhores, das populações citadinas e, sobretudo, das autoridades policiais dos distritos escravistas<sup>97</sup>.

No caso da Fazenda Boa Vista para os herdeiros e senhores desses escravos reuni-los significava abrir possibilidades para possíveis revoltas que passaram a acontecer com intensidade nas regiões cafeeiras, nas últimas décadas da escravidão.

<sup>95</sup> Documento anexado ao inventário de Maria Joaquina de Almeida de 1882.

<sup>96</sup> *Ibidem*.

<sup>97</sup> MACHADO, Maria Helena, "Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas": a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão, in Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.). *O Brasil Imperial* Vol.III: 1870-1889. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009, p 377.

Por fim delineou-se a existência da família escrava e suas transformações ao longo do tempo, assim como foi possível apreendermos no universo da classe senhorial os impactos dos acontecimentos finais da escravidão.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

Museu Histórico Pedagógico Major Dias Novais / Cruzeiro SP

Inventário post mortem e testamento de Luciano José de Almeida – 1854 / 4 volumes / Caixa 72, número de ordem 14.

Inventário post mortem e testamento de Maria Joaquina de Almeida – 1882 / 5 volumes / Caixa 183, número de ordem 3725.

Cúria Metropolitana de Lorena / Lorena SP

Livro de Registros de Batismo e Casamento dos escravos de Bananal.

Primeiros registros em 1820 e os últimos do início de 1900.

Secretária Municipal de Cultura de Bananal SP

Livro de Registro de Matrícula dos escravos de 1872.

Livro de Registro de Classificação dos escravos de 1873.

Livro de Registro de Classificação das famílias escravas do município de Bananal que foram libertadas pelo Fundo de Emancipação em 1873.

### Fontes Secundárias

CARDOSO, Fernando Henrique apud CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sydney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801". *Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão.* São Paulo: IPE/USP, v.17, no 2, maio/ago., 1987

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós.* Rio de Janeiro, Ateliê, 2007.

\_\_\_\_\_. *Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII-XIX.* In: Manolo Florentino, *Tráfico, Cativo e Liberdade,* Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2005.

FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. *Fortuna e Família em Bananal no Século XIX.* In: Hebe Maria Mattos de Castro & Eduardo Schnoor (org.). *Resgate: uma Janela para o Oitocentos,* Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 2v. São Paulo/ Dominus. EDUSP, 1965.

FRAGOSO, João L. R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790-1830*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FREITAS, Maria Aparecida Rezende Gouveia de. *Bananal: cidade histórica, berço do café*, São Paulo: Massao Ohno Roswitha Kempf, 1981.

FLORENTINO, Garcia Manolo; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, 1790-1850*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. Parentesco e família entre os escravos de Vallim. In: Castro, Hebe Maria Mattos de; Schoonn, Eduardo (org). *Resgate, uma janela para o Oitocentos*. Riode Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João Luis; FLORENTINO, Manolo. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cabinda. *Estudos econômicos*. 1987.

GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom*. New York: Pantheon, 1976

Inventário de Luciano José de Almeida. Museu Major Novais, Cruzeiro, Cartório do 1º Ofício, Caixa 72, Nº1443, 28/08/1854.

MALHEIRO, Agostinho M. Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1976.

MARQUESE, Rafael e TOMICHI, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In Keila Grinberg e Ricardo Salles (orgs.) *O Brasil Imperial Vol.II: 1831-1870*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Hebe Maria, *A Cor Inexistente. Os significados da Liberdade no Sudeste Escravista*, 2ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_ & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate. Uma janela para os oitocentos*, Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura da posse de escravos em Bananal (1830-1888)*. Relatório Final de Iniciação Científica/FAPESP. São Paulo: DH/FFLCH/USP, p. 31.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: Annablume – FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_ e MARCONDES, Renato, L. A Família escrava em Lorena e Cruzeiro. In: *Anais XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu. ABEP, 1874.

MARCONDES, Renato, L. *A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870*. Série Economia. São Paulo: FEA/USP- Riberão Preto, 2000.

NINA ROGRIGUES, Raimundo. *Os africanos no Brasil*. São Paulo. Nacional, 1982.

ROCHA, Cristiany M. *Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno*. [tese] Campinas: Universidade Estadual de Campinas 2004.

\_\_\_\_\_. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

RODRIGUES, Píndaro de Carvalho. *O Caminho Novo: povoadores de Bananal*. São Paulo: Governo do Estado, 1980,

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Nostalgia Imperial. A formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

\_\_\_\_\_; GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial. Vol.III: 1870-1889*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2009.

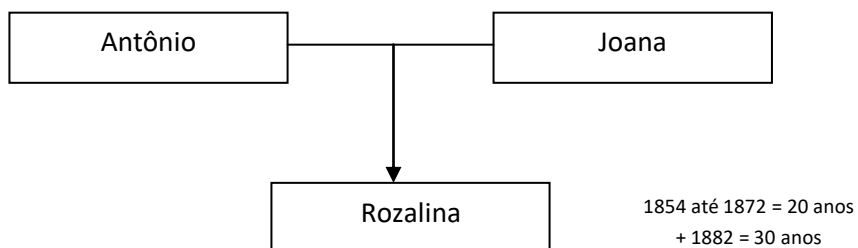
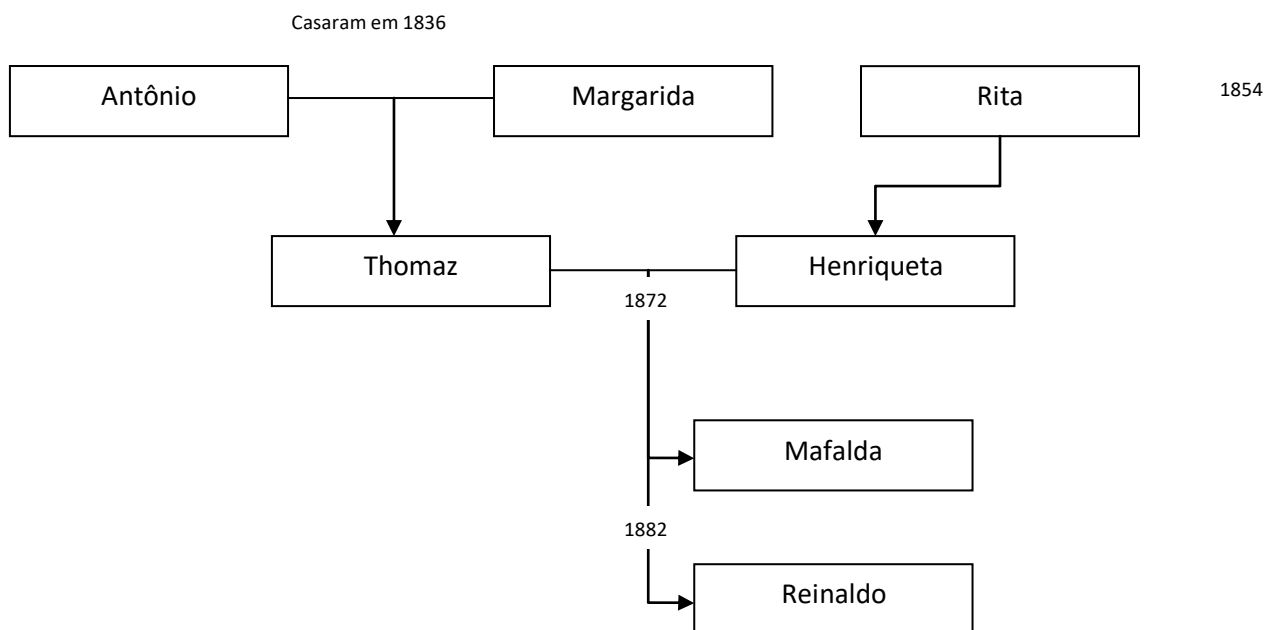
SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SLENES, Robert. A Árvore de *Nsanda* transplantada: cultos *kongo* de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX). In: LIBBY, Douglas Cole & FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho livre ,trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006.

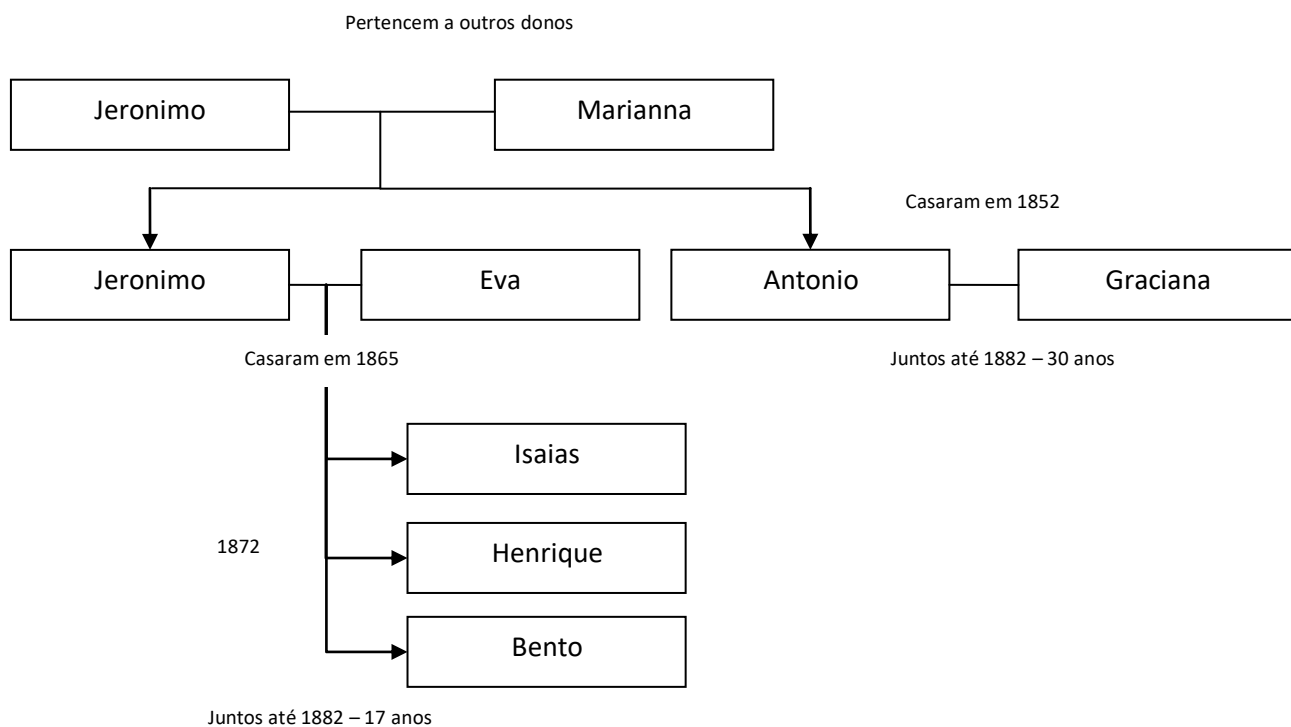
SLENES, Robert. *A formação da família escrava nas regiões de grande lavoura do Sudeste: Campinas, um caso paradigmático no século XIX*. *População e Família*, vol.1, n. 1. São Paulo, jan-jun, p. 9-82, 1999.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial. 1550-1835*. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

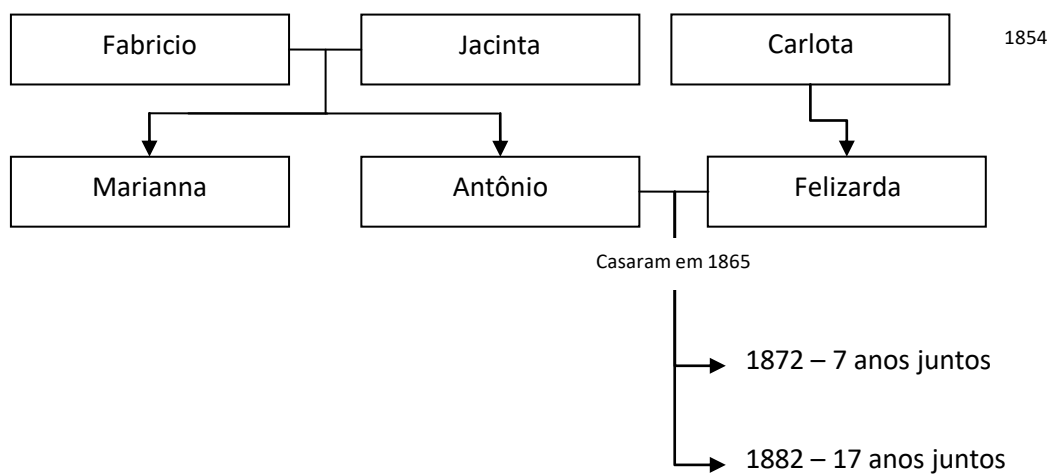
TEIXEIRA, Heloisa M. *Reprodução e famílias escravas em Mariana – 1850 a 1888*. [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História; 2001. Disponível em: <<http://www.arquivodoestado.sp.gov.br/viver/resframeset.phd>>. Acesso em 01 jan. 2011.

**APÊNDICE – Organogramas das famílias escravas****FAMÍLIA 1****FAMÍLIA 2**

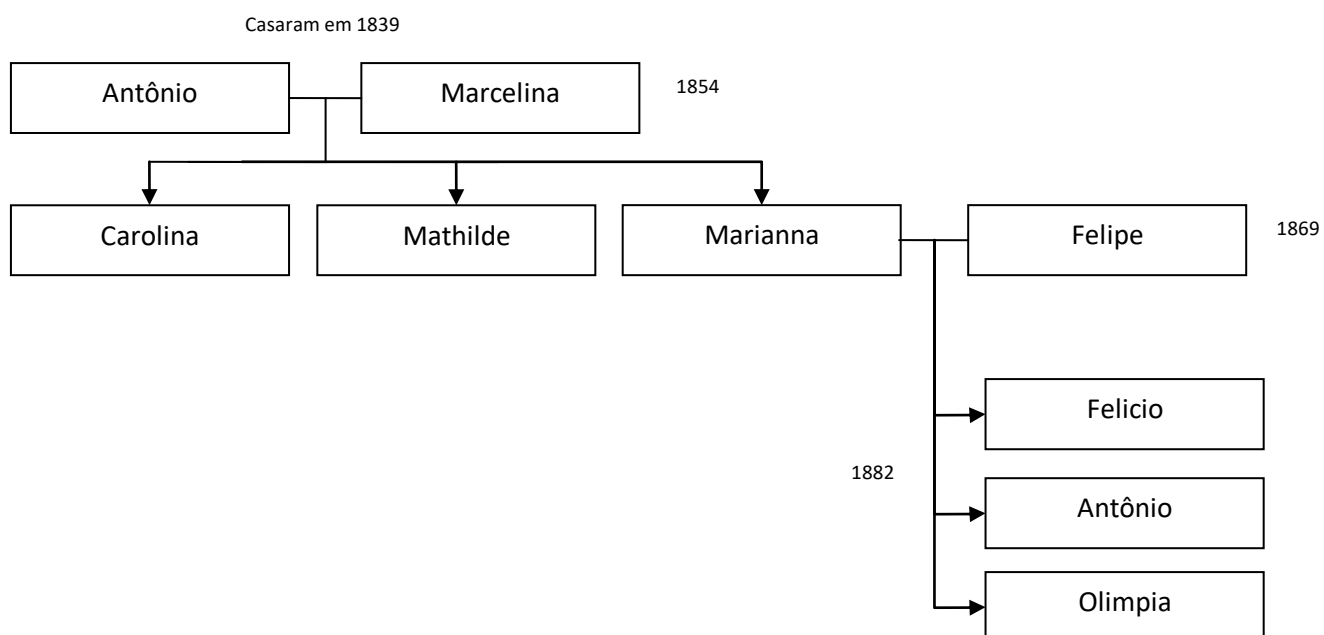
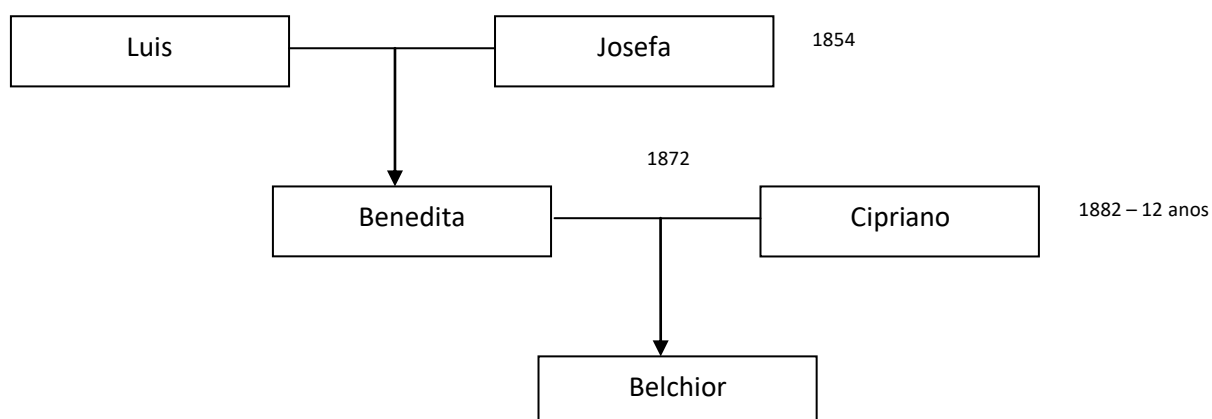
### FAMÍLIA 3

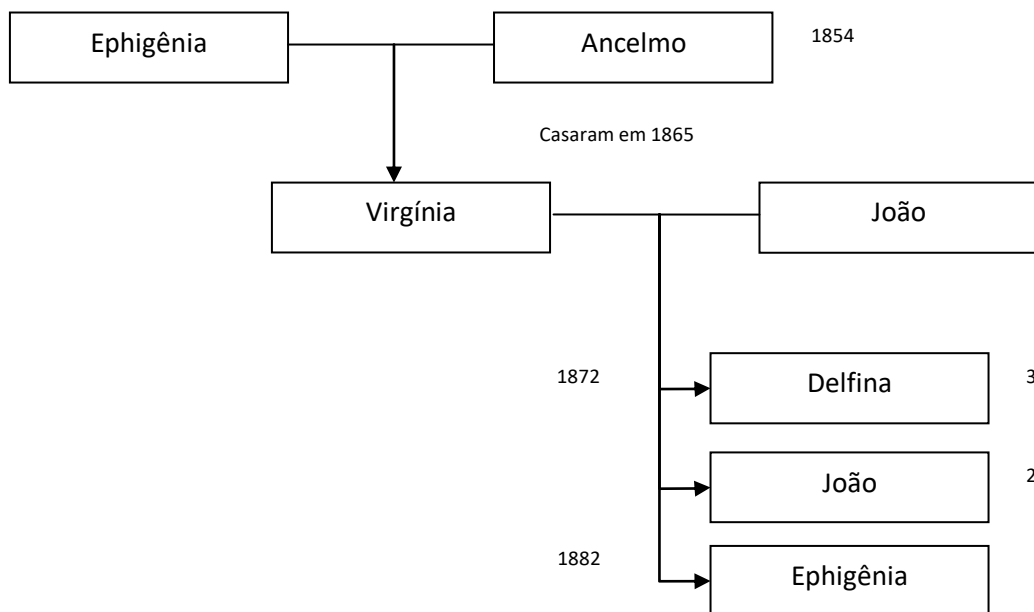


### FAMÍLIA 4





**FAMÍLIA 5****FAMÍLIA 6**

**FAMÍLIA 7**

**ANEXO A** – Petições Judiciais sobre a Colheita de Café, anexo ao inventário *post mortem* de Maria Joaquina de Almeida, 1882

1º de Julho de 1882

Diz Luis Pereira Leite, inventariante dos bens de sua finada avó, D. Maria Joaquina de Almeida, que tendo se retirado da fazenda da Boa Vista grande parte dos escravos da mesma, com autorização de V. Sa., baseado nas razões bem elucidadas, apresentada por um dos herdeiros e aprovadas por todos, e achando-se os frutos pendentes dos cafeeiros em estado de colher, o que se torna difícil de se fazer agora, não só pela retirada dos escravos, como pelo perigo da aglomeração dos mesmos, de diferentes senhores, em um só lugar (caso tivessem eles de voltar) e ainda principalmente pela impossibilidade em que se colocava o inventariante de fiscalizar a colheita, agora que acham-se todos preocupados em suas fazendas, – é de conveniência dos herdeiros que V. Sa., mandando dar vista aos mesmos das avaliações, depois de outras diligencias, – se procedão as partilhas.

Por isso.

P. a V. Sa. Se digne mandar ouvir os interessados sobre as avaliações.

E. R. M.

Bananal, 1º de Julho de 1882

(Luis Pereira Leite)

Como requer, intimado o inventariante.

Bananal, 4 de Julho de 1882

Diz o Barão de Joatinga, por cabeça de sua mulher Baronesa de Joatinga, que no inventário a que se está procedendo nos bens de sua finada sogra D. Maria Joaquina de Almeida, torna-se preciso que se proceda quanto antes a colheita dos cafés pendentes, nas fazendas da Boa Vista e Cachoeira, visto como estão se perdendo os frutos dos ditos cafezais, podendo acontecer que sejam furtados os ditos frutos nos próprios pés. O suplicante espera do espírito de retidão de V. Sa. que tome as medidas necessárias a fim de evitar os grandes prejuízos que pode causar a falta de providencia a respeito da referida colheita.

P. a V. Sa. se digne deferir na forma requerida e no que

E. R. M.

Bananal, 4 de Julho de 1882.

(Victorino Pedro de Alcântara Peixoto)

Bananal, 8 de Julho de 1882

Dizem Luis Pereira Leite, Tenente Coronel Luis Antonio de Almeida, Dr. Rodrigo Pereira Leite, Comendador José de Aguiar Vallim, Adolpho Carneiro de Azevedo Maia, o Barão de Joatinga e Da. Francisca de Almeida e Silva, os dois últimos por seu bastante procurador o Tenente Coronel Pedro Ramos Nogueira, que tendo V. Sa. ordenado que se procedesse já a colheita do café das fazendas do acervo de D. Maria Joaquina de Almeida, da qual são herdeiros e é o inventariante o primeiro dos suplicantes, vem com o maior respeito e devido [?] pedir a V. Sa., se digne revogar essa deliberação à bem dos interesses do mesmo inventário.

Por uma petição dirigida a V. Sa. pelo herdeiro Dr. Laurindo José de Almeida e sobre a qual se pronunciaram em unânime acordo todos os mais herdeiros acreditam os suplicantes estar judicialmente demonstrado o perigo e os gravíssimos inconvenientes, que resultarão para a ordem pública e para os interesses particulares em jogo no inventário, da permanência da grande escravatura possuída pelo acervo nas fazendas à partilharem-se, e os fortes motivos, que existiam para ser ela repartida e passar para a posse de cada um dos herdeiros, na forma, por que haviam amigavelmente combinado. Esse requerimento, [atento] as valiosas razões em que se assentava mereceu benévolo deferimento por parte de V. Sa.

Estando assim divididos os escravos entre os herdeiros, alguns dos quais residem em lugares de considerável distância, e não podendo a colheita do café ser feita sem que voltem todos às fazendas d'onde saíram, é obvio que, desde que isso se realize, reaparecerão e até com maior intensidade os mesmos receios e apreensões, que determinaram aquela acertada medida.

Além disso, acreditam os suplicantes e fazem, assim pensando, inteira justiça ao Meritíssimo Juiz, que foi o ato, contra o qual respeitosamente reclamam, inspirado na consideração de ser evitado o prejuízo, que podia ser possível com a demora da colheita em relação à conclusão do inventário. Esse prejuízo, porém, não é [iminente], e certamente não realizar-se-á, se porventura acabarem-se as partilhas, como é de se esperar, no prazo de um mês pouco mais ou menos, como

prometem os termos, em que se acha o inventário. Segundo os usos e as necessidades da lavoura de café, geralmente principia a colheita em maio ou junho e estende-se até o mês de setembro.

Sendo isto uma verdade, é de prever, que terminado o inventário no aludido prazo, terá ainda os herdeiros, então proprietários, tempo mais que suficiente para apurar os frutos, que lhes pertencem sem desvantagens, ou quando muito com aquela que naturalmente terão aqueles que possuem lavouras extensas, como são quase todos os interessados neste inventário.

Por estas razões, e especialmente pela procedência da matéria, que foi objeto do requerimento, a que se referem os suplicantes, ousão esperar e pedem a V. Sa. se digne mandar sustar a realização da medida, que determina esta reclamação, e outrossim ordenar que sem demora se prossiga nos termos finais do inventário.

P. P. a V. Sa. deferimento

E. E. R. M.

[Adendo] em tempo, os suplicantes acabam de ser informados que ainda não foi despachado o requerimento a que aludem, e por isso juntam-no à este como parte integrante e para ser apreciado por V. Sa.

Neste termos, E. E. R. M.

Bananal, 8 de Julho de 1882

Luis Pereira Leite

Luis Antonio de Almeida

Rodrigo Pereira Leite

José de Aguiar Vallim

Adolpho Carneiro de Almeida Maia

Inform[e] o [escrivão] sobre o número dos escravos avaliados e [junto] o [suplicante] os [custos] a que se refere. Bananal, 15 de Junho de 1882.

Diz o Dr. Laurindo José de Almeida, herdeiro do espólio deixado por sua finada mãe, a senhora Maria Joaquina de Almeida, que considerando o notório e grande [prejuízo] que está sofrendo o acervo em consequência das esperas que pesam [impertinamente] sobre as fazendas da Boa Vista e Cachoeira com o grande número de escravos pertencentes ao referido acervo, que se acham em completa ociosidade, considerando de subida ponderação o perigo iminente de insubordinação, [?] prováveis pela aglomeração de grande escravatura que além de

ociosa sabe que tem os ca[?] a senhores diversos, considerando finalmente prova[vel] a continuação do estado anômalo em que se acha o inventário do qual resultará em verdadeiro descalabro para os interesses do acervo, vem o suplicante requerer como medida preventiva provisória, que V. Sa., ouvidos os interesses, conceda licença para todos aqueles que com esta medida concordarem, retirem trinta e cinco escravos dos constantes de listas aceitas assinadas em reunião de família, ficando o número excedente de cada [?] lista para guarda e vigilância das duas fazendas.

Por ser essa medida de interesse geral e de grande alcance o suplicante espera deferimento.

Bananal, 16 de Junho de 1882

Como procurador: Antonio Caetano d'Oliveira Carvalho

Illmo. Sr.,

Em cumprimento do despacho de V. Sa. [?] proferido, [?] o informar que os escravos descritos e avaliados no inventário a que se refere a petição é de quatrocentos e tantos mais ou menos. Bananal, 16 de Junho de 1882.

Assinatura dos herdeiros concordando com o requerimento do suplicante:

Barão de Joatinga, Rodrigo Pereira Leite, Luis Antonio de Almeida, Luis Pereira Leite, Adolpho Carneiro de Almeida Maia, Domiciana Maria de Almeida Vallim, José de Aguiar Vallim.

ANEXO B – Relatório dirigido à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo sobre  
Tranquilidade Pública e Segurança Individual

# RELATORIO

DIRIGIDO

**A' Assembléa Legislativa Provincial**

DE

**S. PAULO**

PELO 1.º VICE-PRESIDENTE DA PROVINCIA

**CONDE DE TRES-RIOS**

E APRESENTADO NO ACTO DA INSTALLAÇÃO DA MESMA ASSEMBLÉA

PELO 4.º VICE-PRESIDENTE

**DR. MANOEL MARCONDES DE MOURA E COSTA.**

1782



**SANTOS**  
 TYPOGRAPHIA A VAPOR DO — DIÁRIO DE SANTOS  
 36 e 38 — Rua de Santo Antonio — 36 e 38.

**1882**

## TRANQUILLIDADE PUBLICA

Sobre tão importante assumpto, felizmente não tenho factos a relatar que alterem a confiança que inspirão os sentimentos de ordem do povo Paulista. Laborioso e emprehendedor, na sua maioria, elle mantém o direito de segurança reciproca no estado social, como garantia da liberdade.

Houve em alguns municipios do norte da Provincia uma mallograda tentativa de insurreição.

Alguns individuos, que tinham procurado perturbar a tranquillidade dos estabelecimentos ruraes da freguezia do Campo Bello, municipio de Rezende, Provincia do Rio de Janeiro, tentaram a mesma cousa nos municipios de Silveiras e Queluz, da Provincia de S. Paulo. Percorreram diversas fazendas insinuando planos que só tinham por fim um ataque á propriedade. Os habitantes d'aquelles municipios, sob a impressão de uma tentativa que produzira energicas providencias da parte das autoridades visinhas, ficaram desasosegadas; pediram providencias que estavam no dever da autoridade, e tomaram as precauções que ficavam immediatamente ao seu alcance.

O digno Senador Presidente da Provincia fez partir o Chefe de policia e destacou força sufficiente para operar conforme as necessidades.

O plano combinado entre os cabeças do movimento para assaltarem a fortuna particular prevalecendo-se de um meio que podia alliciar cumplices, ficou patente depois de uma busca ordenada na Cidade de Silveiras; não era um plano sério de insurreição, mas um commettimento de salteadores, como disse o Presidente da Provincia do Rio de Janeiro.

Esta empresa estava pouco divulgada entre os que deviam ser obreiros da propria desgraça, porque a vigilancia dos fazendeiros evitára que se augmentasse a propaganda. Em todo caso os receios foram exagerados, como verificou a autoridade, mas as acertadas providencias adoptadas, conforme as circumstancias de cada um dos municipios, produziu a retirada dos promotores da insurreição e o restabelecimento da tranquillidade.

Foram conhecidos Antonio Theodoro Leal de Mesquita, Domingos de Freitas Lacerda e Israel, filho deste. Pronunciados em Campo Bello como incursos no art. 115 do Código Criminal, apenas effectuou-se a prisão de Antonio Mesquita, no municipio de Valença, quando fôra gravemente ferido por um escravo alliciado, que depois do crime entregára-se á autoridade.

No interesse de fazer indagações que tornavam-se necessarias, pelo mesmo motivo, na Cidade do Bananal, ali esteve no mez de Julho o Chefe de policia, por commissão do Presidente da Provincia.

Receios sem fundamento plausivel ou ameaças de facil repressão, produziram alteração nos animos, e alguns fazendeiros deixaram sua residencia habitual. As autoridades locais providenciaram, conforme as circumstancias.

Outro facto na mesma Cidade produziu conturbação nos animos.

A 1.<sup>a</sup> escola publica do sexo feminino, na opinião de muitos paes de familia e pessoas qualificadas, que assignaram um manifesto publicado no



— 11 —

«Echo Bananalense» de 30 de Junho, tinha-se convertido em casa de prostituição. O marido da respectiva professora era accusado de provocar as meninas a actos de immoralidade.

Mais de 180 pessoas, no dia 12 do mez citado, foram á casa do referido accusado e intimaram-o a deixar a Cidade em praso certo. A fuga deste não levou mais longe o acto de desforço.

A autoridade superior fez o seu dever. Tratava-se de vingar uma afronta á pureza que não conhece o mal nem sabe resistir-lhe, quando se trata de meninas de tenra idade, confiadas aos cuidados de uma professora publica; e bem assim de discriminar a responsabilidade dos que tinham promovido o movimento popular de 12 de Junho, que não tinha character legal.

O Chefe de policia, dando conta de sua commissão, limitou-se a informar: que tratando-se de factos que não deixaram vestigios, ouvira os offendidos, os accusados e a quem melhor podesse confirmar ou negar seus ditos.

O accusado attribuiu á insinuação de seus inimigos as revelações que serviam de base á syndicancia. O mesmo Chefe de policia declarou não ter obtido resultados satisfactorios á sua consciencia para dar força de verdade ás arguições feitas.

Nesta situação melindrosa, está sem exercicio a professora em questão.

## SEGURANÇA INDIVIDUAL

Segundo o relatório apresentado pelo Dr. Chefe de Policia, que achareis entre os annexos, baseado em dados colligidos até 30 de Setembro proximo passado, está verificada a existencia de 205 crimes, mais 108 do que no anno de 1880; mais 56 do que em 1879.

Esta differença em relação aos 2 annos anteriores, não é lisongeira, havendo a notar que não estão incluídas as occurrencias do ultimo trimestre. Ou este anno a enumeração de delictos não está de accôrdo com as classificações do Juizo da culpa ou a estatística que serve de comparação é deficiente. Ainda ha outra causa: — augmento real de crimes em 1881 sobre os 2 annos anteriores.

Em todo caso certa ordem de crimes contra a pessoa está na seguinte proporção:

### HOMICÍDIOS:

Em 1881 até 30 de Setembro . . .	72
Em 1880 . . . . .	31
Em 1879 . . . . .	75 — 178

### OFFENSAS PHYSICAS:

Em 1881 até 30 de Setembro . . .	95
Em 1880 . . . . .	40
Em 1879 . . . . .	45 — 180